

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

**Dissertação**



**HOTELARIA ALEMÃ NA DÉCADA DE 1940: O QUEBRA-QUEBRA NOS HOTÉIS  
PELOTENSES**

**Caroline Beskow Quintana**

**Pelotas, 2019**

**Caroline Beskow Quintana**

**HOTELARIA ALEMÃ NA DÉCADA DE 1940: O QUEBRA-QUEBRA NOS HOTÉIS  
PELOTENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dalila Müller

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

Q7h Quintana, Caroline Beskow

Hotelaria alemã na década de 1940 : o quebra-quebra nos hotéis pelotenses / Caroline Beskow Quintana ; Dalila Müller, orientador. — Pelotas, 2019.

113 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. História da hotelaria. 2. Hotelaria alemã. 3. Década de 1940. 4. Quebra-quebra. I. Müller, Dalila, orient. II. Título.

CDD : 647.94

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Caroline Beskow Quintana

HOTELARIA ALEMÃ NA DÉCADA DE 1940: O QUEBRA-QUEBRA NOS HOTÉIS  
PELOTENSES

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 31 de outubro de 2019.

Banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalila Müller (Orientadora)

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lorena Almeida Gill

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalila Rosa Hallal

Doutora em História pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

## **Agradecimentos**

Agradeço a toda a minha família, em especial a minha mãe, ao meu irmão e ao meu namorado, por todo o apoio, amor, conselhos, por nunca terem me deixado desistir, e sempre acreditado no meu potencial.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dalila Müller, por ter acreditado no meu trabalho, por toda a sua paciência com as minhas dificuldades e incertezas durante todo o período, pelo apoio as minhas decisões, por me tranquilizar com as suas orientações e enfim, por ter me ajudado a concluir este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, seus excelentes professores e funcionários.

As professoras Dalila Rosa Hallal, Lorena Almeida Gill e Eloisa Capovilla Ramos, por todas as contribuições e sugestões para compor este trabalho.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas e professores do programa, com os quais convivi durante o mestrado.

## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar as consequências do “quebra-quebra” ocorrido em agosto de 1942, durante a II Guerra Mundial, na hotelaria pelotense através dos hotéis cujos proprietários eram alemães ou descendentes. A principal fonte da pesquisa foi a história oral híbrida, utilizando a narrativa de cinco entrevistados, em conjunto com fontes bibliográficas, jornalísticas e processos da Justiça do Trabalho. Foram identificados 24 hotéis em funcionamento na década de 1940, destes, nove eram de propriedade de alemães ou descendentes, representando 37,5% da hotelaria da cidade. Os nove hotéis alemães podem ser divididos em dois grupos, os hotéis localizados no Centro da cidade de Pelotas (Hotel América, Hotel do Comércio e Hotel Glória), e os hotéis que ficavam localizados nas vias de acesso ao Centro, e eram considerados hotéis Coloniais (Hotel Tretow, Hotel Krüger, Hotel Heling, Hotel Fiss & Tessmann, Hotel Ness e Hotel Colonial). Dos nove hotéis alemães, cinco destes foram atacados durante o “quebra-quebra” de agosto de 1942, os hotéis América, Glória, do Comércio, Tretow e Fiss & Tessmann. Destes, apenas o Hotel Glória e o Hotel Tretow conseguem se reerguer após os ataques. O Fiss & Tessmann teve perda total no imóvel, e os hotéis América e do Comércio voltam a funcionar no mesmo endereço, na mesma década, mas com outros proprietários, sendo que o Hotel do Comércio passa a se chamar “Novo Hotel do Comércio”. Os hotéis foram atacados, saqueados e queimados, e o dono do Hotel do Comércio foi preso. Esses atos podem ser caracterizados como atos de intolerância, pois foram atos iniciados a partir do preconceito a uma etnia, exaltados por notícias sensacionalistas, e com a permissão do governo e órgão de defesa.

**Palavras-chave:** História da Hotelaria; Hotelaria Alemã; Década de 1940; Quebra-quebra.

## **Resumo em língua estrangeira**

The aim of this dissertation is to analyze the consequences of the "quebra-quebra" that occurred in August 1942, during World War II, in the hotel of Pelotense through the hotels whose owners were German or descendants. The main source of the research was the hybrid oral history, using the narrative of five interviewees, together with bibliographic, journalistic sources and Labor Justice processes. Twenty-four operating hotels were identified in the 1940s, of which nine were owned by Germans or descendants, representing 37.5% of the city's hotel business. The nine German hotels can be divided into two groups, the hotels located in Pelotas City Center (Hotel América, Hotel do Comércio and Hotel Glória), and the hotels that were located on the access roads to the Center, and were considered Colonial Hotels (Hotel Treptow, Hotel Krüger, Hotel Heling, Hotel Fiss & Tessmann, Hotel Ness and Hotel Colonial). Of the nine German hotels, five of these were attacked during the August 1942 "quebra-quebra", the América, Glória, do Comercio, Treptow and Fiss & Tessmann hotels. Of these, only Hotel Glória and Hotel Treptow can rise after the attacks. Fiss & Tessmann had a total loss in the property, and the América and do Comercio hotels are back to work at the same address in the same decade, but with other owners, and the Hotel do Comércio is now called "Novo Hotel do Comércio". The hotels were attacked, looted and burned, and the owner of Hotel do Comércio was arrested. These acts can be characterized as acts of intolerance, because they were acts initiated from prejudice to an ethnicity, exalted by sensational news, and with the permission of the government and defense body.

Keywords: Hospitality History; German Hospitality; 1940s; "Quebra-quebra".

## Lista de Figuras

Figura 1: Quadro da imigração em Pelotas de 1844 a 1852. ....	39
Figura 2: Localização das Avenidas Duque de Caxias e Fernando Osório.....	50
Figura 3: Localização dos Hotéis na Área Central de Pelotas.....	52
Figura 4: Localização [aproximada] dos Hotéis Coloniais na Avenida Duque de Caxias .....	59
Figura 5: Localização [aproximada] dos Hotéis Coloniais na Avenida Fernando Osório e na rua Professor Araújo .....	60
Figura 6: Lápis Propaganda de F. Treptow e Cia. LTDA.....	63
Figura 7: Família Treptow em 1917.....	64
Figura 8: Hotel Ness na década de 1980 .....	67
Figura 9: Armazém Fiss & Tessmann .....	69
Figura 10: Anúncio do Hotel Fiss & Tessmann .....	69
Figura 11: Hotel América.....	88
Figura 12: Queimas no Hotel América.....	88
Figura 13: Rua 7 de Setembro (entre as ruas XV de Novembro e Andrade Neves) .	92
Figura 14: Rua 7 de Setembro (entre as ruas XV de Novembro e Andrade Neves) .	93
Figura 15: Manifestação Popular Pelotense.....	97

## Sumário

Introdução .....	9
Capítulo 1: A imigração germânica ao Brasil.....	22
1.1 Imigração germânica ao Rio Grande do Sul.....	29
1.2 Imigração germânica: os imigrantes em Pelotas .....	33
Capítulo 2: A Hotelaria alemã em Pelotas na década de 1940 .....	45
Capítulo 3: O “quebra-quebra” de agosto de 1942.....	74
3.1 O “quebra-quebra” no município de Pelotas .....	78
3.2 Os hotéis alemães atacados em Pelotas.....	86
Considerações finais .....	100
Referências .....	108

## Introdução

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a cidade de Pelotas se destacou pela sua economia, principalmente pela atividade charqueadora, o que contribuiu para o desenvolvimento da cultura e do lazer dos moradores. Esse contexto socioeconômico e cultural de Pelotas acabou atraindo pessoas para a cidade, como viajantes, personalidades políticas, profissionais liberais, artistas, entre outros, criando a necessidade de estabelecimentos hoteleiros, os quais foram sendo abertos a partir da segunda metade do século XIX (MÜLLER, 2010).

Mesmo após a indústria saladeiril estar em queda, a economia da cidade se manteve com o setor industrial, comercial e de serviços. No final do século XIX as charqueadas começam a entrar em crise, levando a sua total extinção na década de 1930.

No período pós-abolição, a cidade de Pelotas começou a desenvolver o setor industrial, com grande parte das indústrias localizadas próximas a linha férrea, ao porto e na periferia da zona urbana da cidade, como os atuais bairros Areal, Fragata e Três vendas (BORGES, 2015). “O crescimento do setor comercial e o surgimento da prestação de serviços passam a obter importante crescimento em Pelotas, influenciado, principalmente, pela diversificação das indústrias.” (BORGES, 2015, p. 60). Atualmente a economia da cidade de Pelotas é voltada, principalmente, para o setor comercial e o setor de serviços.

Os hotéis foram importantes locais de hospedagem e de sociabilidade, principalmente na região central da cidade, próximo ao centro comercial, político e social de Pelotas.

O primeiro hotel sobre o qual se tem relatos na cidade de Pelotas é aberto em meados de 1840, o Hotel D’Alliança, sendo, em 1853, de propriedade de Adolph Hermann Schreiber. Neste mesmo período, estava em funcionamento a “casa de hospedagem do Sr. Claussen” (MÜLLER, 2010). Através do sobrenome dos proprietários, posso constatar que ambos eram imigrantes alemães e que foram os pioneiros na abertura de estabelecimentos de hospedagem em Pelotas.

Desde 1843, data provável<sup>1</sup> da abertura do primeiro estabelecimento de hospedagem em Pelotas, até a década de 1940, período que pesquiso, foram identificados por Müller (2004), além dos dois estabelecimentos citados, mais sete hotéis cujos proprietários eram alemães. Tenho informações sobre outros hotéis cujos proprietários eram alemães, além dos identificados pela autora, que apresento no decorrer do texto.

A cidade de Pelotas recebeu imigrantes alemães durante todo o século XIX, mas principalmente na segunda metade, após o término da Revolução Farroupilha, em 1845. A região serrana da cidade foi destinada ao assentamento de imigrantes europeus, entre eles, alemães e italianos, o que aconteceu, basicamente por capitais particulares (ANJOS, 2000). Grando (1990) afirma que a maioria dos imigrantes trazidos para colonizar a zona rural da cidade era de origem alemã, e estes, diferente dos outros camponeses que baseavam a sua produção no cultivo de frutas e legumes, focaram na pecuária leiteira, na batata, no milho, no fumo e no trigo.

As colônias alemãs no sul do Brasil, segundo Fachel (2002, p. 34), “serviram para valorizar as terras não ocupadas pela pecuária, produzir alimentos para o mercado interno brasileiro e contrabalancear o poder político da elite latifundiária frente ao governo central.”.

Muitos imigrantes estrangeiros pertencentes às colônias se deslocaram para as cidades em busca de melhores condições de vida. Essa situação foi verificada durante a pesquisa sobre a hotelaria em Pelotas, como exemplo temos os irmãos Fernando e Frederico Treptow, que vieram de São Lourenço do Sul e compraram o terreno onde foi construído o hotel e a ferragem Treptow, na atual Av. Duque de Caxias, via de acesso ao centro da cidade de Pelotas (FRITOLD, 2016).

Além disso, Klaus Becker (1958) apontou a chegada de 18 nacionalidades na cidade de Pelotas, entre elas a alemã, entre os anos de 1844 e 1852, destes, a maioria possuía profissões urbanas, caracterizando uma imigração espontânea de indivíduos com qualificação profissional. Segundo o autor, de 1844 a 1846 foram registrados 45 imigrantes alemães, representando 1,5% da imigração na cidade, e de 1850 a 1852 foram registrados 55 imigrantes alemães, representando 7% da

---

<sup>1</sup> Data provável do surgimento do primeiro estabelecimento de hospedagem na cidade, pois em um anúncio de 1885 consta que o hotel foi fundado em 1843 (DIÁRIO DE PELOTAS, 18.01.1885, p. 4).

imigração na cidade. Vale ressaltar que a imigração alemã no Brasil ocorreu de forma acentuada nos anos de 1824 a 1828, decrescendo na década de 1830, com cortes de verbas referentes à imigração estrangeira, principalmente em função da Revolução Farroupilha.

Segundo Anjos (2000), numericamente, os imigrantes portugueses foram a maioria em Pelotas no século XIX, seguido dos alemães e italianos. Na zona urbana, o autor constatou a superioridade dos imigrantes alemães, em relação aos italianos, entre os anos de 1850 e 1875 e dos italianos, em relação aos alemães, no último quartel do século XIX.

Esses imigrantes europeus contribuíram para o desenvolvimento da cidade de Pelotas, ocupando-se das mais diversas atividades, sejam industriais, comerciais, artísticas, ou de profissões liberais ou ainda como operários (ANJOS, 2000). Dentre as atividades, foram responsáveis pela instalação de estabelecimentos de hospedagem, tanto na zona urbana como na zona rural. Alguns destes hotéis foram alvos do “quebra-quebra” de agosto de 1942, durante a II Guerra Mundial. De acordo com Fachel (2002), o “quebra-quebra” ocorreu em estabelecimentos comerciais e residências de alemães e seus descendentes na cidade de Pelotas.

O “quebra-quebra” não foi um fator isolado da cidade de Pelotas, pois, conforme Fachel (2002), aconteceram depredações em Porto Alegre e outras cidades do Sul do estado. O autor também esclarece que não foi apenas com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, mas que a partir da I Guerra estes incidentes já ocorriam. Porém, em agosto de 1942 estes ataques ocorreram de forma acentuada. “Os dias dos ‘cristais’, para os teuto-brasileiros, ocorreram em agosto de 1942, quando suas lojas foram saqueadas e destruídas em várias cidades brasileiras. Pelotas e Porto Alegre são dois exemplos.” (FACHEL, 2002, p. 35).

Fachel (2002), analisando a II Guerra Mundial, e mais especificamente o “Quebra-quebra”, afirma que os ataques ocorreram em Pelotas e Porto Alegre. Podemos fazer um comparativo quanto à intensidade dos ataques nas duas cidades a partir da duração dos mesmos, que em Pelotas foi de aproximadamente 48 horas, e na capital, 24 horas. O autor identificou vários estabelecimentos comerciais de alemães e descendentes que foram atacados, entre eles o Hotel do Comércio e o Hotel América, além do armazém Fiss & Tessmann que identifiquei como

estabelecimento de hospedagem. Além destes hotéis que o autor identificou, identifiquei mais dois hotéis atacados.

Participo do projeto de pesquisa “A história da hotelaria em Pelotas nas primeiras décadas do século XX”, desde 2015. O objetivo deste projeto é identificar e caracterizar os hotéis existentes e abertos em Pelotas nas cinco primeiras décadas do século XX, a partir de fontes jornalísticas, como o Diário Popular, e de entrevistas. A partir do projeto iniciei minhas pesquisas sobre a história da hotelaria, principalmente sobre a hotelaria alemã pelotense.

As pesquisas realizadas durante minha participação no projeto resultaram na minha monografia, intitulada “Hotelaria em Pelotas na década de 1940: Proprietários alemães ou descendentes”. O foco da minha monografia era a hotelaria alemã na década de 1940, assim identifiquei os hotéis que estavam em funcionamento na época, caracterizando estes hotéis. Os hotéis identificados foram: Hotel Glória, Hotel Treptow, Hotel Ness, Hotel Krüger, Hotel Fiss & Tessmann, Hotel do Comércio, Hotel América e Hotel Colonial. Após as pesquisas realizadas no projeto, e da pesquisa para realizar minha monografia, me interessei pela temática, principalmente pelos impactos causados pela II Guerra Mundial na hotelaria alemã pelotense.

Quanto a pesquisas referentes ao “Quebra-quebra”, Fachel (2002), em seu livro intitulado “As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul”, contextualiza a II Guerra Mundial, a entrada do Brasil na guerra e descreve o Quebra-quebra ocorrido em 1942, citando alguns estabelecimentos atacados. O autor traz informações de apenas três hotéis que foram atacados na cidade, já identifiquei mais dois hotéis que sofreram com o “quebra-quebra” em Pelotas. O autor dá ênfase em sua pesquisa a II Guerra Mundial e ao Quebra-quebra de modo geral, trazendo o fato ocorrido a estes hotéis, mas não a trajetória dos mesmos.

Fachel (2002) relata o “quebra-quebra” nos estabelecimentos atacados, citando os meios de hospedagem e o que sofreram nos dois dias de saques e queimas. Porém, não traz informações detalhadas sobre cada meio de hospedagem. Sobre o Hotel América o autor apresenta o incêndio que hotel sofreu e traz uma imagem para ilustrar o ocorrido. E relaciona os armazéns Treptow e Fiss & Tessmann por estarem localizados entre a zona urbana e rural da cidade, na

periferia, e serem polos de atração dos agricultores, onde os colonos se hospedavam, vendiam suas produções e compravam alimentos. Através de relatos orais dos filhos dos proprietários, o autor conta sobre os ataques nos dois estabelecimentos.

Soares (2016) em sua dissertação intitulada “LEI PARA TODOS: Tensões trabalhistas entre “súditos do Eixo” e empregadores, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas” disserta sobre o Quebra-quebra e as tensões trabalhistas da Justiça do Trabalho de Pelotas. Quanto aos hotéis atacados, a autora cita o Hotel Treptow, que foi o único hotel identificado através dos processos trabalhistas. Soares (2016) traz informações sobre o Hotel Treptow em seu trabalho, mas o foco da autora são as tensões trabalhistas durante a II Guerra Mundial, relatando o que ocorreu com a família Treptow durante o Quebra-quebra em agosto de 1942.

Através dos relatos orais utilizados por Soares (2016), os entrevistados ressaltam o ocorrido com a família Treptow, que essa família teria sofrido muito com os ataques, por ser uma família antiga na cidade, ter bens, e ter perdido tudo, como os livros, que foram queimados, a casa, que foi incendiada e os animais, que foram soltos, fugindo da propriedade. Nos depoimentos, Geraldo Treptow é citado, por ser o principal médico dos colonos, e também ter sofrido com os ataques.

Existe uma lacuna quanto a história da hotelaria de modo geral, entre as décadas de 1930 a 1950, e esse fato se repete na cidade de Pelotas, fazendo-se necessário pesquisas sobre a época. Analisar a história dos estabelecimentos hoteleiros, cujos proprietários eram alemães ou descendentes se torna importante para a memória da cidade, pois eles contribuíram para o desenvolvimento da cidade e também contribuíram para o desenvolvimento da hotelaria na região. Os alemães foram pioneiros da hotelaria pelotense, e aproximadamente um século após a inauguração do primeiro estabelecimento hoteleiro, cujos proprietários eram alemães, a hotelaria alemã sofreu com os saques e queimas do “quebra-quebra”, tendo várias consequências para a hotelaria alemã, mas também para a hotelaria na cidade de Pelotas.

Porém, estas são informações fragmentárias, ainda incipientes para que se possa traçar a história da hotelaria em Pelotas, principalmente a respeito das consequências do quebra-quebra para os hotéis cujos proprietários eram alemães e seus descendentes, bem como para a hotelaria pelotense de modo geral.

Tendo como objeto a hotelaria pelotense, pretendo responder a seguinte questão: De que forma a hotelaria pelotense foi atingida pelo “quebra-quebra” na II Guerra Mundial e quais as consequências destes ataques para a mesma, bem como para a cidade de Pelotas?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as consequências do “quebra-quebra” ocorrido em agosto de 1942, durante a II Guerra Mundial, na hotelaria pelotense através dos hotéis cujos proprietários eram alemães ou descendentes.

Para isso pretendo: Identificar os hotéis que estavam em funcionamento na década de 1940 em Pelotas; Caracterizar os hotéis pelotenses cujos proprietários eram alemães ou descendentes de alemães que estavam em funcionamento na década de 1940, na cidade de Pelotas; Identificar as consequências dos ataques para os estabelecimentos hoteleiros (se foram fechados, se reabriram, se seus proprietários continuaram os mesmos), e as consequências para a hotelaria pelotense no período da II Guerra Mundial.

Na análise dos ataques ocorridos aos hotéis durante o quebra-quebra a relação entre política e intolerância se faz presente, “na falta de parâmetros do que pode e do que não pode ser tolerado [...] a quem cabe fiscalizar e punir, quando necessário” (SCHIO, 2017, p. 989). Em um governo ditatorial, em que a censura se fez presente, com a Campanha de Nacionalização impedindo alemães e descendentes de falar o seu idioma, o medo e a insegurança se fazem presentes. Ou seja, “sem o convívio na pluralidade, os humanos temem seus semelhantes, não se identificam com eles [...] nem possuem vínculos, e não os respeitam” (SCHIO, 2017, p. 989). Neste contexto, as diferenças étnicas, por exemplo, são utilizadas pelo Governo para afastar as pessoas, que, anteriormente, conviviam harmonicamente, contribuindo para o desenvolvimento das regiões.

Para a realização deste trabalho, são utilizadas as narrativas dos entrevistados como principal fonte, utilizando-se, assim, a história oral híbrida, conceito trabalhado por Alberti (2005), que considera que existe um diálogo entre as fontes orais, fontes documentais e fontes jornalísticas. Segundo a autora o “trabalho simultâneo com diferentes fontes e o conhecimento aprofundado do tema permite perceber ‘dissonâncias’ que podem indicar caminhos profícuos de análise das entrevistas de História Oral.” (ALBERTI, 2005, p. 189). [Grifos da autora].

Em conjunto com as fontes orais, trabalho com fontes bibliográficas, como as listas telefônicas do Guia de Assinantes da Companhia Melhoramento e Resistência, os almanaques de Pelotas e do Brasil que divulgavam informações das diferentes cidades, fontes jornalísticas, principalmente com o Diário Popular, e fontes documentais, como os processos da justiça do trabalho, no acervo do Núcleo de Documentação Histórica do ICH-UFPel (NDH). No decorrer do texto apresento algumas imagens, com o objetivo de ilustrar algumas características dos hotéis e também dos ataques sofridos pelos mesmos.

A história oral “deve atuar onde os documentos convencionais não atuam, revelando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada preservados pelos documentos formalizados.” (MEIHY, 2011, p. 197). Assim, este método de pesquisa permite “recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares.” (ALBERTI, 2005, p. 22).

Utilizo a história oral como fonte principal neste trabalho, atuando em conjunto com as fontes documentais e fontes jornalísticas, compondo a lacuna existente na história da hotelaria alemã, e recuperando a identidade dos estabelecimentos de hospedagem que sofreram com os ataques em agosto de 1942, identificando suas particularidades, que não poderiam ser identificadas em documentos convencionais.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, e a narrativa dos entrevistados é analisada e utilizada como fonte. Segundo Alberti (2005) as entrevistas de história oral podem ser entrevistas temáticas ou histórias de vida, e deve-se optar de acordo com a pesquisa. Utilizo entrevistas temáticas, que segundo a autora versam sobre a participação do entrevistado no tema abordado, em um determinado período de tempo, mantendo o foco em experiências de acontecimentos específicos na vida do depoente. Para diferenciar a narrativa dos entrevistados das demais fontes utilizadas optou-se pelo destaque do texto em *itálico*.

A história oral utiliza a memória dos entrevistados como fonte, e “através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido.” (CANDAU, 2012, p. 61). O autor complementa afirmando que “é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória.” (CANDAU, 2012, p. 61). “A memória é a possibilidade de recolocação das

situações escondidas que residem na sociedade profunda [...]”. (D’ÁLESSIO, 1993, p. 98).

Nas perseguições violentas, como foi o caso do Quebra-quebra, fica evidente na fala dos entrevistados uma memória traumática. A “memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. O testemunho é analisado como parte de uma complexa ‘política da memória’.” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 65). O autor também afirma que a memória traumática é caracterizada por uma memória de um passado que se mantém no presente. Os sobreviventes destas atrocidades, “portam estas verdades e são tratados como porta-vozes delas.” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73).

De acordo com Ferreira (2002), a memória é uma construção do passado, pautada em emoções e vivências, “ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.” (FERREIRA, 2002, p. 321). O passado é construído de acordo com as necessidades do presente.

Segundo Delgado (2003), a memória é um caminho para que os sujeitos possam percorrer a temporalidade de suas vidas, que a memória atua como um suporte que constrói a identidade.

Portanto, para realização desta pesquisa são utilizadas cinco entrevistas já realizadas pelo projeto de pesquisa “A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX”, já citado. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e a autorização de uso da fala está no final da gravação. Duas entrevistas foram realizadas no ano de 2005 com Luiza Del Grande Brauner e com Erna Schüller Weirich.

A primeira entrevistada foi Erna Schüller Weirich, nascida em 12 de junho de 1920, na Colônia São Manuel. Erna morou na Colônia com os pais até os 14 anos de idade, quando veio para a zona urbana da cidade para trabalhar no lugar da sua irmã mais velha, que estava noiva. A entrevistada ocupou a vaga da irmã no Hotel Colonial Treptow e trabalhou lá por cerca de 4 a 5 anos. Saiu do hotel quando teve apendicite e após se curar começou a trabalhar no Hotel do Comércio. Neste último, vivenciou os ataques sofridos durante a II Guerra Mundial. Foram realizadas duas entrevistas com dona Erna, em janeiro de 2005, na residência da própria entrevistada.

A segunda entrevistada foi Luiza Del Grande Brauner, nascida em 1918, filha de Jose Del Grande, proprietário do Hotel Brasil. A família de Luiza era de descendência Italiana, vieram da Itália diretamente para Pelotas. Luiza se casa com um descendente de alemão, mas como o marido tinha negócios em São Lourenço e precisava vender o negócio para comprar a casa deles, ela morou com o filho mais velho no Hotel Glória. A entrevistada traz informações sobre o Hotel Glória, localizado na Praça Piratinino de Almeida, de propriedade de Carlos Bernardo Neutzling, o qual também sofreu ataques durante a II Guerra Mundial. A entrevista foi realizada em 11 de maio de 2005, na residência da entrevistada.

Foi realizada uma entrevista com Gilberto Treptow, e seu tio, Fritold Rutz. Os entrevistados são neto e genro do dono do Hotel e Armazém Colonial F. Treptow e Cia. Ltda., respectivamente. Fritold Rutz nasceu na Colônia Aliança, veio para a zona urbana da cidade para se apresentar no quartel, quando conheceu a sua falecida esposa Selma, filha do proprietário do Hotel Treptow, e assim trabalhou ao lado de sua família no hotel. Foi realizada a entrevista com ambos, no dia 13 de maio de 2016, na residência de Gilberto Treptow. A entrevista foi gravada e transcrita pela autora deste trabalho. O Hotel Treptow também sofreu com o “quebra-quebra”.

Gilberto Treptow é neto de Fernando e nasce cerca de 30 anos após a chegada do avô em Pelotas. Fritold Rutz ainda não conhecia a família Treptow quando inauguram o hotel, mas descreve perfeitamente o fato. Assim a fala dos entrevistados, que será apresentada, trata-se de uma memória herdada ou uma memória compartilhada, conceito trabalhado por Pollak que afirma que é “perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p. 2).

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. (POLLAK, 1992, p. 5)

No dia 13 de junho de 2016 foi realizada a entrevista com Diva Vighi Beskow, que morava na Colônia Júlio de Castilho e ficou hospedada no Hotel e Armazém

Colonial F. Treptow e Cia. Ltda., no Hotel Ness e no Hotel Krüger, trazendo informações dos três hotéis. Diva vinha para a zona urbana da cidade com o seu pai, que trazia alfafa para vender no centro da cidade. A entrevista foi realizada na própria residência da entrevistada, foi gravada e, posteriormente, transcrita pela autora.

Tanto a pesquisa nas listas telefônicas quanto nos almanaques foram realizadas por participantes do projeto de pesquisa “A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX”, e os dados estão disponíveis no acervo do projeto. Quanto aos almanaques, utilizo as informações coletadas no “Almanach de Pelotas” de 1917 a 1926, e no Almanak Laemmert de 1907, 1909, 1911/1912, 1914, 1930 e 1940. Os almanaques estão disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, o acervo tem disponível os exemplares a partir de 1891 até 1940.

A pesquisa nas listas telefônicas do Guia de Assinantes da Companhia Melhoramento e Resistência foi realizada no Museu das Telecomunicações em Pelotas. Foram coletados dados como nome dos hotéis, endereço e nome dos proprietários. Foram pesquisados nos livros de assinantes dos anos de 1925 a 1934, 1925 a 1927, 1928 a 1930, 1931 a 1934, 1935, 1947, 1953 e 1958.

Nos almanaques e nas listas telefônicas, como dito anteriormente, encontrei informações sobre endereço dos hotéis, nome dos proprietários, e posso supor data aproximada de fundação. Alguns hotéis que aparecem nas listas são: Rio Hotel, Hotel América, Hotel Brasil, Paris Hotel, Luzo Brasileiro, Hotel Gloria, Hotel dos Estrangeiros, Grande Hotel, Hotel Ness, Hotel Kruger, Portugal Hotel, Hotel Rio Grandense, Hotel 15 de Janeiro, Hotel Familiar, Hotel Aliança, Hotel do Comércio, Hotel Popular, Novo Hotel do Comércio. Também obtive o endereço residencial de alguns proprietários dos hotéis e, foi possível verificar que alguns destes possuíam outros estabelecimentos comerciais/industriais que também aparecem nas listas telefônicas.

Além das listas telefônicas, foram utilizadas fontes jornalísticas, principalmente, o jornal Diário Popular, para a busca de datas, como fundação dos hotéis, entre outras informações.

O acervo do jornal Diário Popular está disponível na Biblioteca Pública Pelotense. A pesquisa foi realizada de forma sistemática, verificando as informações de dia a dia, mês a mês, e ano a ano. Estas informações também estão disponíveis no acervo do projeto de pesquisa. As pesquisas realizadas no jornal foram coletadas pela bolsista do projeto nos anos de 2016 e 2017, que listou informações sobre os hotéis que anunciam no jornal na década de 1940.

Segundo Calonga (2012), quando se pensa em impressos é importante ressaltar que estes são produtos forjados a partir de uma representação contextualizada da realidade, que revela formas simbólicas de representar uma memória de um grupo. A partir dos jornais, se torna fundamental “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

Os jornais, através dos discursos “produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CARVALHO, 2005, p. 149). Estes são “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2010, p. 536).

Foi realizada uma nova pesquisa nos jornais, no mês de agosto de 1942, com o objetivo de colher mais detalhes sobre os ataques e identificar novos estabelecimentos hoteleiros. Também foi realizada uma pesquisa nos processos da justiça do trabalho, no acervo do Núcleo de Documentação Histórica do ICH-UFPel (NDH), identificando quais deles estão relacionados com os hotéis alemães que estavam em funcionamento na década de 1940. A partir destes processos obtive as primeiras informações sobre o Hotel Heling, além de informações sobre os funcionários que trabalhavam nos hotéis na década de 1940, quais funções desempenhavam e seus respectivos salários.

Através da análise de uma lista com todos os processos do acervo entre 1941 e 1950, que totalizavam 1.827 processos, foram encontrados 17 processos relacionados à estabelecimentos de hospedagem nos anos de 1941 (data do primeiro processo referente a hotelaria encontrado) a 1950. Um dos processos era sobre uma pensão, um processo, por eventualidades, não estava disponível para consulta e 15 processos eram referentes a hotéis que estavam em funcionamento na década de 1940. Os processos identificados são dos seguintes hotéis: Hotel Aliança (um processo), Hotel América (um processo), Hotel Brasil (um processo), Hotel do

Comércio (um processo), Hotel dos Estrangeiros (quatro processos), Hotel Heling (um processo), Hotel Luso Brasileiro (um processo), Hotel Mirim (um processo), Hotel Treptow (um processo), Novo Hotel do Comércio (um processo) e Paris Hotel (dois processos).

O que analiso nos processos não é o delito cometido, como o processo se desenvolve, ou se o denunciado foi condenado ou absolvido. Os processos são utilizados para caracterizar os hotéis, os seus hóspedes e seus funcionários.

O primeiro capítulo desta dissertação relata o processo de imigração germânica ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e a Pelotas. Neste capítulo trago informações sobre os interesses do governo brasileiro em receber estes imigrantes e os motivos pelos quais os fizeram deixar a sua terra e virem ao Brasil. Relato quais as condições que os imigrantes tiveram quando chegaram ao país, como se estabeleceram e como foi a relação destes com os brasileiros.

Também é abordado como estes alemães se estabeleceram especificamente na cidade de Pelotas, tanto os imigrantes que vieram para a zona rural quanto para a zona urbana da cidade. Em um período inicial da imigração na cidade vieram muitos agricultores, que formaram as colônias na zona rural, mas em um segundo momento a cidade recebeu imigrantes com profissões estabelecidas, que se tornaram parte da elite da cidade e investiram no comércio e indústria da região.

No segundo capítulo trago informações sobre a hotelaria pelotense na década de 1940, com foco na hotelaria alemã, citando os estabelecimentos em funcionamento na década, bem como suas características, como localização, proprietários, data de abertura e fechamento, destacando os proprietários alemães ou descendentes de alemães.

Neste mesmo capítulo, abordo os hotéis coloniais na cidade, que eram estabelecimentos cujos proprietários eram alemães, os seus principais hóspedes eram os colonos, e os serviços ofertados satisfaziam as necessidades destes hóspedes, como por exemplo, ter um espaço para deixar a carroça e soltar os cavalos. Outra característica destes hotéis era a sua localização, que eram nas vias de acesso da zona rural ao centro da cidade, principalmente nas atuais avenidas Duque de Caxias e Fernando Osório.

No terceiro e último capítulo abordo o “Quebra-quebra”, trazendo informações sobre os saques, queimas, quebras e passeatas que ocorreram em agosto de 1942 no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas.

Trago neste capítulo as informações coletadas sobre os ataques na cidade de Pelotas e finalizo com as informações sobre os ataques aos hotéis pesquisados e o que ocorreu com estes estabelecimentos após o “Quebra-quebra”, utilizando, principalmente, as narrativas dos entrevistados.

## Capítulo 1: A imigração germânica ao Brasil

Antes de discutir como foi a imigração germânica ao Brasil e a formação das colônias germânicas no país defino o que eram as chamadas colônias, pois os imigrantes tinham o intuito de fazer do Brasil sua nova casa. Spinassé (2008) afirma que, de acordo com o artigo 46 da lei 7.967 de 18 de setembro de 1945, o ato de colonizar seria “promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais.” (SPINASSÉ, 2008, p. 3). Assim, as primeiras características de colônia eram voltadas para o trabalho rural e comunitário.

Segundo Moraes e Santos (2013) na primeira fase de colonização no Brasil, a Alemanha ainda não existia como Estado, mas quando estes imigrantes germânicos vieram ao Brasil passaram a ser denominados de “alemães”. Apenas a partir de 1871, e após a Guerra Franco-Prussiana que foi constituída a nação hoje denominada como Alemanha. Portanto os primeiros imigrantes que embarcaram ao Brasil vieram de diferentes regiões germânicas.

Fonseca (2014) define o sentimento de germanismo destes imigrantes, que era referente a etnia, ao grupo étnico em si, como um sentimento de um grupo específico, que “conjuga elementos distintos como: a raça, o conhecimento e a cultura, sendo provenientes das terras onde predominava a língua alemã.” (FONSECA, 2014, p. 2).

Um dos primeiros fatores que possibilitou a vinda de imigrantes germânicos para o Brasil no século XIX foi a abertura dos portos em 1808.

A abertura dos portos em 1808, por parte do Príncipe, mais tarde Rei D. João VI, pela primeira vez na história do Brasil, franqueou aos estrangeiros a entrada na antiga colônia de Portugal, preparando a sua futura posição internacional de nação independente. O casamento de Dona Leopoldina da Áustria com o príncipe herdeiro, estendeu os primeiros laços de intercâmbio permanente entre o futuro Império e as terras de língua e cultura alemã na Europa. Na comitiva da princesa, afora de elementos da corte imperial de Viena, desembarcava, em 15 de julho de 1817, uma lúcida hoste de cientistas austríacos, alemães e italianos [...]. (BECKER, 1968, p. 78).

De acordo com Cunha (2006), o que motivou o início da colonização germânica no Brasil foi, após o fim do tráfico negreiro em 1850, a necessidade de soldados que defendessem a independência brasileira, assim trazendo para o Brasil

soldados e colonos alemães. Betemps e Vieira (2008) afirmam que antes desta data o imperador já inicia uma política de imigração, após a Independência, em 1822, cuja “[...] intenção era de formar uma população branca livre e criar um exército brasileiro.” (BETEMPS; VIEIRA, 2008, p. 8). Este foi um dos motivos da vinda destes imigrantes na primeira fase de colonização no Brasil.

Segundo Becker (1968) os imigrantes alemães, assim como os italianos e poloneses não vieram como foragidos ao Brasil, mas a partir de um convite insistente do governo. Spinassé (2008) afirma que os imigrantes germânicos que vieram ao Brasil emigraram por vários motivos, mas com um único objetivo, que seria:

[...] o de iniciar aqui uma vida nova e melhor. A pobreza predominava na Alemanha e os governos não davam conta de auxiliar e amparar a população. Essa situação emergencial era grave e muitas pessoas passavam fome. Além disso, as perseguições religiosas, o sistema agrícola ainda muito marcado pelo feudalismo e o alto índice de natalidade entre os camponeses levavam a graves problemas, como a falta de emprego, e a sérias crises no caso de uma má colheita, como ocorreu nos anos de 1816/17 no estado de Baden. (SPINASSÉ, 2008, p. 3).

Tendo em vista os propósitos do governo brasileiro, este, segundo Spinassé (2008), enviou agentes de imigração a Europa, que tinham como objetivo fazer propaganda sobre o Brasil e divulgar as possibilidades de imigração ao país. Esta divulgação se deu principalmente nos estados alemães e na Suíça, assim dando esperança ao povo alemão de melhores condições de vida, porém, foi feita uma propaganda falsa sobre o país, ou no mínimo exagerada. “Os alemães, no seu estado de pobreza, acreditavam, contudo, em tudo o que lhes era informado, e davam tudo o que tinham para pagar a viagem marítima, colocando-se a caminho do ‘Eldorado’”. (SPINASSÉ, 2008, p. 3) [Grifos da autora].

Os imigrantes germânicos que entraram no Brasil não tinham intenção de retornar à sua terra natal, segundo Spinassé (2008), pois a volta seria muito cara e dura, e também por que a situação emergencial da Europa não iria mudar tão cedo, e retornando iriam voltar a viver em situações precárias. Portanto os imigrantes que entraram no Brasil tinham intenção de fazer deste país sua nova terra e adquirir a cidadania brasileira.

A data oficial para o início da imigração alemã ao Brasil, segundo Spinassé (2008), foi 25 de julho de 1824. De acordo com a autora a data é comemorada em várias localidades onde houve imigração como sendo a data oficial da imigração

germânica ao Brasil, mas que na verdade esta data marca a imigração ao Rio Grande do Sul. Os imigrantes eram mandados ao Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, “pois exatamente esta região precisava ser povoada, para que os limites fronteiriços com os países hispânicos fossem assegurados e resguardados” (SPINASSÉ, 2008, p. 3-4).

Os imigrantes não encontraram, entretanto, os campos vastos prometidos, com casa, animais, sementes e árvores frutíferas, mas sim áreas de mata virgem, que tiveram que desbravar. Assim, foram criadas no sul várias comunidades distintas e independentes. Cada grupo de imigrantes que chegava junto e abria uma clareira na mata para si, permanecia, normalmente, junto. Em torno dessas pequenas comunidades não havia, geralmente, nenhum outro grupo de pessoas. Por esse motivo, existia no início pouco contato com “brasileiros” ou com outros grupos de imigrantes. Eles viveram, por muito tempo, isoladamente. (SPINASSÉ, 2008, p. 4). [Grifo da autora].

De acordo com Cunha (2006) o final da primeira fase da colonização no Brasil foi marcado pela Lei de Orçamento de 1830, que no artigo 4º abolia para todas as províncias do Império as despesas oriundas da colonização. A lei foi uma resposta ao excesso de gastos com os batalhões de alemães. “Interrompeu-se também, assim, a contratação de mercenários para o Império como motivação para a entrada de estrangeiros no país, pelo menos até 1851, quando chegou ao Brasil a Legião Alemã, com 1.770 soldados.” (CUNHA, 2006, p. 282).

Em um segundo momento da imigração alemã, por volta da década de 1870 os motivos da colonização no Brasil mudam. Segundo Moraes e Santos (2013) a vinda de imigrantes germânicos para o Brasil foi ocasionada por vários fatores, dentre eles: “a crise econômica europeia durante o século XIX, a diminuição do tráfico de escravos negros através da Legislação Brasileira e a Abolição da Escravatura em 1888, determinando a necessidade de mão de obra para o trabalho agrícola.” (MORAES E SANTOS, 2013, p. 2).

Anjos (2000) afirma que existiram dois propósitos do Governo brasileiro com a vinda destes imigrantes, o primeiro seria estimulado diretamente pelo Governo, que necessitava de mão-de-obra não escrava, e a necessidade de branqueamento da população. O segundo seria com o intuito de formar colônias de imigrantes, focando na agricultura e na ocupação de espaços demográficos que estavam vazios, além da formação de uma classe operária.

Segundo Spinassé (2008) já havia um maior número de brasileiros no sul do país e também de imigrantes italianos. Assim, a relação dos imigrantes germânicos com os demais residentes no sul do Brasil é esclarecida pela autora:

Os novos vizinhos representavam um “corpo estranho” no mundo dos imigrantes, com o qual eles ainda teriam que aprender a lidar. O comércio com “brasileiros” e demais estrangeiros já era maior e mais intenso, uma vez que os comerciantes vinham mais até as colônias vender seus produtos. As primeiras gerações de imigrantes já tiveram que estabelecer contato com comerciantes de fora da colônia, mas isso não acontecia tão freqüentemente, até pelo seu padrão de vida não ser tão alto. (SPINASSÉ, 2008, p. 6). [Grifos da autora].

Conforme dados do Anuário Estatístico do Brasil dos anos de 1939 e 1940, em seu relatório sobre a movimentação geral da imigração por nacionalidade, é relatado que entre os anos de 1884 e 1939, 170.645 imigrantes alemães entraram no Brasil, ficando abaixo do número de imigrantes espanhóis, italianos, japoneses e portugueses (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1939/1940). Antes deste período, não se tem um número exato de imigrantes por nacionalidade, mas, Iepsen (2008) afirma que entre 1822 e 1950 aproximadamente 5 milhões de estrangeiros imigraram ao Brasil, e destes cerca de 255 mil eram alemães. Do total de imigrantes alemães citados pelo autor, 75 mil teriam vindo ao Rio Grande do Sul.

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil, entre os anos de 1908 e 1939, 46.202 imigrantes alemães entraram no Brasil pelo Porto de Santos, destes, 29.508 eram homens e 16.694 eram mulheres, sendo que o número de mulheres representava aproximadamente um terço do número de imigrantes. Dos 46.202 imigrantes, 40.227 eram alfabetizados, e apenas 5.975 não eram alfabetizados. Do número total de imigrantes, 38.785 eram maiores de 12 anos, portanto, a grande maioria dos imigrantes adultos que vieram da Alemanha ao Brasil neste período eram alfabetizados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1939/1940).

Ainda, de acordo com o Anuário, desde o período da Proclamação da República até a data do anuário, 1939, 24.270 imigrantes de diversas nacionalidades se naturalizaram brasileiros, destes 1.698 eram alemães. A partir da década de 1920 o número da naturalização de imigrantes alemães se sobressai em comparação com as décadas anteriores, somando 1.352 até o ano de 1939 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1939/1940).

No ano de 1939, conforme dados do Anuário Estatístico do Brasil 1.975 imigrantes alemães entraram no Brasil, destes, 914 eram homens e 1.061 eram mulheres, 1.933 eram alfabetizados e 42 não eram alfabetizados. Dos 1.975 imigrantes, 27 eram agricultores, os demais eram de diversas profissões. Portanto, os imigrantes que vinham ao Brasil neste período não vinham apenas voltados para a agricultura como foi no início da imigração. Quanto ao destino destes 1.975 imigrantes, dois foram para o Pará, 54 para Pernambuco, 24 para a Bahia, 915 para o Distrito Federal, 895 para São Paulo, um para Santa Catarina e 84 para o Rio Grande do Sul (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1939/1940).

Conforme dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1941 a 1945, em 1940 1.783 imigrantes alemães entraram no país, e 456 saíram do Brasil; em 1941, 837 imigrantes alemães entraram no país e 450 saíram; em 1942, 66 imigrantes entraram no país e 423 saíram; em 1943, sete imigrantes entraram e sete saíram do país; em 1944, um imigrante entrou no país e 136 saíram (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1941/1945). Observa-se que a partir de 1942, ano em que o Brasil entra oficialmente na II Guerra Mundial, o número de imigrantes reduz drasticamente e um grande número sai do país. O ano de 1944 é marcado pela saída destes imigrantes, sendo que apenas um entra no país.

No período de 1940 a 1944, segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil, em 1940, 278 alemães são naturalizados brasileiros; em 1941, 191 são naturalizados; em 1942, 12 são naturalizados; em 1943, 3 são naturalizados; em 1944, 12 são naturalizados, somando 496 naturalizações no quinquênio, que representa 3,17 das naturalizações realizados no período (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1941/1945).

De acordo com Rockenbach e Flores (2004) o presidente Getúlio Vargas, inicialmente, possuía simpatias pelo regime alemão, mas que em 1937 instituiu o Estado Novo e decretou a Campanha de Nacionalização. “O coronel Aurélio da Silva Py ordenou o fechamento de sociedades culturais e o confisco de bandeiras, escudos, medalhas e bibliotecas.” (ROCKENBACH; FLORES, 2004, p. 37).

O secretário de Educação J.J. Pereira de Souza proibiu o uso de língua estrangeira, de bandeira e de símbolos estrangeiros. Entre 1938-1939, dezenas de escolas “alemãs” foram fechadas e em 1942, quando o Brasil

entrou oficialmente na guerra, a perseguição às pessoas aumentou. (ROCKENBACH; FLORES, 2004, p. 37).

Com a Nacionalização, outorgada em 1938 pelo Presidente, foi acentuada a importância de se denominar e caracterizar como brasileiro. Assim, segundo Spinassé (2008) a língua portuguesa se torna mais presente nas colônias alemãs, as aulas que até então eram ministradas em alemão passam a ser em português, pois o idioma alemão é proibido no país, com isso anos letivos são perdidos. O português se torna a língua oficial do país, e os colonos são obrigados a aprender a nova língua, como uma obrigação de cidadão brasileiro, mas dentro da comunidade mantinham o seu idioma, como sentimento de pertencimento étnico.

Segundo Soares (2016) em 1930 foi criado o decreto 19.484, que restringia a entrada de imigrantes no Brasil, após esse decreto só seria aceita a vinda desses imigrantes quando fosse solicitada por interventores federais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou quando recebessem o convite de seus familiares, os chamados “bilhetes de chamada”. Além deste decreto, no mesmo ano o decreto 19.482, conhecido como “lei dos 2/3”, que se referia:

Neste artigo, o Estado deu um prazo de noventa dias para que empresas, associações, companhias e firmas comerciais apresentassem para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio uma lista de seus funcionários, sendo exigido que dois terços destes fossem brasileiros natos. (SOARES, 2016, p. 33).

A autora complementa afirmando que:

[...] a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. (SOARES, 2016, p. 33).

As informações apresentadas por Soares (2016) salientam a preocupação do governo durante a Campanha de Nacionalização. Os empresários deveriam empregar brasileiros e não manter fábricas com grande número de imigrantes de uma mesma região. O número de imigrantes deveria ser menor em comparação com os brasileiros em determinados municípios ou estados.

No ano de 1938 o governo tomou duas medidas quanto à imigração:

Uma delas foi a criação do Conselho de Imigração e Colonização, o qual tinha como objetivo controlar e fiscalizar o processo de imigração, colonização e implantação da campanha de nacionalização. E a segunda foi a criação da própria Campanha de Nacionalização, que contava com a obrigação do ensino nas escolas ser em português, mudança do nome das

escolas para nomes portugueses, instituição de matérias como moral e cívica e educação física, proibição de falar idiomas estrangeiros, etc. (SOARES, 2016, p. 35-36).

De acordo com Soares (2016) em 1939 foram contabilizados 87.024 imigrantes alemães no Brasil, que na época possuía uma população de 30 milhões de pessoas, mas a divisão de imigrantes não era a mesma entre os estados. O estado que possuía mais imigrantes era São Paulo, com 33.397, depois o Rio Grande do Sul, com 15.279, o Paraná com 12.434 e Santa Catarina, com 11.293.

Em decorrência da Campanha de Nacionalização e da Segunda Guerra Mundial, a língua alemã é proibida no Brasil (SPINASSÉ, 2008). Foi proibido publicar jornais em língua alemã, a circulação de livros no idioma, falar alemão em locais públicos, documentos alemães foram apreendidos, bibliotecas foram destruídas e várias prisões ocorreram. A partir destes fatos muitos imigrantes ou descendentes começaram a sentir vergonha e medo de serem alemães, devido aos traumas sofridos desde a I Guerra Mundial, acentuados durante e após a II Guerra Mundial. A língua alemã era um fator identitário, era responsável pela ligação com o país de origem, e por isso foi mantida dentro da comunidade, mas com grande receio de ser falada em locais públicos ou fora das colônias.

Portanto, a imigração germânica ocorreu em virtude de vários motivos, na primeira fase da imigração existia a necessidade de soldados que defendessem a independência brasileira, também era necessário o aumento de mão-de-obra agrícola e assim foram enviados agentes de imigração para fazer propaganda do Brasil aos estrangeiros.

Já na segunda fase de colonização, com a diminuição do tráfico negreiro e a abolição da escravatura, o governo visava um branqueamento da população atrelado ao intuito de formar colônias focadas na agricultura e na ocupação de espaços demográficos próximos as fronteiras.

Os imigrantes, ao chegarem ao Brasil estabeleceram colônias e a cultura de subsistência, e assim se mantiveram. Já nas primeiras décadas do século XX estes imigrantes já estavam estáveis no Brasil e chamando seus familiares ao país. Os imigrantes não vinham mais apenas para serem agricultores, mas desempenhavam outras profissões, estabeleciam comércios e fábricas, e alguns faziam parte da elite de algumas cidades.

Com a Campanha de Nacionalização, a língua alemã é proibida e o português se torna o idioma oficial do Brasil, livros e documentos germânicos são perdidos, e conseqüentemente, parte da cultura destes descendentes. Em decorrência das perseguições iniciadas no período da I Guerra Mundial e acentuadas com a II Guerra, muitos imigrantes acabam tendo medo ou vergonha de serem alemães, perdendo parte de sua identidade.

### **1.1 Imigração germânica ao Rio Grande do Sul**

De acordo com Cunha (2006) em 1808 iniciou-se a política de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil, a partir de dois decretos promulgados pelo príncipe regente. O primeiro decreto de “1º de setembro, determinando a vinda de 1.500 famílias, ou um número de homens e mulheres em idade de casar, para o Rio Grande do Sul, para pequenas sesmarias que deveriam cultivar” (CUNHA, 2006, p. 279). O segundo decreto, de “25 de novembro, permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros, buscando aumentar a lavoura e a população.” (CUNHA, 2006, p. 280).

Conforme Becker (1968) uma das razões que fizeram com que D. Pedro encaminhasse a imigração germânica para o extremo sul do país seria que “nem o clima nem o solo dos sítios até então escolhidos favoreciam a colonização com elementos germânicos, de maneira que a maior parte dos núcleos fundados não correspondia às esperanças neles depositados.” (BECKER, 1968, p. 79).

Portanto, a escolha do encaminhamento dos imigrantes germânicos ao Rio Grande do Sul ocorreu pelo clima e pelo solo da região, que possuía características mais próximas das expectativas destes colonos. Para o governo a formação de núcleos agrícolas na região teria como objetivo, além da ocupação destas terras, o abastecimento das tropas que protegiam a fronteira do sul do Brasil.

De acordo com Betemps e Vieira (2008), unida à política de imigração, o governo imperial adota um sistema com o objetivo de ocupar as terras do Rio Grande do Sul, instalando o trabalho livre, o regime de pequena propriedade, a agricultura de subsistência e a mão de obra branca. Conforme Cunha (2006), a

colonização do Rio Grande do Sul com imigrantes estrangeiros era necessária por dois motivos:

[...] a constituição de uma agricultura voltada para o mercado interno, uma vez que a florescente agricultura gaúcha da segunda metade do século XVIII e início do século XIX não se restabelecera da crise do trigo e dos efeitos da Revolução Farroupilha; o povoamento da província através da criação de comunidades agrícolas sedentárias, que possibilitasse a reconstituição de uma sociedade dualista no Rio Grande do Sul, baseada na agricultura e na criação de gado, não somente na última. (CUNHA, 2006, p. 290).

Assim, atrelando a necessidade de trabalho livre e mão de obra branca, foi instalado o regime de pequena propriedade e a agricultura de subsistência. A agricultura gaúcha estava em declínio pela crise do trigo e a Revolução Farroupilha, e sua economia estava baseada principalmente na criação de gado, e estes imigrantes iriam formar colônias e fortalecer a agricultura gaúcha.

De acordo com Cunha (2006) foram fundadas pelo governo geral três colônias no Rio Grande do Sul sob as mesmas bases, que eram a concessão gratuita de terras, de ferramentas e de subsídios, as três colônias foram: São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres.

Segundo Becker (1968) no ano de 1824 ocorreram duas levas de imigrantes alemães, que totalizaram 124 pessoas, tendo profissões variadas, como: médicos, farmacêuticos, comerciantes, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, pintores, ferreiros, seleiros, carroceiros, joalheiros, agricultores e jardineiros. Mas em sua maioria agricultores, totalizando 23 das 124 pessoas. De acordo com o autor o ano de 1825 teve o total de 908 imigrantes alemães e em sua maioria agricultores, o que se seguiu nos próximos anos.

Após a imigração destas 1.032 pessoas nos dois primeiros anos (1824 e 1825), nos anos seguintes houve o maior número de imigrantes (BECKER, 1968). Em 1826 foi de 828 pessoas, em 1827 foram 1.088 imigrantes, em 1828 foram 99 e em 1829 imigraram 1.688 pessoas. O autor acrescenta mais 120 imigrantes avulsos, o que totalizaria 4.855 imigrantes até o ano de 1830.

O total dos 30 primeiros anos de imigração germânica no Rio Grande do Sul chega a 7.491 pessoas (BECKER, 1968), e estima-se que nos primeiros 50 anos entre 20.000 a 25.000 imigrantes alemães chegaram no sul do país. De acordo com

Betemps e Vieira (2008) na segunda metade do século XIX o fluxo de imigrantes se intensifica, com o objetivo de formar colônias com base na pequena propriedade.

Conforme a proposta de José Feliciano Fernandes Pinheiro, a região entre o Rio dos Sinos e a Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, passou a se chamar Colônia Allemã de S. Leopoldo em 18 de agosto de 1824 (BECKER, 1968). O nome da colônia foi em homenagem a Dona Leopoldina da Áustria. Na colônia de São Leopoldo as terras foram divididas em lotes de 70 a 75 hectares por família e até 1854 estas terras eram doadas às famílias, sendo que a partir deste ano o governo passa a cobrar trezentos mil réis por aproximadamente 48 hectares.

Em 1848, a partir de diretrizes do governo provincial, é criada uma lei que daria as províncias coparticipação na iniciativa imigratória, e exigia a concessão de seis léguas de terras devolutas destinadas à colonização não escrava. Assim, a única despesa do imigrante seria referente a sua passagem (IEPSEN, 2008).

No espaço rural, estes imigrantes foram responsáveis pela implantação de um novo modelo agrícola, da pequena propriedade familiar. Já no espaço urbano “na condição de artesãos, foram responsáveis pela implantação de setores como a metalurgia, a indústria coureiro-calçadista, entre outros. Trouxeram consigo a tradição escolar, que fez do Estado, o mais alfabetizado da Federação.” (MORAIS, 2013, p. 2).

Em Porto Alegre, no fim do primeiro século, cerca de 12% da população era de origem teuta; quanto à importância econômica, basta dizer, que 28% do comércio e 32% da indústria pertencia a firmas de sobrenome alemão, compondo-se este elemento de descendentes de imigrantes antigos, de industriários e comerciantes transferidos da colônia para a capital, e bom número de imigrantes diretos. (BECKER, 1968, p. 105).

O fluxo de alemães que se estabeleceram no Rio Grande do Sul se intensificou na segunda metade do século XIX (BETEMPS; VIEIRA, 2008). Segundo Cunha (2006), esse fluxo pode ter se intensificado pelo fato de que os alemães já estabelecidos no Rio Grande do Sul convidavam seus amigos e familiares para virem ao Brasil, ou pagavam as suas passagens. Esse era o principal incentivo à imigração de novos alemães para o Brasil, portanto, o incentivo vinha dos familiares e amigos e não da propaganda que o governo brasileiro realizava no exterior.

O capital gerado pelos agricultores na colônia circulava na zona rural, pois os colonos produziam em suas propriedades os alimentos necessários para consumo e compravam quase tudo dentro da própria comunidade (SALAMONI, 2001). Segundo

a autora, além de alimentos também eram comercializadas ferramentas, tecidos, utensílios domésticos e combustível. Nas colônias havia serrarias, carpintarias, fábricas de móveis, de carroça, de caixões, de janelas e de portas, ou seja, dentro da comunidade era produzido tudo o que os colonos necessitavam.

Com essa organização, formando núcleos coloniais autossuficientes, as relações sociais estabelecidas e os laços de parentesco e amizade geraram um sentimento de pertencimento, e assim foram fundadas várias associações cujo objetivo era manter a herança cultural (SALAMONI, 2001). Exemplos destas associações eram as igrejas, as escolas, os clubes de tiro, os corais, e os grupos de danças.

De acordo com Morais (2013), os imigrantes germânicos tiveram que se adaptar quando chegaram no sul do país, quanto a sua alimentação, moradia, vestuário e idioma, mas da mesma forma que se incluíram em uma nova cultura, também influenciaram a cultura local com suas crenças, comidas, cantigas e danças, fazendo do Rio Grande do Sul um estado a parte do resto do país, por terem incorporado a sua cultura a vida dos gaúchos.

Os alemães atuaram em diversas áreas como o comércio, o ensino da língua estrangeira, o jornalismo, atividades em óticas e farmácias, em hotéis, na fabricação de fumo, de cervejas, de velas, de sabão e de sabonetes, dentre outros, participando da vida econômica da cidade em que residiam e não se limitando apenas a agropecuária.

Portanto, os imigrantes germânicos foram enviados ao Rio Grande do Sul, pois no sul do país o clima era mais familiar. Assim, com o objetivo de ocupar as terras do Rio Grande do Sul, instalando o trabalho livre, o regime de pequena propriedade, a agricultura de subsistência e a mão de obra branca, o governo incentiva a imigração para o sul.

Os primeiros imigrantes germânicos eram em sua maioria agricultores, que quando chegaram ao sul adaptaram suas vidas e fizeram da nova terra seu lar, criando um sentimento de pertencimento às colônias. A partir da segunda metade do século XIX estes imigrantes não estavam mais limitados a agricultura, mas começam a atuar no comércio e em diversas áreas já citadas.

## 1.2 Imigração germânica: os imigrantes em Pelotas

Desde a freguesia de São Francisco de Paula, em 1812, já existiam estrangeiros na região de Pelotas. Mas, com a instalação da cidade em 1835 e com o final da Revolução Farroupilha em 1845, a cidade se destaca pelas riquezas trazidas pelas charqueadas, atraindo um maior número de estrangeiros para o Município. Também é neste período que a imigração é incentivada com a implantação da política de colonização (BETEMPS; VIEIRA, 2008).

As riquezas trazidas pelo charque passam a atrair mais estrangeiros para a cidade e em 1854 a imigração é incentivada, “quando o Rio Grande do Sul estabelece, por lei, as diretrizes da colonização na província.” (BETEMPS; VIEIRA, 2008, p. 9).

De acordo com Betemps e Vieira (2008) a colonização na cidade de Pelotas começou em 1848, a partir das diretrizes do governo provincial, citadas no subcapítulo anterior, e com a iniciativa privada, que cria a Associação Auxiliar Colonizadora. Mas, segundo os autores, o marco da colonização na região foi a Colônia de São Lourenço, que após o seu desenvolvimento, vários proprietários rurais e charqueadores se interessaram em investir na organização de colônias, promovendo o surgimento de muitas destas.

Segundo Soares (2016) o governo promulgou o decreto 813, em 16 de agosto de 1851 que autorizava a implantação da Associação Auxiliadora da Colonização no Município. Alguns dos deveres da associação perante os colonos imigrantes estão claros nos cinco artigos citados pela autora:

Art. 11. Cumpre à Diretoria o seguinte:

§ 1º Agenciar os terrenos, que julgar precisos para estabelecimento de Colônias estrangeiras, à vista das circunstâncias.

§ 2º Promover a aquisição de agricultores, celebrando-se com eles um contrato, em conformidade com o plano, que se organizar para esse fim.

§ 3º Designar os auxílios, que a Associação deve antecipar a cada colono, em alimento, utensílios, sementes, &c., estabelecendo-se o meio da indenização.

§ 4º Fazer conhecer às classes industriosas da Europa os recursos do País, promover a emigração por todos os meios a seu alcance, e dar aos emigrados toda a proteção, a sua chegada.

Art. 12º A Diretoria não consentirá por forma alguma a introdução de escravos, nem os serviços deles nos terrenos agricultados por colonos.

Art. 13. A Diretoria terá todo o escrúpulo em não admitir colonos imorais, e que sejam obrigados a abandonar seus países pelos crimes credores ali de punição.

Art. 14. A Diretoria fica autorizada a fornecer até a quantia de duzentos mil réis aqueles colonos (mediante o juro de seis por cento ao ano), que tiverem urgência, e que, apresentando-se para aumentar a colonização, derem garantia de conduta regular e esperançosa. Estabelecer-se-ão prazos razoáveis para os pagamentos.

Art. 15. A Diretoria protegerá por meios plausíveis e razoáveis a seu alcance as causas cíveis, que infelizmente surgirem entre os colonos nos pontos agricultados, ou em mercados, em que eles compareçam ou residam. (SOARES, 2016, p. 19-20).

Até 1858 a maioria dos germânicos que vivia na cidade era de ex soldados dos batalhões estrangeiros, que optaram por permanecer na cidade após a extinção dos seus grupos. Em 1850 chegam os primeiros agricultores na Colônia de Monte Bonito, e em 1858 na Colônia de São Lourenço (BETEMPS E VIEIRA, 2008).

Segundo Fonseca (2014) no início da década de 1850 chegaram a Pelotas os “Brummer”, indivíduos com boa formação acadêmica, que visavam somar esforços em prol do progresso da região. De acordo com o autor, os Brummer eram oficiais alemães que integraram o exército do império brasileiro, e em 1852 preferiram se estabelecer no Rio Grande do Sul ao invés de retornar à Europa.

De acordo com Moraes (2013) os imigrantes foram trazidos para a metade sul do Rio Grande do Sul e assentados na Colônia de São Lourenço, situada na Serra dos Tapes. Esta Colônia foi fundada no dia 18 de janeiro de 1858, por Jacob Rheingantz. Porém, de acordo com Betemps e Vieira (2008), em 1850 chegam os primeiros agricultores na cidade de Pelotas, na Colônia de Monte Bonito, sendo este o primeiro registro da formação de uma colônia de agricultores alemães no Município.

Segundo Morais (2013) após a criação da Colônia de São Lourenço outras colônias foram criadas, também pela iniciativa privada, por estancieiros, charqueadores e comerciantes que visavam o lucro que a região poderia oferecer.

Conforme Salamoni (2001) em 18 de janeiro de 1858 chegaram a Pelotas imigrantes procedentes de Altona, Hannover, Saxônia, Hamburgo, Holstein, România, Osterfeld, Lübeck e Pomerânia. Estes imigrantes vieram para as terras na Serra dos Tapes. Segundo a autora, em 1856, após autorização do Governo Imperial, Jacob Rheingantz e Cel. José Antonio de Oliveira Guimarães formam uma

sociedade, e em 15 de março de 1857 é realizado um contrato social, com as seguintes cláusulas:

Primeira – A Sociedade entre José Antônio de Oliveira Guimarães e Jacob Rheigantz tem por fim estabelecer uma colônia agrícola em terras de que trata a cláusula segunda, na Serra dos Taipés, nesta Província; e durará pelo espaço de 5 anos, a contar do dia em que se verificar a compra das terras e, continuará por mais tempo, se assim convier aos sócios.

Segunda – O sócio José Antônio de Oliveira Guimarães comprará para a sociedade as datas ou sesmarias e posses de terras que julgar convenientes e precisas para a colônia, entre os Arroio Grande e São Lourenço.

Terceira – O sócio Rheigantz tomará sobre si encaminhar os colonos, por meios legais, para os estabelecimentos coloniais da sociedade e fornecê-los, logo que cheguem ao porto dessa Província, de comestíveis e ferramentas pelo espaço de seis meses.

Quarta – O sócio Guimarães deverá preparar com antecedência, agasalhos em grande escala para receber os colonos, no lugar ou lugares mais próximos do desembarque das datas destinadas aos colonos o transporte do Porto de São Lourenço para as datas, assim como animais vacuns, cavalares, ovelhuns e aves de criação.

Quinta – O sócio Guimarães fica com poderes para tirar dinheiro a prêmio para as primeiras medições das datas compradas e subdivisões das colônias nas mesmas. (RÓDRIGUES, 1909 apud SALAMONI, 2001, p. 5).

Segundo Anjos (2000), em 1900 foram identificadas 61 colônias na região de Pelotas. Destas, foi possível identificar a origem dos colonos em 28, sendo que destas, 23 eram formadas por alemães. Algumas Colônias eram formadas apenas por alemães, outras eram mistas, incluindo, em muitas delas, o imigrante alemão.

As colônias exclusivamente alemãs eram: a Colônia Arroio do Padre, fundada em 1868, por Augusto Gerber e Guilherme Baner, possuía 67 famílias alemãs, totalizando 385 pessoas; a Colônia Santa Colleta foi fundada em 1882, por Antonio Francisco Ribeiro, nela residiam 24 famílias alemãs, totalizando 200 pessoas; a Colônia Santa Helena foi fundada em 1882, por Sigmar Von Schiegel, esta Colônia possuía 22 famílias alemãs, totalizando 161 pessoas; a Colônia Santa Eulália foi fundada em 1889, por Heliodoro de Azevedo e Souza, nela residiam 78 famílias alemãs, totalizando 340 pessoas; a Colônia São Manoel, fundada em 1891, por Pedro Antonio Toledo, possuía 43 famílias alemãs, totalizando 236 pessoas; a Colônia Santa Aurea foi fundada em 1893, por Manoel Baptista Teixeira, e residiam 11 famílias alemãs, somando 64 pessoas; a Colônia Santa Maria, fundada em 1893 por João Shild, com 23 famílias alemãs, totalizando 140 pessoas; a Colônia Santa Rita, fundada por Carlos Ritter e seu irmão, possuía 10 famílias alemãs, somando 54

peçoas; a Colônia Visconde da Graça, também fundada por Carlos Ritter e seu irmão, possuía 4 famílias alemãs, somando 25 peçoas (ANJOS, 2000).

As colônias mistas, com predominância de imigrantes alemães, eram: a Colônia São Domingos, fundada por herdeiros de Domingos de C. Antiqueira, em 1875, na qual residiam 5 famílias, totalizando 26 peçoas, a maioria alemãs, com poucos italianos; a Colônia Santo Antônio foi fundada em 1881, por João Antonio Pinheiro, residiam 85 famílias na Colônia, totalizando 467 peçoas, as famílias eram de origem alemã e francesa; a Colônia Municipal foi fundada em 1882, pela Câmara, residiam 50 famílias totalizando 326 peçoas, destas, a maioria era alemã e algumas italianas; a Colônia São Luiz foi fundada em 1885, por Luiz Juvencio da Silva Leivas, residiam 30 famílias, totalizando 340 peçoas, destas a maioria era de famílias alemãs, e algumas italianas; a Colônia Marina também foi fundada em 1885 por Luiz Juvencio da Silva Leivas, residiam 26 famílias, totalizando 160 peçoas, destas a maioria era de famílias alemãs, e algumas italianas; a Colônia Santo Amor, fundada em 1885 pelo Dr. Vicente Cypriano de Maia, residiam na Colônia sete famílias, somando 40 peçoas, destas a maioria era de alemães, e alguns italianos; a Colônia São Zacharias, foi fundada em 1885 pelo Governo Imperial, nela residiam 14 famílias e 66 peçoas, esta Colônia era formada por famílias alemãs, brasileiras, austríacas, francesas e italianas (ANJOS, 2000).

Podemos observar que destas, 10 colônias eram formadas exclusivamente de imigrantes alemães e 7 eram mistas, com predominância de famílias alemãs. Quanto às colônias mistas, exceto a Colônia São Zacharias e a Colônia Santo Antônio, as demais eram formadas por famílias alemãs e algumas italianas. Das 17 Colônias, 15 eram particulares, uma foi fundada pelo Governo Imperial, a Colônia São Zacharias, e uma foi fundada pela Câmara da cidade, a Colônia Municipal.

Salamoni (2001) afirma que a atividade de todas as colônias era a cultura de subsistência, principalmente o milho, o feijão preto e a batata. Além desses alimentos, os colonos também plantavam cebola, árvores frutíferas e apenas uma minoria cultivava arroz para consumo próprio, criavam equinos, bovinos, suínos e aves, tanto para consumo quanto para o comércio.

Verifica-se que, de acordo com Grando (1990), a maioria dos imigrantes trazidos para colonizar a zona rural da cidade era de origem alemã, e essa era a etnia que predominava nas colônias da cidade.

Morais (2013) afirma que após a morte de Jacob Rheingantz, em 1877, seus sucessores, em 1881, criaram a Colônia Arroio Grande, e em 1891 a Colônia Progresso. Além das colônias fundadas por Rheingantz outras de iniciativa privada também se constituíram. Uma empresa que recebeu destaque nesse ramo foi a cervejaria Carlos Ritter & Irmão, que em 1900 fundou a Colônia Santa Rita, a Colônia Visconde da Graça e a Colônia Ritter. A partir da segunda metade do século XIX a presença alemã não estava limitada a agricultura, mas também ao comércio no centro da cidade de Pelotas.

Betemps e Vieira (2008) afirmam que a fundação da Colônia Municipal, situada no 7º Distrito, chamado de Quilombo, foi a partir de interesses governamentais, pela Assembleia Provincial e Câmara Municipal de Pelotas, sendo que a Câmara ficaria responsável pela execução da Colônia. Em meados de 1882 o processo de criação da colônia se intensificou, pois, foi “quando a Assembléia Provincial aprovou um imposto para melhoramentos nos municípios onde houvesse núcleos coloniais e assim autoriza a Câmara de Pelotas a emissão de apólices para compra de terras.” (BETEMPS; VIEIRA, 2008, p.19). E com base nessa lei foram instaladas as colônias municipais.

Para a avaliação dessas ofertas de terras apresentadas à câmara, foi formada uma comissão, composta por vereadores e técnicos, que se encarregou de examinar as condições das terras e decidir pelas áreas a serem adquiridas. Nas áreas eleitas foi instalado, em 25 de novembro de 1882, o único núcleo colonial criado pelo poder municipal. Um ato que foi privilegiado com uma pomposa cerimônia de inauguração e entrega simbólica da posse da terra aos 22 primeiros colonos do total dos 175 registrados nos 10 anos seguintes. (BETEMPS; VIEIRA, 2008, p. 20).

Foram comercializados 99 lotes na Colônia Municipal (BETEMPS; VIEIRA, 2008), sendo que os imigrantes eram oriundos de sete regiões europeias. Destes, 57% eram de origem germânica, vindos da Alemanha, Áustria e Prússia, seguidos pelos Italianos, que representavam 15%. Quanto a descrição da Colônia, os autores complementam:

Em fins dos anos 1890, o alemão Carl Otto Ullrich anunciava que por lá existia “100 lotes coloniais (além disso, uma grande área para a cidade)” que contavam com a instalação de “uma casa comercial italiana, uma ferraria, um cemitério comum a todos e um prédio da escola do governo; este último está praticamente ruído, porque está em desuso há 5 anos.” Acrescenta também que havia “nenhum lote de campo devoluto, nenhum lote de mato” e que esta colônia era ocupada por “480 moradores, alemães e 14 famílias italianas; 80 lares, 1 casa comercial alemã e uma italiana, 1 moinho alemão, 1 carpintaria, 1 ferraria; 1 escola da comunidade alemã; estradas medianas.” Estes moradores, como em outros núcleos, também se

dedicavam a produção agrícola. (BETEMPS; VIEIRA, 2008, p. 20). [Grifos dos autores]

Esta etnia chegou inicialmente na zona rural na cidade, e se estabeleceu fortemente, predominando e mantendo o capital dentro das colônias. Conforme Salamoni (2001) o tipo de economia implantada pelos imigrantes alemães era a policultura, que segundo a tradição alemã, solidificava o caráter independente dos colonos, sendo que o trabalho familiar enfatizava essa ideia de independência, pois não utilizavam mão-de-obra externa, caracterizando a agricultura familiar.

Além da vinda de imigrantes para a colonização da zona rural de Pelotas, vieram para Pelotas imigrantes alemães com profissões urbanas e que permaneceram na cidade.

Os alemães que se radicaram na zona urbana de Pelotas assim o fizeram com vistas ao progresso comercial e industrial dessa região. Vinham com o intuito e o ideal de desenvolvimento tanto pessoal como social. Provinham de regiões urbanas industrializadas, na Alemanha, com conhecimento técnico para a instalação e o gerenciamento de indústrias e do comércio, abrindo espaço também no setor educacional, com atenção para o comércio, juntamente com o trabalho de tipografia, na imprensa pelotense. (FONSECA, 2014, p. 3).

Segundo Fonseca (2014), a partir do século XIX, muitos imigrantes alemães vieram para a zona urbana de Pelotas e se instalaram com indústrias e estabelecimentos comerciais, formando uma pequena elite na cidade. Segundo a autora, pode-se citar a Fábrica de Velas e Colas do alemão Luiz Eggers, fundada em 1841, além de associações com interesse na indústria, no comércio, na saúde, na religião e na cultura.

Os alemães atuaram na área do comércio e em diversas outras atividades, desde o ensino da língua estrangeira ao jornalismo, das atividades em óticas e em farmácias aos hotéis e à fabricação de fumo, de cervejas, de velas, sabão e sabonetes. (MORAIS E SANTOS, 2013, p. 3).

Becker (1958), analisando os livros de registros de entrada de estrangeiros na cidade de Pelotas, elaborou a Figura 1, referente aos anos de 1844 a 1846 e 1850 a 1852. Estes dados são referentes aos imigrantes com profissões urbanas e a uma imigração voluntária.

Figura 1: Quadro da imigração em Pelotas de 1844 a 1852.

Nacionalidade	1844	1845	1846	Média	1850	1851	1852	Média	Média total
Franceses	300	290	280	29,1%	20	50	15	10,7%	19,9%
Uruguaios	90	185	280	18,6%	90	30	25	18,2%	18,4%
Espanhóis	200	200	200	20,1%	40	50	30	15,1%	17,6%
Portugueses	180	140	100	14,1%	60	120	120	37,6%	25,8%
Italianos	140	110	80	11,1%	10	20	10	5,1%	8,1%
Argentinos	50	55	60	5,5%	20	20	10	6,3%	5,9%
Alemães	20	15	10	1,5%	10	5	40	7%	4,3%
Totais	980	995	1010	100%	250	295	250	100%	100%

Fonte: Becker (1958, p. 324).

Os dados são referentes a primeira metade do século XIX, pós Revolução Farroupilha, período em que o município de Pelotas representava a segunda maior cidade quanto ao número de habitantes e importância na então Província do Rio Grande do Sul (BECKER, 1958).

De acordo com os dados apresentados na Figura 1, nos anos de 1844, 1845 e 1846 a imigração alemã representava 1,5% em comparação com as demais origens, somando 45 imigrantes. Nos anos de 1850, 1851 e 1852 a imigração alemã correspondia a 7% em comparação com as demais, somando 55 imigrantes. Nestes três últimos anos citados, a imigração alemã na cidade ultrapassava a imigração italiana e argentina, em 1852 a imigração alemã foi a segunda maior leva de imigrantes na cidade. No total dos anos de 1846 a 1852 foram registrados a entrada de 100 imigrantes alemães, correspondendo a 4,3% da imigração na cidade.

No final do século XIX, Pellanda (1925) constatou a entrada de 292 imigrantes alemães na cidade de Pelotas, nos anos de 1889 a 1899, sendo que o autor afirma que no Rio Grande do Sul foram 8.156 imigrantes. A imigração alemã na cidade de Pelotas representava 3,5% do total de imigrantes desta etnia que vieram ao Rio Grande do Sul. Se compararmos o número de imigrantes dos anos de 1889 e 1899, estes dois anos representam um aumento de 292% sobre o período de 1844 a 1852, primeiros anos de imigração na cidade. Percebe-se que ao longo da segunda metade do século XIX houve um acréscimo no número de imigrantes alemães na cidade.

Vale destacar o alemão Carlos Ritter, já citado neste subcapítulo, que se transferiu para Pelotas na década de 1870 e fundou a Cervejaria Ritter, localizada inicialmente na Rua Tiradentes, às margens do Arroio Santa Bárbara, e em dado momento foi transferida para as atuais ruas Santos Dumont e Marechal Floriano. Carlos Ritter era filho de imigrantes vindos da Alemanha, e nasceu na Colônia de São Leopoldo, onde residiu até a sua transferência para Pelotas. Seu pai, Georg Heinrich Ritter, em 1868 criou a primeira manufatura de cerveja do Rio Grande do Sul, então Carlos Ritter seguiu os passos do pai quando transferiu-se para Pelotas e fundou a Cervejaria Ritter (MORAIS E SANTOS, 2013). Vale ressaltar que assim como Carlos Ritter, muitos imigrantes ou os seus descendentes que vieram para a zona rural do Rio Grande do Sul, foram se instalando na zona urbana das cidades, com diferentes atividades.

Segundo Moraes (2013) Carlos Ritter foi um dos fundadores do Centro Agrícola-Industrial de Pelotas, fundado em 1887, foi tesoureiro da Comunidade Evangélica Alemã, fundada na década de 1880, e presidente da Comunidade no período de 1895 a 1899.

Na década de 1870 foram realizadas algumas tentativas de fundação da Comunidade Evangélica Alemã, mas somente na década seguinte ela realmente é fundada, por Frederico Carlos Lang, Frederico Jacob Ritter, Francisco Behrendorf, entre outros (FONSECA, 2014).

De acordo com Fonseca (2014) a firma Carlos Ritter possuía o Jardim Ritter, um espaço de sociabilidade da cidade, onde, na década de 1880, funcionava o Clube Germânia, no atual bairro Fragata. “Ocupando uma grande área arborizada, chamava a atenção por sua beleza natural e por ser um local de fácil acesso, através de bondes de tração animal.” (FONSECA, 2014, p.10). O Club Germânia possuía um “teatrinho” particular, onde havia a apresentação de amadores uma vez por mês (DIÁRIO POPULAR, 15.12.1890, p. 2.). Isto demonstra a diversidade de atividades realizadas por estes imigrantes alemães ou descendentes, atuando na indústria, no lazer, na arte, e em outras atividades.

O Colégio Alemão de Pelotas, criado por imigrantes para conservar o germanismo, foi fundado em 17 de dezembro de 1898, através do financiamento de Carlos Ritter & Irmão. Como reconhecimento, em 1907 passou a se chamar Colégio Carlos Ritter, até seu fechamento em 1942, em função das perseguições que

ocorreram quando o Brasil oficialmente entra na II Guerra Mundial (MORAIS; SANTOS, 2013). De acordo com os autores, o objetivo da fundação do colégio era de conservar o germanismo, que era transmitido através da fala em língua alemã.

Fonseca (2014) cita algumas fábricas fundadas e administradas por alemães e teuto-brasileiros, como a fábrica de velas e sabonetes de Frederico Carlos Lang; a fábrica de sabonetes de R. Neumann; a fábrica de chapéus de W. Wiener, Spanier e Rheingantz; a fábrica de cerveja de L. Härtel; a fábrica de cola de F. Müller; as fábricas de fumo de Jakob Klaes; a fábrica de couros envernizados de Guilherme Sieburger e a fábrica de curtume de Henrique João Hadler e Germano Feichert.

Anjos (2000) também destaca os principais estabelecimentos fundados por alemães na cidade: em 1872 a Cervejaria Ritter por Carlos Ritter; em 1874 a Ferragem Warncke & Dörcken por Francisco Behrendorf; em 1878 a Fábrica Lang de Sabão e Velas por Frederico Carlos Lang e Adolfo Voigt; em 1879 a Fábrica de fumos Santa Bárbara por Jacob Klaes; e em 1886 a Fábrica de couros envernizados, que era uma sociedade de Albino João Cardoso, português e João Haje Guilherme Sielburger, alemão.

Percebe-se que os alemães tiveram mais destaque em algumas áreas, como nas cervejarias, fábricas que utilizavam derivados dos animais mortos nas charqueadas, como sabão e velas, curtumes, couros, dentre outros, e também tiveram destaque nas fábricas de fumos.

A criação destas fábricas representa uma elite de descendência germânica se formando na zona urbana da cidade, na segunda metade do século XIX, e assim demonstrando que estes imigrantes não vieram para Pelotas apenas com o objetivo de tornarem-se agricultores.

De acordo com Fonseca (2014), foi fundada em 1857, a Sociedade de Beneficência Alemã de Pelotas, por um grupo de imigrantes alemães. De acordo com Anjos (2000), essa sociedade dava assistência aos novos imigrantes que chegavam à cidade e alugava quartos na Santa Casa. E, segundo Silva Jr. (2004), essa foi a primeira sociedade mutualista étnica de teutos na Província.

Na década de 1860 foi organizada a Sociedade Dramática de Alemães, essa sociedade de imigrantes alemães possuía teatro próprio, na rua Augusta [atual Gen. Osório], conhecido como o “Teatrinho Alemão” (DIÁRIO POPULAR, 11.09.1863, p.

1). Estes alemães que se estabeleceram na zona urbana da cidade, além de investir em estabelecimentos comerciais e industriais, também investiram no lazer deste grupo.

A criação deste teatro permitiu ampliar a gama de espectadores, mesmo sendo mais restrito a esta etnia, gerando um maior número de espetáculos. Este favoritismo alemão de fundar casas de espetáculos está ligada aos períodos de imigração. Na cidade de Pelotas a imigração alemã teve o maior número entre os de 1850 e 1875, já o italiano foi entre 1876 e 1900 (MÜLLER, 2010).

Na década de 1870 foi fundado o Clube Recreativo de Tiro ao Alvo e a Sociedade Germânica Gesangverein. O Clube Recreativo de Tiro ao Alvo foi fundado em março de 1876, composto “unicamente de súditos alemães”, com o objetivo do “recreativo exercício do tiro ao alvo”, propondo que, com o tempo, iria abranger “outros divertimentos, como ginástica, dança, etc.” (CORREIO MERCANTIL, 30.03.1876, p. 01). A Sociedade Germânica Gesangverein era um grupo vocal formado por alemães. Essa sociedade participou do “grande concerto vocal e instrumental”, que se realizou no Teatro Sete de Abril, em favor da Biblioteca Pública Pelotense (CORREIO MERCANTIL, 04.05.1876, p. 2).

Na década de 1880 também é fundada a Sociedade Alemã Concórdia que possuía caráter recreativo (DIÁRIO DE PELOTAS, 20.01.1885, p. 2). Já no final da década de 1890 foi inaugurado o Clube Alemão de Atiradores (DIÁRIO POPULAR, 30.04.1901, p. 1).

Fonseca (2014) apresenta algumas características de Pelotas que incentivaram a permanência dos alemães na cidade, que no final do século XIX representava em torno de 15% da população urbana:

Pelotas, com seu porto internacional (1875), constituiu-se em um centro comercial atraente, pela própria posição geográfica, entre a capital da província e o porto marítimo de Rio Grande. Além da localização privilegiada, era escala obrigatória na rota comercial entre as lagoas dos Patos e Mirim, abrindo o espaço de mercado com o Uruguai. (FONSECA, 2014, p. 8).

Portanto, em 1850 vieram os primeiros agricultores para a zona rural da cidade, para a Colônia de Monte Bonito, e a partir da fundação desta, outras colônias alemãs foram criadas. Os imigrantes que inicialmente vieram a cidade de Pelotas eram ex-soldados, que após a extinção dos batalhões optaram por

permanecer na cidade, mas com a fundação das colônias chegam os primeiros agricultores de origem germânica.

Os imigrantes que vieram a Pelotas não se estabeleceram apenas na zona rural da cidade, em atividades agrícolas, mas possuíam profissões urbanas e se inseriram em atividades comerciais, industriais e como profissionais liberais. Estes imigrantes instalaram fábricas, casas comerciais, casas culturais, atuaram na área da saúde, em óticas, farmácias, joalherias, hotéis, fábricas de fumo, de velas, de sabão, dentre outras, criando uma elite de descendência germânica. A imigração na zona urbana da cidade foi caracterizada por uma imigração espontânea, enquanto para a zona rural o objetivo era a formação das colônias. Em um segundo momento, estes colonos migram para a zona urbana da cidade em busca de melhores condições de trabalho.

Segundo Betemps e Vieira (2008) a colonização em Pelotas foi tão significativa que a experiência permanece marcada no imaginário da população, pois mesmo depois da emancipação das colônias agrícolas a população urbana, quando se desloca a zona rural da cidade, costuma comentar que vai para a colônia. Hoje não existem mais colonos, apenas agricultores, mas seguem sendo chamados de colonos, até mesmo por eles, pelo sentimento e caracterização que a palavra colono deixou nestes moradores.

Os alemães também fundaram estabelecimentos hoteleiros na cidade. De acordo com Müller (2004, 2010) eles foram os primeiros proprietários das casas de hospedagem na cidade. Na década de 1840 estava em funcionamento o Hotel Aliança, cujo proprietário era Adolph Hermann Schreiber, e a “casa de hospedagem do Sr. Claussen”. Na segunda metade do século XIX novos estabelecimentos de hospedagem cujos proprietários eram alemães ou descendentes foram estabelecidos na cidade: em 1880 foi fundado o Hotel Tilly, por Ernesto Tilly, a partir dos bens do hotel e bilhar que adquiriu em leilão após a morte de Carl Warth, demonstrando que antes disso, já havia o estabelecimento de Warth; em 1884 foi fundado o Hotel Brod por Pedro Brod, e em 1885 é anunciado no jornal Correio Mercantil o Hotel Allemão.

Já no início do século XX os hotéis alemães predominavam na cidade, na década de 1940, por exemplo, dos 24 hotéis identificados, nove destes eram de

propriedade de alemães ou descendentes, representando 37,5% da hotelaria da cidade. No próximo capítulo trago mais informações sobre este grupo de hoteleiros.

## Capítulo 2: A Hotelaria alemã em Pelotas na década de 1940

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a cidade de Pelotas possuía uma economia voltada principalmente para a atividade charqueadora, o que contribuiu para o desenvolvimento da cultura e do lazer dos moradores. O ciclo do charque se extinguiu na década de 1940, fazendo com que a cidade passasse por uma transformação econômica, valorizando as atividades industriais, comerciais e de serviços.

A agricultura e a indústria tiveram um grande crescimento na década de 1940. Entre os anos de 1940 e 1950 o número de estabelecimentos agropecuários aumentou de 4.599 (1940) para 5.557 (1950), ou seja, um aumento de 958 estabelecimentos, equivalente a 20,83%. Podemos analisar o número de acordo com as subdivisões entre agricultura, agropecuária e pecuária. A agropecuária teve uma baixa de 3.880 (1940) para 1.511 (1950), enquanto a agricultura teve um aumento de 668 (1940) para 3.710 (1950), e a pecuária também teve um aumento de 50 (1940) para 183 (1950). (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).

Com uma nova economia, a cidade investe no estabelecimento de indústrias de “produtos pecuários (frigoríficos, curtumes, fábricas de sabão e velas) e de demais matérias-primas agrícolas (moinhos, fábricas de tecidos, cervejarias, entre outros)” (CONCEIÇÃO; CARVALHO; RAMOS; VIEIRA, 2009, p. 13). Em 1940 existiam 259 indústrias na cidade, já em 1950 o número aumentou para 413, representando um aumento de 153 indústrias, equivalente a 59,46%. Podemos comparar estes números ao pessoal ocupado na época, que em 1940 era de 4.163 e em 1950 era de 6.271, representando um aumento de 2.108, equivalente a 50,64%. Portanto, o crescimento industrial foi superior ao crescimento do número de trabalhadores ocupados no município. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).

O comércio também teve um crescimento considerável, enquanto em 1940 existiam 729 comércios varejistas e 145 comércios atacadistas ou mistos, em 1950 já existiam 861 varejistas e 151 atacadistas ou mistos. Apresentando um aumento

de 138 (15,8%) no comércio varejista e seis (4,13%) no comércio atacadista ou misto (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).

Analisando os censos de 1940 e 1950 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981) verifica-se que as atividades econômicas aumentaram durante a década de 1940. Destas, destaca-se as atividades industriais, que apresentaram um grande crescimento, mais de 50%.

De acordo com Bach (2017) no ano de 1947 a cidade possuía frigoríficos, matadouros, moinhos, fábricas de conservas, de óleo, indústrias de sabão e velas, de papel, de curtumes, de tecidos, de adubos e engenhos de arroz, ressaltando o crescimento industrial da cidade e sua diversidade.

Foi necessária uma ampla estruturação das atividades econômicas. Aguiar (2009) destaca a indústria têxtil, por aproveitar a lã da pecuária, e também a manutenção da indústria de sabões e velas, a partir dos resíduos dos frigoríficos. O crescimento da indústria na cidade também colaborou para o crescimento da população, pois trouxe uma população operária que estabeleceu moradia na zona urbana periférica da cidade, oriunda da zona rural de Pelotas e de outras cidades menores próximas ao município.

De acordo com Ramos (2013) a partir do princípio do século XX foi iniciado um grande processo de urbanização em Pelotas, várias vilas se formam com o auxílio de empresas imobiliárias contratadas, visando atender a população que chega para trabalhar. Uma das primeiras vilas desenvolvidas, de acordo com a autora foi o bairro Três Vendas, que:

Um fator importante na construção do bairro Três Vendas em um segundo momento, foi à estrada do Monte Bonito, que ligava a cidade a Serra dos Tapes (incorporada mais tarde ao município) e à capital gaúcha, Porto Alegre. Ao longo desta via, se deu as primeiras ocupações de lotes de terras, que seguiam em direção ao Bairro da Luz. Basicamente, esses lotes eram ocupados por comerciantes de origem alemã, que deixavam o campo em busca de novas condições de vida. Esses realizavam trocas comerciais com os agricultores da Serras dos Tapes, e, vendiam produtos como; utensílios domésticos, roupas e ferramentas em geral que, muitas vezes eram trocados com os agricultores por cereais, leite e derivados, mel e carne. O processo de ocupação do espaço, sempre se liga a fatores relacionados à economia, cultura entre outros, que será a base para a construção do espaço por meio da sociedade que o compõe. (RAMOS, 2013, p. 46).

O bairro Três Vendas foi fundado a partir de uma comunidade oriunda do êxodo rural, famílias que moravam na zona rural da cidade vieram para a zona

urbana em busca de melhores condições de vida. Ramos (2013) também afirma que a maioria destes descendentes de alemães que foram morar no bairro Três Vendas era de Monte Bonito, Cerrito Alegre e Arroio do Padre.

Ressalta-se que ao longo da estrada do Monte Bonito, na atual Avenida Fernando Osório, foram instalados hotéis, cujos proprietários eram de origem alemã, como os hotéis Fiss & Tessmann e Heling, e também os hotéis Ness e Colonial que estavam localizados na atual Prof. Araújo, continuação da Av. Fernando Osório. Também é importante destacar que além da hospedagem, estes estabelecimentos funcionavam como um entreposto colonial, que, além de hospedar os colonos, realizavam trocas comerciais, conforme destacado por Ramos (2013).

Na década de 1930 algumas melhorias são realizadas pelo governo na zona norte da cidade, como as construções do Jockey Club e da Sociedade Agrícola, em 1930, do Aeródromo em 1933, o anúncio da construção de um parque municipal em 1932, demonstrando o crescimento do bairro (AGUIAR, 2009).

No final da década de 1940, Pelotas era a maior cidade quanto ao número populacional (BACH; GUTIERREZ, 2011) depois de Porto Alegre (394.151 habitantes em 1950). Em 1940 a cidade de Pelotas tinha 104.553 mil habitantes e, em 1950, o número de habitantes sobe para 127.641 mil (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981), demonstrando o crescimento populacional do município em aproximadamente 22%.

Segundo Bach (2017) o número de habitantes do município que moravam na zona urbana e na zona rural, na década de 1920, eram de 48.225 e 34.069, respectivamente, tendo a zona urbana 58,6% da população. Já na década de 1940 o número de habitantes da zona urbana sobe para 66.293 enquanto que na zona rural sobe para 38.260, passando a ter 63,4% da população na zona urbana da cidade. Em 1950 o número de habitantes da zona urbana sobe para 81.863, enquanto que na zona rural sobe para 45.778, representando 64,1% da população na zona urbana da cidade. O autor afirma que isso se deve pelas melhores condições econômicas impulsionadas pela indústria na cidade.

Em 1947 foi elaborado o plano de saneamento. As obras de ampliação das redes de água e esgoto atendiam aos bairros Fragata, Três Vendas, Areal, Centro e

bairro da Luz (LOPES, 2007). A partir desta iniciativa outros setores da cidade também se modernizaram.

Pelotas passa por várias transformações urbanas no final da década de 1940. São construídos grandes edifícios e ocorre uma remodelação das construções centrais, são construídas amplas e largas avenidas, além de obras de embelezamento urbanístico, como praças e jardins (LOPES, 2007). Um exemplo destas construções foi o Edifício Del Grande, construído por Manoel Athayde Filho, em 1947, localizado no entorno da praça Coronel Pedro Osório (BASTOS, 2013), onde funcionou, por muitos anos, o Hotel Brasil. Em 1942 o proprietário do hotel, José Del Grande, falece, porém o hotel funcionou pelo menos até 1946 com arrendatários. O nome do edifício é uma homenagem ao proprietário do hotel.

Com o desenvolvimento econômico da cidade e o crescimento da população, novos hotéis também são inaugurados em Pelotas. Entre os anos de 1940 e 1949, foram identificados, no jornal Diário Popular, os seguintes hotéis: O Grande Hotel, o Hotel Aliança, o Hotel América, o Hotel Brasil, o Hotel do Comércio, o Hotel dos Estrangeiros, o Hotel Farroupilha, o Hotel Glória, o Hotel Grindler, o Hotel Heling, o Hotel Kruger, o Hotel Luzo Brasileiro, o Hotel Mirim, o Hotel Ness, o Hotel Paris, o Hotel Pedro Neves, o Hotel Portugal, o Hotel Rego, o Hotel Três Vendas, o Paris Hotel e o Rio Hotel. Além destes hotéis também estava em funcionamento o Hotel F. Treptow, o Hotel Colonial, e o Hotel Fiss & Tessmann.

Destes, apenas cinco hotéis foram inaugurados no século XIX, os demais foram inaugurados no século XX, após o processo de urbanização da cidade. Quase 80% dos hotéis em funcionamento na década de 1940 foram inaugurados após o processo de urbanização da cidade, mostrando que assim como o comércio e a indústria estavam em desenvolvimento, em conjunto com a reestruturação da cidade, o setor hoteleiro estava em grande crescimento.

Dos 24 hotéis em funcionamento na década, nove deles possuíam proprietários alemães ou descendentes de alemães, representando 37,5% da hotelaria pelotense, ressaltando a importância desta etnia para a hotelaria da cidade. Os hotéis cujos proprietários eram alemães ou descendentes de alemães são: o Hotel América, o Hotel do Comércio, o Hotel Glória, o Hotel F. Treptow, o Hotel Krüger, o Hotel Ness, o Hotel Colonial, o Hotel Fiss & Tessmann e o Hotel Heling.

Como vimos no capítulo anterior, os alemães foram os pioneiros na hotelaria pelotense, com o Hotel D'Alliança e a casa de hospedagem do Sr. Claussen, inaugurados na década de 1840. Segundo Müller (2010) além destes estabelecimentos, foram fundados mais sete hotéis cujos proprietários eram alemães, nestes 100 anos de hotelaria desde a inauguração do primeiro hotel até a década estudada nesta dissertação, que seriam: o Hotel Tilly, o Hotel Brod, o Hotel Allemão, o Hotel Colonial, o Hotel Max, o Hotel Hansmann e o Hotel Schaeffer. Portanto, os alemães sempre estiveram presentes na hotelaria pelotense, foram os pioneiros no segmento hoteleiro e na década de 1940 representavam 37,5% dos hotéis em funcionamento, mostrando a importância deste grupo na economia da cidade e no ramo hoteleiro do município.

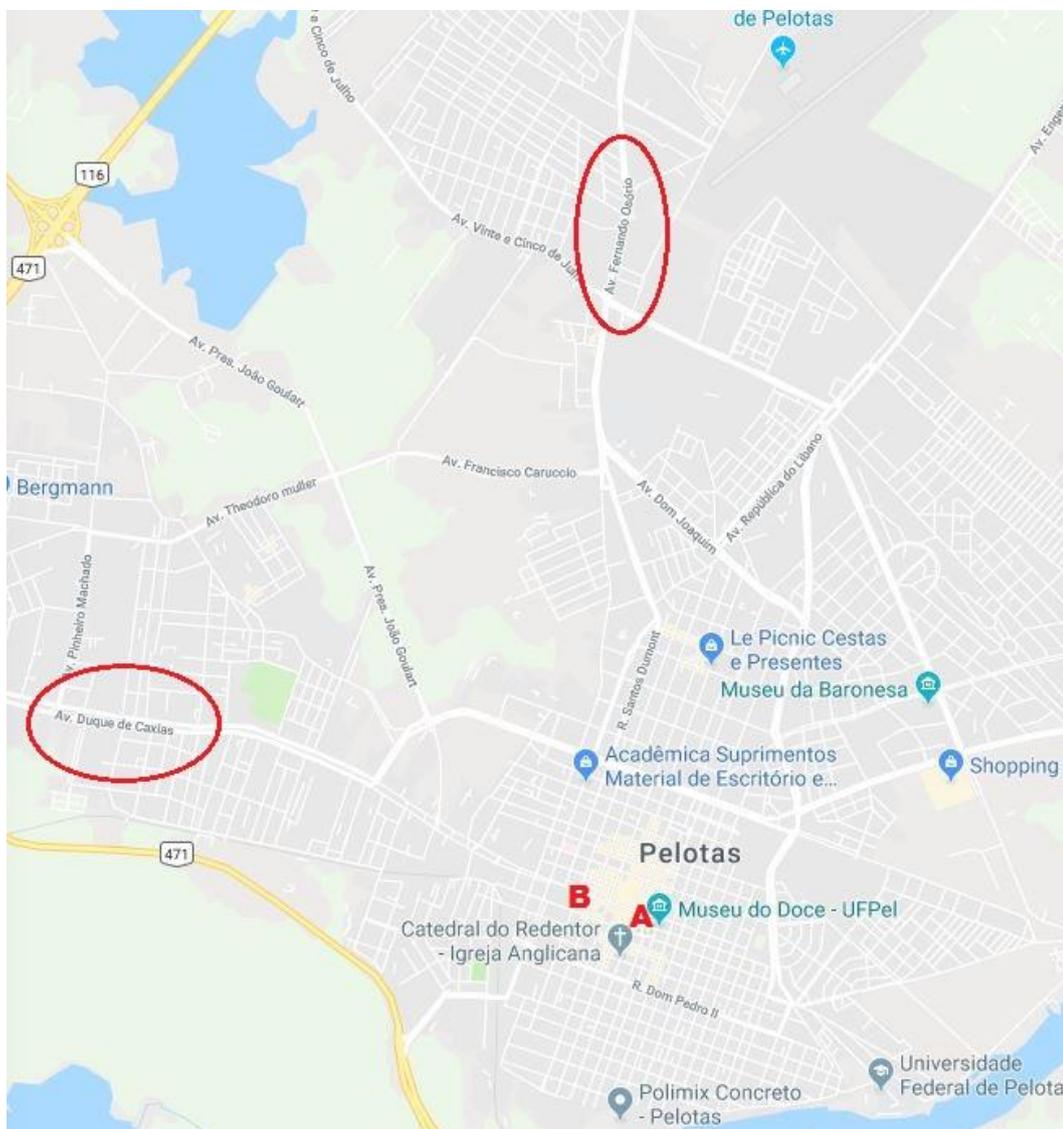
Dos hotéis em funcionamento na década de 1940, exceto os hotéis Heling, Krüger, Ness, Colonial, Fiss & Tessmann e Treptow, os demais estavam localizados no centro da cidade. Esses seis hotéis estavam localizados nas vias de acesso ao centro da cidade, que ligavam a área rural do município ao centro da cidade, como a atual Avenida Fernando Osório, antes conhecida como estrada do Monte Bonito, e a atual Avenida Duque de Caxias, antes Estrada de Piratini ou Estrada do Fragata. Todos os hotéis localizados nessas vias eram de proprietários alemães ou descendentes de alemães. Portanto apenas os hotéis alemães ficavam afastados do centro da cidade. Conforme destacado por Ramos (2013) na Avenida Fernando Osório se instalaram, principalmente, comerciantes alemães. Destaca-se que na Avenida Duque de Caxias também se instalaram comerciantes (OLIVEIRA, 2007), entre eles alemães.

Na Figura 2 destacam-se as avenidas Fernando Osório e Duque de Caxias e as praças Cel. Pedro Osório (A), onde atualmente é o Centro Histórico da cidade, e Vinte de Setembro (antes Praça da Constituição) (B). Ambas as avenidas convergem para a praça Vinte de Setembro. Em direção à praça, a avenida Fernando Osório é continuada pela rua Professor Araújo.

A Praça da Constituição (B) era também conhecida como Praça das Carretas. No século XIX e nas primeiras décadas do século XX era utilizada como “paradouro” das carretas da Campanha e da Serra dos Tapes, cujos “colonos” vinham para a cidade com o objetivo de vender seus produtos (GUTIERREZ, 1999). Pelo fato dessas avenidas e da rua Prof. Araújo serem o caminho para se chegar à praça e

também ao centro da cidade, hotéis que visavam atender este público foram sendo instalados nessas vias.

Figura 2: Localização das Avenidas Duque de Caxias e Fernando Osório



Fonte: Google Maps (2019).

Além da localização, estes seis hotéis também tinham em comum o fato de hospedarem principalmente hóspedes vindos da zona rural da cidade, e em sua maioria também alemães ou descendentes. Siqueira (2012) analisando a hotelaria em São Paulo no século XX constatou que os hotéis recebiam principalmente hóspedes da mesma etnia dos proprietários, e também mantinham funcionários desta mesma etnia, salvo por um ou dois que falavam português.

Como vimos no capítulo anterior, os colonos buscavam não utilizar mão-de-obra de fora da colônia e todos os familiares se envolviam nas atividades domésticas

e agrícolas, ressaltando a união deste grupo. Quando havia a necessidade de sair da colônia e se hospedar procuravam hotéis cujos proprietários e funcionários fossem da mesma etnia, pelos laços que já haviam criado com o grupo, e por estes hoteleiros manterem contato com os colonos, muitos destes sendo ex habitantes da zona rural.

Dos hotéis localizados na região central de Pelotas (Figura 3), três eram de propriedade de alemães ou descendentes, o Hotel Glória (Praça Piratinino de Almeida) (C), o Hotel do Comércio (rua Sete de Setembro) (B) e o Hotel América (rua Félix da Cunha) (A), representando aproximadamente 17% da hotelaria na região central.

Figura 3: Localização dos Hotéis na Área Central de Pelotas



Fonte: Gutierrez (1999, p. 245).

Os hotéis mantinham diversos anúncios nos jornais como notícias, notas de festas, eventos sociais, anúncios de produtos vendidos por hóspedes nos hotéis, de empregos, de leilões, anúncios comerciais dos próprios hotéis, de pertences

perdidos nos hotéis, de vendas dos mais variados produtos, incluindo lotes de terras. Também aparecem anúncios de comemoração dos aniversários dos hotéis, anúncios de venda e compra de hotéis, assim como troca de proprietários ou locatários e lista de hóspedes.

Neste capítulo, os hotéis alemães serão divididos em dois grupos, de acordo com a localização dos mesmos: o primeiro grupo será dos hotéis localizados na região central da cidade, e o segundo grupo dos hotéis coloniais, localizados nas vias de acesso ao centro da cidade.

O Hotel América foi inaugurado em 1934, na rua Félix da Cunha, nº 602 e 604, tendo como proprietário Daniel Butierres, da empresa Butierres & Cia. (DIÁRIO POPULAR, 01.05.1934, p. 2). Quando foi inaugurado, o hotel possuía 18 quartos. (DIÁRIO POPULAR, 03.05.1934, p. 2). Para a inauguração do hotel várias pessoas foram convidadas, inclusive o redator do jornal Diário Popular, que comenta sobre o convite:

O apreciável sr. Daniel Butierres, da firma Butierres & Cia., fez-nos o convite para visitarmos a inauguração do seu novo estabelecimento, <<Hotel America>>, instalado no prédio onde funcionou o ex-hotel <<Schaeffer>>, á Praça Cel. Pedro Osorio, esq. Felix da Cunha. Desejamos á firma Butierres & Cia., prosperidade em seu novo estabelecimento. (DIÁRIO POPULAR, 01.05.1934, p. 2).<sup>2</sup>

Até 1931 funcionava neste mesmo endereço o Hotel Schaeffer, cujo proprietário era Henrique Schaeffer, alemão (MÜLLER, 2004). Neste mesmo ano o hotel foi leiloado, conforme o anúncio do leilão do hotel.

Importante Leilão. Todas as existências, móveis e utensílios do bem montado e conhecido Hotel Shaeffer, Rua Félix da Cunha, 604 (esquina com a Praça Coronel Pedro Osório). Hoje – Hoje Na terça-feira 13 do corrente ás 14 horas (2 horas) F. R. de Araújo Devidamente autorizado pelo Depositário sr. Ildfonso Badia e com alvará do Ilmo. sr. dr. Juiz Distrital venderá todas as existências do conhecido HOTEL SCHAEFFER num só lote ou retalhadamente. AO CORRER DO MARTELLO. N. B. – O comprador num só lote terá a preferência a chave da casa, mais informações com o anunciante. Catálogo: Corredor: fino cabide de corredor com espelho bisaute, trilho, capacho, colunas com vasos, etc, etc. Sala de Refeição: especial armação de imbuia com vidros lavrados, especial balcão de imbuia, grande e perfeito frigorífico, mesas de imbuia, grande quantidade de cadeiras Fichel, cabides Fichel, espelho bisaute, especial pendula, ventilador electros, escarradeiras, colunas, vasos, copos, pratos, taças, xícaras, galheteiros, colheres, cálices, farinheiras, toalhas, guardanapos, pratos travessas, sopeiras, saladeiras, talheres para salada, etc, etc. Copa e cozinha: armários, mesas, mochos, guarda-comida, porta-panelas, especial fogão de ferro com caldeira e grande depósito para água, painelas, tachos, baldes, bacias, frigideiras, caçarolas, chaleiras, pratos, etc, etc. Parte do

<sup>2</sup> Neste trabalho foi atualizada a grafia dos jornais utilizados.

Sobrado – Sala de visita: mobília de vime, mesa de centro, colunas, vasos, quadros, tapete, porta-bibelôs, espelho bisaute, etc, etc. 1º Quarto: guarda-roupa com espelho, toilette louro com espelho, camas de ferro para solteiro, colchão de lã, cobertores, lenções, colchas, travesseiros, aparelho toilette, bidês, mesa auxiliar, tapetes, porta toalha, cabide de centro, etc, etc. 2º, 3º, 4º, 5º, 6, 7, 9, 10 Quartos mobiliados como acima descrito etc, etc. Quarto de Banho: banheiras esmaltadas, aquecedores, cadeiras, armários esmaltados, espelhos, capachos, cabides, baldes, bacias, etc, etc e outros muitos móveis e objetos que estarão presentes no ato do leilão. AO CORRER DO MARTELLO. N. B. – O comprador num só lote terá a preferência a chave da casa, mais informações com o anunciante. (DIÁRIO POPULAR, 13.10.1931, p. 3).

No anúncio do leilão foram listados todos os móveis do hotel, e podemos saber algumas informações quanto a estrutura do mesmo, como o número de quartos do hotel, que eram 10. O hotel também possuía quarto de banho, copa e cozinha, sala de visitas e sala de refeições. Pode-se supor que, após o fechamento do Hotel Schaeffer não houve outro hotel neste endereço, somente em 1934, quando o Hotel América abre.

O hotel foi incendiado em 1942, durante o “quebra-quebra” e na mesma década o hotel voltou a funcionar, com o mesmo nome, no mesmo endereço, porém com outro proprietário. Em 1947 o hotel é anunciado com Florentino Vieira F. como proprietário (COMPANHIA..., 1947).

Em 1948 é aberto um processo trabalhista referente ao Hotel América, o reclamante é Pedro Gonçalves Goularte, residente a rua Mal. Deodoro, número 1.115. Pedro alega que trabalhou no Hotel América, situado na rua Felix da Cunha 604, de propriedade de Godofredo Machado de Menezes. O reclamante trabalhou no hotel na função de porteiro, de 10 de julho de 1946 a 20 de outubro de 1947, recebendo 100,00 cruzeiros mais alimentação e habitação, totalizando 370,00 cruzeiros.<sup>3</sup> (PROCESSO TRABALHISTA, N. 72/48).

Verifica-se que ocorria uma rotatividade de proprietários, mantendo-se o mesmo nome e localização. Desse modo, em 1934 o Hotel América tinha como proprietário Daniel Butierres & Cia., em 1942 o hotel é incendiado por ser de propriedade de alemães ou descendentes. Em 1946 o hotel já estava em funcionamento, pois contrata Pedro como porteiro. Em 1947 o hotel era de

---

<sup>3</sup> Quanto ao desfecho do processo, Pedro alega que foi obrigado a afastar-se do emprego por ser tratado com rigor excessivo, e que o empregador não cumpria com suas funções contratuais. O reclamante solicita o valor referente as horas extras, e a indenização por despedida injusta e sem aviso prévio. O processo foi arquivado por falta de requisitos exigidos em lei. (PROCESSO TRABALHISTA, N. 72/48).

propriedade de Florentino Vieira F.. Já em 1948 o hotel é representado por Godofredo Machado de Menezes. Até 1958 o hotel ainda era de propriedade de Godofredo Menezes (COMPANHIA..., 1958).

Porém, nas fontes pesquisadas<sup>4</sup> não foi possível identificar quem era o proprietário do Hotel América no ano de 1942, quando foi alvo do “quebra-quebra”. Somente é possível afirmar que seu proprietário ou arrendatário era alemão ou descendente de alemães, conforme é afirmado no jornal Diário Popular, no anúncio dos ataques em agosto de 1942, que relata: “o povo atacou os Hotéis do Comércio e América de propriedade de alemães” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2).

O Hotel do Comércio, localizado na rua Sete de Setembro, nº 402 (esquina rua Gen. Osório), em 1928 era de propriedade de Antonio Joaquim Gomes (DIÁRIO POPULAR, 28.04.1928, p. 7). Já em 1931 era de propriedade de Germano Bunde Rotschild (DIÁRIO POPULAR, 30.07.1931, p. 4), um imigrante alemão (Erna Schüller Weirich, 2005), e estava localizado no mesmo endereço. Entre os anos de 1928 e 1931 Germano comprou o hotel, o qual manteve até 1942.

Em 1943 foi aberto o “Novo Hotel do Comércio” no mesmo prédio do “antigo Hotel do Comércio”, cujo proprietário era Salvador Thadeu Borba, ex-proprietário do Hotel Rego, conforme anúncio abaixo:

Comunicação: O abaixo assinado, ex proprietário do HOTEL REGO, comunica aos seus amigos e favorecedores que transferiu aquele estabelecimento para o antigo Hotel do Comércio o qual passou a denominar-se “Novo Hotel do Comércio”. Onde permanecera a disposição dos seus antigos clientes proporcionando-lhes, em seu novo estabelecimento, completamente reformado, instalações modernas, conforto, higiene e cozinha de primeira ordem. – Salvador Thadeu Borba (DIÁRIO POPULAR, 11.07.1943, p. 6)

Segundo o relato da entrevistada Erna (2005), em 1942 o hotel é fechado, pois o proprietário é preso durante o “quebra-quebra”, não abrindo novamente. Conforme já foi mostrado, foi aberto no local o “Novo Hotel do Comércio”, em 1943, pelo ex-proprietário do Hotel Rego.

De acordo com a entrevistada Erna (2005), alguns hóspedes procuravam o hotel para pernoitar, mas também tinham hóspedes que utilizavam o hotel somente à

---

<sup>4</sup> Nos jornais e almanaques não há informações sobre o proprietário. No registro de imóveis há uma referência da doação do prédio do casal Faustino Trapaga para Carmen Trapaga Simões, em 1921 e a permuta do prédio para João Garcez de Moraes e sua esposa e para Florindo Rosa Miranda e sua esposa, em 1962 (1º REGISTRO DE IMÓVEIS DE PELOTAS, 24 de dezembro de 1921, p. 1; 19 de janeiro de 1962, p. 1).

tarde, “para a sesta”, nos dias que vinham para fazer atividades no centro da cidade, como compras ou consultas médicas. Os hóspedes eram oriundos da zona rural, de São Lourenço, Camaquã, e Morro Redondo. Os quartos ficavam no segundo andar do hotel.

*Os quartos eram em cima e eu trabalhava, ajudava na lavagem de roupa e nós duas trabalhávamos em cima né [...] tinha até uma pessoa com duas crianças, ela se tratava, ela estava doente, mas não queria ficar no hospital então ela ficava hospedada lá. (Erna Schüller Weirich, 2005).*

Segundo a entrevistada, os quartos eram no segundo andar, e algumas pessoas ficavam hospedadas no hotel enquanto estavam em tratamento de saúde em Pelotas, quando não queriam ficar no hospital, fato que também acontecia no Hotel Treptow.

O hotel ficava próximo a Santa Casa de Misericórdia, que está localizada na praça Piratinino de Almeida. Como vimos na Figura 3, o Hotel Glória era localizado na mesma praça da Santa Casa (praça Piratinino de Almeida), e o Hotel do Comércio ficava a aproximadamente 2 quadras da mesma praça. A localização destes hotéis possibilitava que os hóspedes que estavam em tratamento de saúde na cidade, sejam por motivos financeiros, ou por comodidade, se hospedassem nos hotéis e seguissem os seus tratamentos.

Os funcionários moravam no hotel. *“Nós tínhamos nosso quarto, nós tínhamos guarda roupa e nós como assim [era] tratado como se eles fossem nossos pais os, nos dois lugares.”*<sup>5</sup> (Erna Schüller Weirich, 2005). Erna trabalhou no Hotel do Comércio e no Hotel Treptow, no final da fala os “dois lugares” remetem a estes dois hotéis.

Em 1941 foi aberto um processo trabalhista referente ao Hotel do Comércio, tendo o reclamado Germano Bund, proprietário do hotel, e a reclamante Johanna Angelo, representada pelo Sindicato dos Empregados de Hotéis e Restaurantes. A reclamante informa ter sido demitida de forma violenta, afirmando que Germano disse a ela: “arrume suas coisas e vá se embora”. Posso afirmar que Johanna também morava no Hotel do Comércio, no período em que trabalhou no mesmo, fato que era comum na época, principalmente nos hotéis cujos proprietários eram

---

<sup>5</sup> Foi mantida a linguagem coloquial na fala dos entrevistados.

descendentes de alemães, como é o caso do Hotel do Comércio.<sup>6</sup> (PROCESSO TRABALHISTA, N. NI)<sup>7</sup>.

Em 1950 é aberto um processo contra o Novo Hotel do Comércio, a reclamante é Maria Mendes, residente a rua J. Simões Neto 119, quarto nº 8. Maria alega que foi admitida no denominado Novo Hotel do Comercio, sito a rua 7 de Setembro, 402, em 1º de março de 1938 e que em fevereiro de 1949 afastou-se por doença. (PROCESSO TRABALHISTA, N. 99/50).<sup>8</sup>

A partir das datas de admissão e demissão de Maria, e da frase “atualmente denominado Novo Hotel do Comércio”, observa-se que a reclamante iniciou trabalhando no Hotel do Comércio, e foi demitida no Novo Hotel do Comércio. Mesmo quando um hotel fechava e reabria com outro proprietário alguns funcionários eram mantidos.

Este fato se repete no Hotel América, já que o porteiro foi contratado em 1946, quando o hotel era de propriedade de Florentino Vieira e foi demitido em 1948, quando o hotel era de propriedade de Godofredo Machado de Menezes. Portanto, esta poderia ser uma característica deste grupo de hotéis na época.

---

<sup>6</sup> Quanto ao desfecho do processo, a reclamante era camareira do hotel desde 1º de janeiro de 1937 recebendo o salário de setenta mil reis. Johanna alega que foi despedida de forma violenta e que o senhor Germano lhe disse “arrume suas coisas e vá se embora”, sendo despedida sem justa causa e sem aviso prévio. A reclamante também alega que não recebeu o salário referente as férias e as horas extras, e que não tinha folga durante a semana. Johanna fez um acordo particular com Germano e recebeu a quantia de duzentos mil reis referente as indenizações, saldo das férias e horas extras. (PROCESSO TRABALHISTA, N. NI).

<sup>7</sup> N. NI referente ao número do processo que consta como NI, ou seja, Não Informado.

<sup>8</sup> Quanto ao desfecho do processo, Maria afastou-se em fevereiro de 1949 por motivos de doença e foi solicitado e obtido auxílio do Instituto A.P. dos Comerciários. Logo que teve conhecimento que teve alta apresentou-se ao serviço. Nesta ocasião, em novembro de 1949 foi despedida pelo sr. Fábio Alves Bueno. A reclamante requer a reintegração como camareira, função que desempenhava e recebia o salário de 403,00 cruzeiros. A reclamante alega que a despedida é injusta e nula pois já contava com o tempo de estabilidade proposto pelo regime da CLT e pleiteia a reintegração no estabelecimento. Foi determinado que esta não possuía estabilidade pois foi suspensa diversas vezes e teria recebido alta do I. A. P. C. em março de 1949 e somente se apresentou em novembro de 1949 o que caracteriza abandono de serviço, tendo decorrido mais de 30 dias de ausência não justificada. Segundo a carteira de trabalho da reclamante ela se ausentou por 3 vezes, por motivos de enfermidade, e pediu auxílio enfermidade ao Instituto. O primeiro foi de 6 meses no ano de 1947. Sete meses em 1948. Terceiro de fevereiro de 1948 a fevereiro de 1949. Foi dito pelo juiz que a reclamante não era empregada estável pois não tinha os 10 anos de serviço comprovados, e foi comprovada a alta em março de 1949, tendo ela se apresentado em novembro do mesmo ano, caracterizando abandono de emprego. A reclamante abre um novo processo requerendo indenização por falta do aviso prévio e demissão sem justa causa, solicitando 4.030,00 cruzeiros, sendo que recebia como camareira 403,00 cruzeiros por mês. Foi alegado que caso se apresentasse ao trabalho perderia o direito a aposentadoria e que só ficou sabendo da alta em novembro. Por fim recebe as indenizações e o valor solicitado. (PROCESSO TRABALHISTA, N. 99/50)

O Hotel Glória começa a funcionar na Praça Piratinino de Almeida, número 14, no final da década de 1930. Provavelmente seu proprietário, Carlos Bernardo Neutzling, compra o hotel neste período (DIÁRIO POPULAR, 30.01.1940, p. 7). Antes disso, neste mesmo endereço funcionaram outros hotéis.

Em 1928 o Hotel Pelotas foi transferido para a Praça Piratinino de Almeida, n. 14, sendo sua proprietária Maria Rocha (O LIBERTADOR, 31.05.1928, p. 2); em 1936 existia neste endereço a Pensão Rodrigues, que neste ano foi adquirida por Manoel Demétrio Madeira, que pretendia reformar o prédio da pensão, conforme anúncio abaixo:

Pensão Rodrigues – essa conceituada casa de hospedaria estabelecida à Praça Piratinino de Almeida, 14, acaba de ser adquirida pelo sr. Manoel Demetrio Madeira e irá passar por grandes reformas. (DIÁRIO POPULAR, 04.11.1936, p. 2).

Em 1937 é anunciada, no Diário Popular, a venda da Pensão Rodrigues (DIÁRIO POPULAR, 17.08.1937, p. 6). Após esse anúncio, só se tem notícias de outro meio de hospedagem neste endereço em 1940, com o nome de Hotel Glória, cujo proprietário é Carlos Bernardo Neutzling (DIÁRIO POPULAR, 30.01.1940, p. 7).

Desse modo, pode-se supor que o hotel foi adquirido no final da década de 1930 por Carlos Bernardo Neutzling, considerando que no início de 1940 o hotel já estava recebendo hóspedes. O proprietário também era dono da fábrica de Cepas de Tamancos, na rua Marechal Floriano, n. 368 (COMPANHIA..., 1947).

O fato de o proprietário possuir outro ramo de negócios (fábrica) além do estabelecimento de hospedagem demonstra que Carlos Neutzling já estava economicamente estável na cidade, e investiu na cidade de Pelotas.

A entrevistada Luiza Brauner morou no hotel de Bernardo Neutzling, como afirma *“eu morava no hotel que eles eram Neutzling, eles eram alemães [...] Logo que casei [...], defronte a Santa Casa [...]*” (Luiza Del Grande Brauner, 2005). A Luiza morou no hotel por dois anos, com seu filho, e saiu quando ocorreu o “quebra-quebra” em agosto de 1942. O hotel segue funcionando após essa data com o mesmo proprietário, pelo menos até 1953 (COMPANHIA..., 1953). Em 1958 no mesmo endereço, ou seja, na Praça Piratinino de Almeida, nº 14, estava funcionando o Hotel Liesenberg, de Berta Maria Liesenberg (COMPANHIA..., 1958).

Este primeiro grupo composto por três hotéis tem como principal característica a sua localização, pois todos ficavam localizados no centro da cidade. Recebiam diferentes tipos de hóspedes de acordo com o tempo de estada, desde os que os procuram apenas para a “sesta”, como o caso do Hotel do Comércio, permanecendo apenas algumas horas, até os que moravam nos hotéis, como o caso da Luiza que morou por cerca de dois anos no Hotel Glória.

O segundo grupo de hotéis que a seguir trago informações, denominados de hotéis coloniais, ficavam localizados nas vias de acesso ao centro da cidade. Os hotéis coloniais se localizavam nas atuais Av. Duque de Caxias, no bairro Fragata (Figura 4) e Av. Fernando Osório e na rua Prof. Araújo, continuação desta avenida (Figura 5).

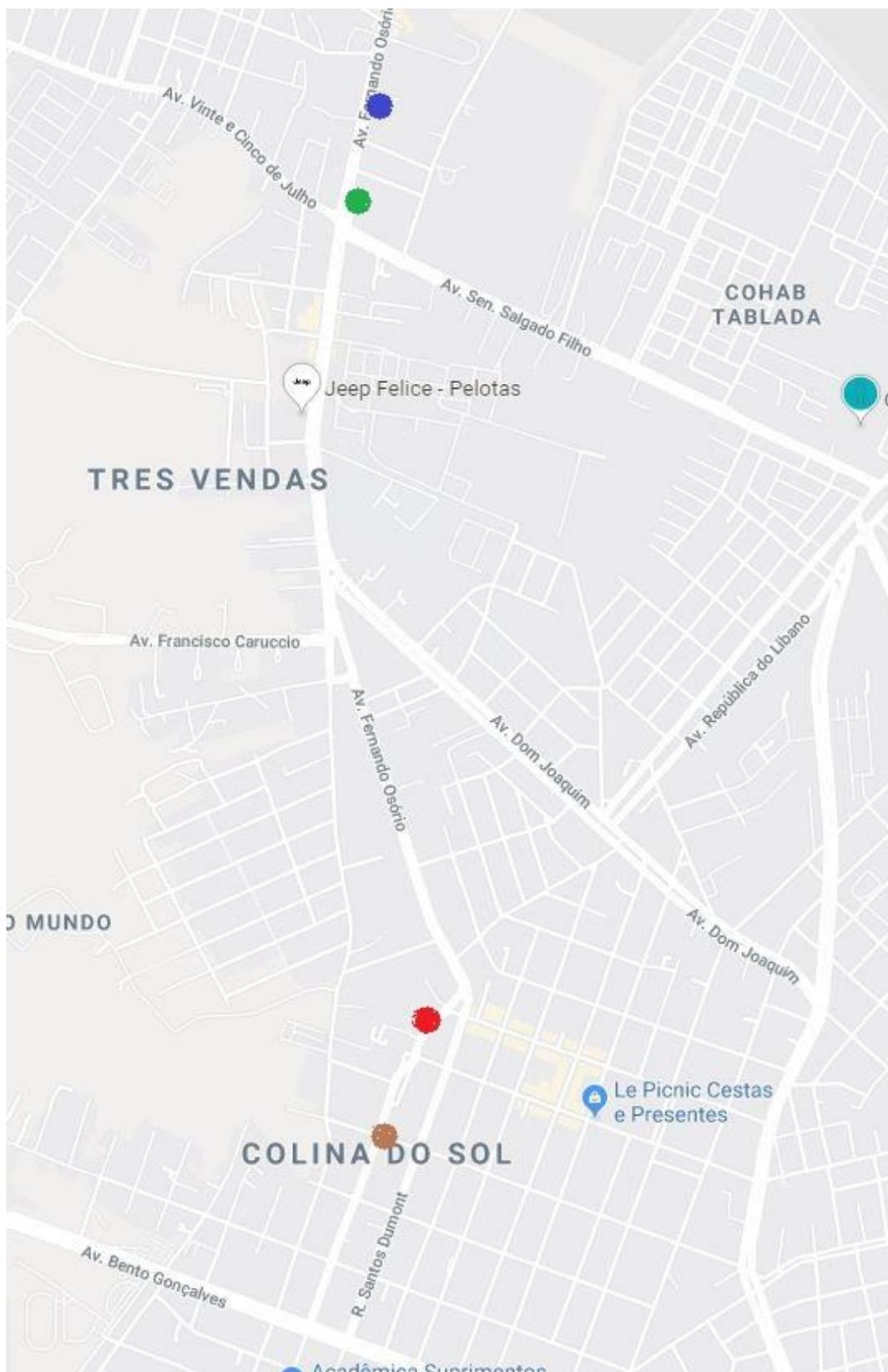
Figura 4: Localização [aproximada] dos Hotéis Coloniais na Avenida Duque de Caxias



Fonte: Google Maps (2019).

Legenda: ● H. Treptow; ● H. Krüger

Figura 5: Localização [aproximada] dos Hotéis Coloniais na Avenida Fernando Osório e na rua Professor Araújo



Fonte: Google Maps (2019).

Legenda: ● H. Fiss & Tessmann; ● H. Heling; ● H. Ness; ● H. Colonial

O termo “hotéis coloniais” que trago neste capítulo não possui o significado que normalmente é utilizado, estando ligado à arquitetura colonial. O significado destes hotéis coloniais está ligado ao colono, à colonização alemã, onde criavam animais como os equinos, suínos, bovinos e aves, principalmente para consumo próprio. Os colonos produziam grande parte dos alimentos que necessitavam, e o que não produziam compravam dentro da colônia, mantendo o capital gerado na zona rural.

A grande maioria destes hotéis era de imigrantes alemães vindos da zona rural, sendo que seus funcionários também eram da zona rural e atendiam hóspedes principalmente das colônias alemãs de Pelotas e de cidades próximas.

No século XIX e no início do século XX estes colonos traziam as suas mercadorias para a zona urbana, com o objetivo de vendê-las, e também com o objetivo de comprar novos produtos, normalmente vinham na carroça com sua família e mercadorias, paravam nos hotéis coloniais, lá deixavam as carroças e soltavam os cavalos, descansavam, faziam suas refeições, e iam de bonde ao centro da cidade.

A seguir trago algumas informações sobre seis hotéis coloniais, o Hotel Treptow, o Hotel Krüger, o Hotel Ness, o Hotel Colonial, o Hotel Heling e o Fiss & Tessmann. Eles eram conhecidos como hotéis coloniais, pois atendiam as necessidades dos colonos que vinham da zona rural passar alguns dias na zona urbana, seja para venda de mercadores, compras, consultas ou lazer. Estes hotéis estavam localizados nas vias de acesso ao centro da cidade. Todos os proprietários destes hotéis eram imigrantes alemães ou seus descendentes, e, grande parte dos seus empregados também era dessa etnia e oriundos da zona rural de Pelotas. Constatou-se que somente esta etnia possuía hotéis com estas características e localização na cidade de Pelotas.

Isso pode estar relacionado a policultura, que, como vimos no primeiro capítulo, segundo a tradição alemã, a policultura solidificava o caráter independente dos colonos, tendo o trabalho familiar como principal característica, e não utilizavam mão-de-obra externa. Os funcionários dos hotéis eram familiares ou oriundos da zona rural, provavelmente do mesmo convívio social dos proprietários.

Segundo Diva (2016), ela e o pai vinham para a cidade de carroça, trazendo alfafa para vender, chegavam no final da tarde e se hospedavam nos hotéis coloniais, entre eles os hotéis Treptow, Ness e Krüger, descarregavam a mercadoria, jantavam e iam dormir. No dia seguinte eles iam para o centro da cidade fazer compras, e apenas no outro dia voltavam para casa. A entrevistada se hospedou em três hotéis coloniais em Pelotas, e todos os hotéis possuíam características semelhantes.

Em 1908 dois irmãos, Fernando e Frederico vem de São Lourenço á Pelotas com suas esposas e abrem o armazém Treptow, na Avenida Daltro Filho, atual Duque de Caxias. Como abordado no capítulo anterior, São Lourenço foi uma das primeiras colônias alemãs na região de Pelotas.

Da mesma forma, o marido da entrevistada Luiza Brauner também era de São Lourenço e possuía atividades econômicas na cidade. A entrevistada relata que, após o casamento, o marido iria vender o negócio que possuía em São Lourenço e comprar uma casa para a família em Pelotas. Esses exemplos demonstram que era uma prática comum sair das colônias e se estabelecer na zona urbana de Pelotas para morar e trabalhar.

A firma Treptow, que também possuía um hotel, foi fundada por dois irmãos, Fernando e Frederico Treptow. Com a ajuda de um tio cujo sobrenome era Jacob os irmãos compraram o terreno onde se localizava o empreendimento, e todo o mês pagavam o tio, como um aluguel, até pagar o valor correspondente a compra do terreno, e assim se estabelecendo em Pelotas (FRITOLD, 2016).

Siqueira (2013) afirma que os proprietários de meios de hospedagem em São Paulo possuíam patrimônios com dimensões muito distintas, alguns possuíam apenas o meio de hospedagem e dependiam unicamente de seu rendimento, e outros eram muito ricos e possuíam vários negócios na cidade ou até mesmo fora dela. Este fato foi observado nos hotéis alemães, como no caso do Hotel Treptow que possuía a ferragem junto ao hotel, ou o Hotel Fiss & Tessmann que possuía armazém junto ao hotel. Outro exemplo é Carlos Bernardo Neutzling, proprietário do Hotel Glória e também da fábrica de Cepas de Tamancos. A fábrica de Carlos Neutzling se localizava em endereço distinto do hotel, diferente dos empreendimentos de Treptow e de Fiss & Tessmann.

Conforme relato de Fritold (2016), em 1935 os dois irmãos se separam, ficando o hotel com Fernando Treptow. Posteriormente Fernando passou o hotel para três de seus cinco filhos, o Valdemar, o Osmar e a Selma, esposa do entrevistado Fritold. A firma F. Treptow se manteve até 1984, sendo que as famílias moravam no terreno da mesma.

O Hotel Treptow funcionava nos fundos da Ferragem Treptow, conforme relato de Fritold “[...] o nosso forte era comércio, ferragem Treptow, tinha a F. Treptow e tinha o Hotel F. Treptow, nos fundos era hotel e na frente era ferragem [...]” (Fritold Rutz, 2016). “Mas a firma como empresa era uma só” (Gilberto Treptow, 2016). De acordo com Gilberto (2016) a ferragem e o hotel eram a mesma empresa, a ferragem era chamada de depósito colonial e o nome da empresa era F. Treptow & Companhia Limitada, e em 1962 passou a se chamar Treptow Sociedade Anônima.

Figura 6: Lápis Propaganda de F. Treptow e Cia. LTDA.



Fonte: Foto da autora (2018).

Na figura acima identifica-se o endereço do hotel, que era localizado na Av. Gal. Daltro filho, 392, [atual Avenida Duque de Caxias]. O nome da empresa aparece no lápis como F. Treptow & Cia. LTDA.

Os hóspedes eram basicamente os colonos, e nos primeiros anos do hotel eles vinham de carroça trazer mercadorias, chegando a ter “120 carroças no pátio do hotel” (Fritold Rutz, 2016). Posteriormente, com a introdução de linhas de ônibus entre a zona rural e a urbana, os hóspedes começam a vir para a cidade de ônibus. O maior fluxo de hóspedes no hotel, principalmente da zona rural, ocorria quando os intervalos entre os horários dos ônibus da zona rural para a zona urbana e vice-versa eram maiores, necessitando de pernoites. Quando as empresas de ônibus passaram a oferecer maior frequência de horários, o número de hóspedes diminuiu, e o hotel foi transformado em pensionado, cujos pensionistas eram, principalmente, estudantes de medicina, pois a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas era próxima ao hotel (FRITOLD, 2016).

O hotel também recebia como hóspedes pacientes da Santa Casa, que, por não terem condições de ficar internados ou por opção, enquanto faziam tratamento médico na cidade, ficavam hospedados no hotel. Esta prática era comum nos hotéis da época, como já informado, o Hotel do Comércio também hospedava pacientes da Santa Casa.

*O tio Geraldo era médico então era o médico do pessoal da colônia eu te contei também que em um determinado período o hotel ficou quase como um hospital não tinha lugar e os colonos não tinham dinheiro para pagar também a Santa Casa então muita gente que vinha fazer tratamento de saúde ficava hospedada lá a minha mãe e meu pai aplicavam as injeções. (Gilberto Treptow, 2016).*

Gilberto afirma que Geraldo, que também era filho de Fernando Treptow, era o médico dos moradores da zona rural. A família mantinha forte contato com estes colonos, que, além de recebê-los no hotel e ferragem Treptow, Geraldo Treptow era quem os atendia quando tinham alguma enfermidade. Isto ressalta a união da comunidade desta etnia. Como a família Treptow já havia morado na zona rural e os irmãos Fernando e Frederico migraram para a zona urbana com as esposas, suponho que mantinham relações sociais com os colonos, e isso os aproximava dos hóspedes. Geraldo não participava da gestão do hotel, de acordo com Fritold (2016), mas atendia a maioria dos pacientes vindos da zona rural, que provavelmente o procuravam pela relação de proximidade de seu pai com os hóspedes. Poderia existir uma “venda casada” entre o atendimento médico e a hospedagem no hotel, porém, não foi possível constatar esta prática a partir das fontes utilizadas.

Figura 7: Família Treptow em 1917



Fonte: Oliveira (2007, p. 37).

De acordo com Fritold (2016), as quatro famílias moravam juntas, nas instalações do hotel. Na Figura 7 estão Fernando e sua esposa, a família de Valdemar, a família de Osmar e a família de Selma. O hotel oferecia todas as refeições e a alimentação da família e dos hóspedes era a mesma. As empregadas e cozinheiras moravam no hotel e tinham seus quartos no mesmo corredor dos quartos dos hóspedes.

Estes detalhes sobre a hotelaria na época não estão disponíveis em fontes documentais, ressalto aqui a importância da história oral para pesquisa, que “deve atuar onde os documentos convencionais não atuam, revelando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada preservados pelos documentos formalizados”. (MEIHY, 2011, p. 197). As experiências pessoais dos entrevistados corroboram para caracterizar a hotelaria alemã.

No ano de 1944 foi aberto um processo contra o Hotel Treptow, tendo como reclamante Silvino Rodrigues Martins e reclamado F. Treptow & Cia.. No processo o reclamante declara que residia na Av. Gal. Daltro Filho, 392 [atual Av. Duque de Caxias], sendo este o endereço do Hotel Treptow. O reclamante também declara que recebia 120,00 cruzeiros, mais alimentação e habitação, equivalente a 444,40 cruzeiros. Uma das características dos hotéis alemães era o fato dos funcionários residirem no hotel em que trabalhavam, como o caso de Silvino, que possuía a habitação integrada ao valor referente ao salário, e no processo declara como endereço de residência o próprio endereço do hotel. (PROCESSO TRABALHISTA, N. 106/44).<sup>9</sup>

A maioria dos empregados dos hotéis eram alemães ou descendentes, mas os estabelecimentos também possuíam funcionários brasileiros, conforme demonstrado no processo anterior. Siqueira (2012), quando estuda os hotéis da cidade de São Paulo no início do século XX, constatou o mesmo fato. A autora afirma que os hotéis cujos proprietários eram italianos possuíam grande número de funcionários da mesma etnia, mas mantinham um ou dois funcionários que falavam português para facilitar a comunicação com hóspedes de fala portuguesa.

---

<sup>9</sup> Quanto ao desfecho do processo, Silvino trabalhava na função de ronda desde 10 de setembro de 1942, recebendo 120,00 cruzeiros, mais alimentação e habitação, equivalente a 444,40 cruzeiros. O reclamante foi demitido sem justa causa e sem aviso prévio, e solicita a reintegração a firma, na mesma função, e o pagamento dos salários enquanto não se efetivar tal reintegração. Foi realizado um acordo entre as partes, o reclamante recebeu a quantia de 800,00 cruzeiros, desistindo do pedido de reintegração. (PROCESSO TRABALHISTA, N. 106/44).

Destaca-se também que, após 1930, os estabelecimentos hoteleiros precisavam se adequar ao Decreto-Lei 19.482 (citado no Capítulo 1), que exigia a contratação de no mínimo 2/3 de funcionários brasileiros natos.

O Hotel Krüger ficou conhecido como “Hotel da Viúva Ida Krüger”, localizado na Av. Gen. Daltro Filho, n. 393, [atual Av. Duque de Caxias]. O hotel localizava-se em frente ao Hotel Treptow e figurava, em 1947, como de propriedade da viúva Ida Dummer Krüger (COMPANHIA..., 1947). Provavelmente o hotel foi aberto pelo marido de Ida e, após sua morte, sua esposa assume o estabelecimento.

Ida Dummer Krüger e Catharina Heling, eram as únicas mulheres proprietárias de hotéis alemães no período estudado. Ambas eram viúvas e, inicialmente, os seus maridos eram os proprietários dos hotéis. As mulheres trabalhavam nos hotéis junto com seus maridos, mas apenas após a morte dos mesmos, passavam a ser oficialmente proprietárias dos estabelecimentos.

Toda a família trabalhava nos hotéis, e estes levavam o sobrenome da família como nome, mas oficialmente o proprietário do estabelecimento sempre era o marido. As esposas trabalham igualmente ao lado o marido, em alguns casos talvez até mais do que o mesmo, mas apenas quando se tornavam viúvas eram reconhecidas como proprietárias.

Pelas suas características, o Hotel Krüger também pode ser considerado um hotel colonial, pois possuía espaço para carroças e para soltar os cavalos, o hotel oferecia todas as refeições e tinha como hóspedes basicamente os colonos. De acordo com Diva (2016) os quartos do hotel formavam um “U” e no centro havia um pátio para lazer dos hóspedes.

O Hotel Ness localizava-se na rua 10 de novembro, nº 7, conforme Figura 5, citada anteriormente, [atual Prof. Araújo], e seu proprietário era Pedro Ness (COMPANHIA..., 1947). O Hotel também era considerado um hotel colonial, assim como o Hotel Treptow, tendo características semelhantes. Conforme os relatos de Diva (2016) os hóspedes eram principalmente os colonos, que utilizavam o espaço no hotel destinado para deixar as carroças e soltar os cavalos. Os colonos chegavam ao hotel, faziam uma refeição e iam ao centro da cidade fazer compras. Para ir ao centro da cidade era necessário pegar o bonde, pois na época era o único transporte público da cidade.

O Hotel Ness (Figura 8) funcionou até 1984 no mesmo endereço, quando foi demolido para a construção do residencial Largo Verneti, que existe até hoje. A família manteve o restaurante em outro endereço, porém não ofereceu mais hospedagem.

Figura 8: Hotel Ness na década de 1980



Fonte: Acervo da Família (s/d).

A partir das fotos percebe-se que estes hotéis possuíam características estruturais mais simples, tinham apenas um andar e eram de fácil acesso. O Hotel Ness possuía grandes portas de entrada, como vemos na Figura 8. Gilberto (2016) e Fritold (2016) também afirmam que os hotéis coloniais não eram hotéis luxuosos, eram mais simples, mas atendiam perfeitamente às necessidades dos hóspedes.

O Hotel Colonial estava localizado na rua Manduca Rodrigues, 649 [atual Prof. Araújo] (DIÁRIO POPULAR, 07.08.1918, p. 4) (ver Figura 5). As primeiras informações do hotel são de 1908 (DIÁRIO POPULAR, 28.11.1908, p. 3), porém, a partir do ano de 1916 que se identifica o proprietário. Nesta data o proprietário era Luiz Rickes (DIÁRIO POPULAR, 04.10.1916, p. 2), sendo que em 1928 era Henrique Rosembecker (DIÁRIO POPULAR, 05.12.1928, p. 2). Pode-se supor, a partir de

seus sobrenomes, que ambos os proprietários eram alemães ou descendentes de alemães.

O hotel é divulgado nos almanaques de Pelotas dos anos de 1923, 1924 e 1925 e no Almanak Laemmert de 1935 até 1940, porém, depois desta data não é mais divulgado no jornal e nem nas listas telefônicas. Portanto o hotel estava em funcionamento entre 1918 e 1940, no mesmo endereço. Não se tem informações sobre a sua inauguração, nem sobre o seu fechamento.

A partir dos anúncios no jornal Diário Popular pode-se inferir algumas características do Hotel Colonial. O anúncio sobre a “prisão de gatuno” destaca que “Á noite, os larápios batiam nas carroças dos colonos, hóspedes do hotel, e levaram toucinho, banha e outros gêneros.” (DIÁRIO POPULAR, 05.12.1918, p. 1) e o anúncio sobre o “furto de cavalos” divulga que no “Hotel Colonial”, á rua Manduca Rodrigues, os gatunos levaram quatro cavallos pertencentes ao colono Luiz Schmidt, residente no 5º districto.” (DIÁRIO POPULAR, 18.08.1918, p. 1).

Nos anúncios percebe-se que os hóspedes eram colonos, residentes na zona rural de Pelotas e de origem alemã. Também se verifica que esses colonos vinham com suas carroças e cavalos trazendo gêneros (toucinho, banha) para vender na cidade, pernoitando nos hotéis coloniais.

Assim, o Hotel Colonial possuía as mesmas características dos hotéis deste grupo, como os hóspedes sendo os colonos, trazendo produtos para vender na cidade, e deixando suas carroças no hotel.

Segundo Fachel (2002), em 1942 existia o Armazém Fiss & Tessmann e, de acordo com Fritold (2016), o Armazém ficava localizado na Av. Fernando Osório e nos fundos do armazém os proprietários alugavam quartos, ou seja, também pode ser considerado um hotel colonial.

Figura 9: Armazém Fiss &amp; Tessmann



Fonte: Acervo de Margareth Vieira (s/d).

Na Figura 9 podemos observar que o Fiss & Tessmann possuía características estruturais semelhantes aos hotéis Treptow e Ness, ou seja, uma infraestrutura simples. Assim como no Treptow que possuía a ferragem na frente e o hotel nos fundos, no Fiss & Tessmann podemos observar o armazém na parte da frente da construção e, também de acordo com Fritold (2016), o hotel nos fundos. Também se observa que ao lado do armazém existia um grande portão de entrada, possibilitando a entrada dos colonos com suas carroças.

Figura 10: Anúncio do Hotel Fiss &amp; Tessmann



Fonte: Acervo de Margareth Vieira (s/d).

Na figura acima temos um anúncio do hotel, onde informa que o estabelecimento era localizado na Estrada das Três Vendas, atual Av. Fernando Osório. O estabelecimento Fiss & Tessmann se identificava como um hotel e

restaurante, como vemos no anúncio, onde oferecia quartos arejados, camas limpas, com bom cheiro e garagem equipada<sup>10</sup>.

O anúncio também faz referência ao armazém, que oferecia secos e molhados, porcelanas, artigos de ferro, tintas, óleos, gasolina, óleo de motor, além de importados e alimentos<sup>11</sup>. Este estabelecimento foi totalmente queimado com os ataques em agosto de 1942 e nunca mais voltou a funcionar.

Os hotéis coloniais desenvolviam outras atividades juntamente com a hospedagem, como armazéns, ferragens, restaurantes, enquanto que os hotéis do centro da cidade não. Esta pode ser considerada outra característica destes hotéis coloniais.

De acordo com Fritold e Gilberto (2016), existia o Hotel Heling no início do século XX, que possuía características semelhantes aos demais hotéis citados. O hotel aparece em um Processo da Justiça do Trabalho, no ano de 1950, tendo neste processo os primeiros dados encontrados sobre o hotel. O hotel estava localizado na Av. Fernando Osório, 70, e o processo é contra uma funcionária que trabalhou no hotel por quase 24 anos, portanto o hotel já estava em funcionamento desde a década de 1920.

A reclamante do processo se chamava Vva. Catharina Heling, representando o Hotel Heling, e a reclamada era Rosa Heling. Verifica-se que ambas possuem o sobrenome Heling. No processo é informado que Catharina era sucessora de seu marido, Arthur Heling, e que Arthur era sucessor de seu pai, portanto o primeiro proprietário do hotel Heling foi o pai de Arthur Heling.

Rosa trabalhou no hotel por 23 anos e 8 meses e recebeu 250,00 cruzeiros, além de casa e comida que somavam 180,00 cruzeiros. Após deixar de trabalhar no hotel, Rosa retorna para a zona rural, na Colônia Osorio, localizada no 3º distrito de Pelotas. Provavelmente Rosa saiu da zona rural para trabalhar no hotel, e durante esse período residia no mesmo, e, após a sua saída, retorna para seu endereço na Colônia. A entrevistada Erna relatou ter vindo para a cidade para trabalhar no Hotel Treptow. Utilizar mão de obra de pessoas da zona rural é uma característica que está presente nos hotéis alemães, que podem ser da mesma região em que os

---

<sup>10</sup> Tradução da autora.

<sup>11</sup> Tradução da autora.

proprietários moravam. (PROCESSO TRABALHISTA, N. 543/50).<sup>12</sup> Percebe-se que os funcionários permaneciam muito tempo no emprego, Rosa ficou quase 24 anos trabalhando no hotel.

Pelo sobrenome da empregada, que é o mesmo do marido de Catharina Heling, pode-se supor que os proprietários também empregavam os parentes em seus estabelecimentos. Essa era uma prática comum neste grupo de hotéis, pois no Hotel Treptow as quatro famílias trabalhavam juntas e Dona Erna, quando começou a trabalhar no hotel, entrou no lugar de sua irmã que iria casar.

Assim como Ida Krüger, Catharina trazia o termo viúva antes de seu nome. O hotel era de seu marido, e com sua morte a viúva passa a administrar hotel sozinha. Uma possibilidade para a utilização do termo viúva seria para diferenciar o hotel dos estabelecimentos de prostituição, que em sua maioria possuíam proprietárias mulheres.

Existia um acordo entre quatro hotéis que estavam em funcionamento na época, o Hotel Krüger, o Hotel Treptow, o Hotel Ness e o Hotel Heling, sendo que *“as refeições eram o mesmo preço, eles chegavam a fazer [reuniões], se reuniam e diziam olha vamos aumentar o almoço para tanto, o café para tanto, todos tinham a mesma tabela.”* (Fritold Rutz, 2016). O grupo se reunia para definir os valores das refeições e da hospedagem, de modo que todos mantinham os mesmos valores. Isto ressalta a união deste grupo, que além de possuir estabelecimentos com características semelhantes, debatiam entre si sobre a administração de suas empresas e tomavam decisões em conjunto. O cartel formado pelos quatro hotéis

---

<sup>12</sup> Quanto ao desfecho do processo citado, no dia 8 de julho de 1950 Rosa retirou-se do hotel, abandonando o serviço. Passados 3 meses de abandono de serviço, Catharina entrou em contato com Rosa para saber se ela retornaria ao serviço, e Rosa lhe disse que não retornaria. Assim, transcorridos mais de 30 dias de abandono de serviço, Catharina solicita a rescisão do contrato de trabalho de Rosa. Rosa não comparece a audiência, Catharina ganha o processo, mas no último dia do prazo para recursos Rosa avisa que não foi notificada, após avaliação é esclarecido que por um erro da Sub-Prefeitura do 3º Distrito de Pelotas, Rosa realmente não foi notificada e o processo é anulado. O processo é reaberto, ambas as partes comparecem, Catharina admite que Rosa abandonava o serviço por várias semanas, e que sua ausência, pela praxe, não era considerada abandono, e sim que teria demitido Rosa. Rosa alega a impossibilidade de realizar serviços ao hotel e é submetida a exames médicos. No laudo médico é identificado um tipo de fungo que impossibilita a lida com sabão, mas que Rosa não está impossibilitada de trabalhos braçais, devendo apenas evitar a lida demorada com água e sabão. Foi comprovado que Rosa abandonou o serviço por mais de 30 dias, que foi convidada por Catharina a voltar e recusou-se. O Laudo médico não caracteriza incapacidade. Sendo o abandono de serviço considerado como voluntário. Por fim é reconhecida a falta grave de abandono de emprego. (PROCESSO TRABALHISTA, N. 543/50).

pode ser considerado como o início da organização hoteleira na cidade, considerando que na época ainda não existia associações de hoteleiros.

Todos os quatro hotéis cobravam o mesmo valor, tanto para hospedagem quando para as refeições, e possuíam o mesmo estilo de hotel, como afirma Gilberto “*Mesmo preço e mesmo estilo mais ou menos.*” (Gilberto Treptow, 2016). Estes hotéis tinham em comum a sua localização, todos ficavam nas vias de acesso ao centro da cidade, e todos hotéis com essa localização eram de alemães ou descendentes. Eram hotéis coloniais e todos se conheciam, talvez por serem da mesma etnia. E mantinham uma infraestrutura voltada para atender as necessidades dos seus principais hóspedes, os colonos. Segundo Fritold (2016) os hotéis mantinham um quadro com o valor tabelado acordado pelo grupo, era algo explícito e os hóspedes sabiam que encontrariam as mesmas comodidades e pelo mesmo valor nestes hotéis.

Portanto, os hotéis coloniais possuíam características em comum, os principais hóspedes eram os colonos, que vinham da zona rural para a zona urbana e se hospedavam nestes hotéis, que eram localizados nas vias de acesso ao centro da cidade. Estes hotéis ofereciam todas as refeições, hospedagem, disponibilizavam um espaço para os colonos deixarem suas carroças e soltarem seus cavalos, e assim eles poderiam pegar o bonde e ir ao centro da cidade comprar mercadorias, realizar atendimento médico, realizar atividades de lazer, dentre outras atividades.

Observa-se que o nome dos hotéis localizados no centro da cidade não tinha relação com nomes alemães, já os hotéis coloniais sim, exceto o Hotel Colonial, os demais hotéis traziam os sobrenomes das famílias como nome do hotel, como Treptow, Ness, Fiss & Tessmann, Krüger e Heling. Esta era uma prática bastante comum na hotelaria, e pode ser considerada como uma característica dos hotéis coloniais.

A partir das informações dos processos fica claro que os funcionários moravam nos hotéis em que trabalhavam, como no Hotel do Comércio, em que o proprietário fala para a funcionária arrumar as suas coisas e “ir se embora”, e nos hotéis Treptow, América e Heling, em que os funcionários recebiam o salário pelas funções que desempenhavam além de comida e hospedagem, complementando o salário, e mostrando que pernoitavam no hotel. Este fato aparece em quatro hotéis que tinham proprietários alemães ou descendentes de alemães, assim

caracterizando a hotelaria alemã na cidade e sua relação entre proprietário e funcionários.

Em 1941 é aberto um processo contra o Hotel do Comércio, e em 1950 contra o Novo Hotel do Comércio, que foi aberto no mesmo endereço do Hotel do Comércio, mas com outro proprietário. A reclamante do processo esclarece falando no “atualmente denominado Novo Hotel do Comércio” sendo que pelo período em que ela afirma que trabalhou, teria iniciado no Hotel do Comércio e foi demitida no Novo Hotel do Comércio, mostrando que mesmo quando um hotel fechava e reabria com outro proprietário os funcionários se mantinham.

A década de 1940 foi uma década conturbada, onde ocorreu a II Guerra Mundial, que impactou a economia mundial, e na cidade de Pelotas não foi diferente, muitos hotéis fecharam ou trocaram de proprietários neste período, em decorrência da II Guerra, fato que será abordado mais aprofundadamente no próximo capítulo.

### Capítulo 3: O “quebra-quebra” de agosto de 1942

A década de 1940 foi marcada pela II Guerra Mundial, fato que afetou a economia de todo o mundo, incluindo o Brasil, que entrou na guerra em agosto de 1942. Nesta data, os imigrantes alemães e seus descendentes residentes no Brasil sofreram com a violência. Neste contexto, Pelotas também foi atingida, tendo vários estabelecimentos atacados, saqueados, queimados e/ou fechados.

De acordo com Fachel (2002), o governo brasileiro havia decretado uma violenta repressão aos países ligados aos governos do eixo, e, com a política do Estado Novo, passaram a perseguir todas as manifestações culturais de alemães, italianos e japoneses, incluindo os seus descendentes, mostrando uma confusão entre o nazismo e a identidade cultural destes imigrantes, o que acarretou a indignação brasileira ao povo alemão. Essa confusão não começou quando o Brasil entrou oficialmente na Segunda Guerra Mundial, como apontado pelo autor:

Os litígios e os preconceitos contra os teuto-brasileiros foram evidenciados durante a Primeira Guerra Mundial, quando ainda não havia a justificativa de combate à “Quinta Coluna” ou ao nazismo. A destruição de estabelecimentos comerciais da etnia alemã e preconceitos raciais ocorreram em Porto Alegre e na zona sul do Estado, demonstrando que as violências que serão estudadas não foram novidade ou problemas limitados à região de Pelotas ou à conjuntura da Segunda Guerra. (FACHEL, 2002, p. 35).

Porém, foi com a entrada oficial do Brasil na Segunda Guerra Mundial que a violência contra os “teuto-brasileiros” se acentuou.

E por coincidência foi sob um governo ditatorial, de nacionalismo exacerbado, guerra comercial, informações e propagandas manipuladas nos “meios de comunicação de massa”, que ocorreu a Noite dos Cristais (9-10/11/1938), quando as lojas dos judeus foram destruídas, seus templos incendiados e confinados em guetos e em prisões na Alemanha. Os dias dos “cristais”, para os teuto-brasileiros, ocorreram em agosto de 1942, quando suas lojas foram saqueadas e destruídas em várias cidades brasileiras. Pelotas e Porto Alegre são dois exemplos. Algumas igrejas queimadas, as duas que existiam em Pelotas (paradoxalmente de religiões distintas), e segregados nas colônias, de onde não podiam sair sem expressa licença policial. (FACHEL, 2002, p. 35).

O autor compara a “Noite dos Cristais” sofrida pelos judeus em 1938 com o “Quebra-quebra” sofrido pelos alemães no Brasil, em 1942. Pinheiro (1995) resume os fatos que levaram o Brasil a II Guerra Mundial:

Após o rompimento de relações diplomáticas em janeiro, seguido de crescente colaboração à causa aliada, o torpedeamento de vários navios brasileiros por submarinos alemães levou o governo Vargas a, finalmente,

declarar guerra à Alemanha e à Itália com amplo apoio da população. [...] A Conferência de Chanceleres do Rio de Janeiro (III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, 15-28 de janeiro de 1942) consolidou a colaboração latino-americana com os Estados Unidos. (PINHEIRO, 1995, p. 2).

Segundo Perazzo (2003), de 1942 a 1945, alemães, japoneses e italianos foram presos, confinados, por serem “súditos do Eixo” no que denominamos de Campos de Concentração. No sul do país, a comunidade teuto-brasileira foi “rotulada com a expressão ‘súditos do Eixo’, aplicada até mesmo a brasileiros descendentes de alemães, que chegavam a ser presos por causa de questões culturais (língua, tradições, etc.)” (PERAZZO, 2003, p. 3). E, segundo a autora:

A vigilância e a repressão estenderam-se a todos os estrangeiros do Eixo, mas variavam de intensidade de grupo para grupo. Os alemães foram os mais visados pelas perspectivas nacionalistas do governo Vargas e, conseqüentemente, os mais atingidos pelas medidas governamentais. Somando o maior número de cidadãos encarcerados, eles representavam uma dupla ameaça: enquanto grupo étnico que insistia em supervalorizar sua cultura e atuar politicamente nos moldes de um regime estrangeiro, colocando em risco o projeto nacionalista interno e, como súditos de um chefe com ambições imperialistas, como era o caso de Hitler, representavam um perigo internacional. (PERAZZO, 2003, p. 2).

Na capa do jornal Diário Popular, do dia 18 de agosto de 1942 é publicada a seguinte notícia: “O Brasil vive a sua maior tragédia marítima, imposta pela guerra covarde e traiçoeira que lhe move o ‘eixo’” (DIÁRIO POPULAR, 18/08/1942, p. 1). Foram afundados os navios “Baependi”, “Araraquara” e “Anibal Benévolo”, o afundamento ocorreu na costa da Bahia, entre São Salvador e Aracaju. Mas é enfatizado o seguinte: “Nosso país dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades” (DIÁRIO POPULAR, 18/08/1942, p. 1).

Com a notícia dos navios afundados e a forma em que esta foi anunciada, uma onda de revolta tomou conta da população de Pelotas e de outras cidades, como Porto Alegre. O jornal O Povo de Porto Alegre, citado pelo Diário Popular, relata o início das manifestações na cidade: “O povo, reunido frente ao ‘Diário de Notícias’, tentou apedrejar a firma Siemens & Schuckert, tendo interferido a polícia, que dissolveu os manifestantes. Entretanto, o povo continua reunido na rua da Praia, agora desfraldando o Pavilhão Nacional.” (DIÁRIO POPULAR, 18/08/1942, p. 1).

Já no dia 19 de agosto, a capa do Diário Popular apresentou notícias de várias cidades relativas a II Guerra, como: “Queremos a guerra contra o ‘eixo’ – pede o povo no Rio”; “Incontáveis manifestações populares, nas ruas, em exaltado sinal de desagravo”; “A maior manifestação de protesto até, hoje, verificada”; “As

manifestações de repulsa aos covardes atentados á nossa soberania”; “Vibrantes palavras do presidente na mais imponente manifestação popular” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 1), dentre outras notícias.

Como podemos observar a partir das notícias citadas, as manifestações ocorreram em vários municípios, dentre eles Porto Alegre e Rio de Janeiro. O comércio no Rio fechou as portas mais cedo em sinal de pesar (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 1). Em Sergipe, a população também foi às ruas se manifestar (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 6). Na cidade de Rio Grande também ocorreram protestos contra o ataque aos navios brasileiros, quando a população da cidade percorreu as ruas cantando o Hino Nacional (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 4).

No Rio de Janeiro os estudantes foram às ruas empunhando bandeiras nacionais e cantando o Hino do Brasil e, na Faculdade de Direito da cidade, foi realizado um comício de protesto. Isso ressalta o apoio dos estudantes da cidade às manifestações, que seguiam cegamente pelas ruas (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 4).

Para termos uma clara noção da dimensão dos ataques na cidade de Porto Alegre, a notícia intitulada “Os portoalegrenses continuam seu protesto depredando as casas de comércio dos eixistas” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2), traz relatos de ataques a restaurantes e confeitarias de “súditos do eixo” na cidade, utilizando as seguintes palavras: “Continuam as manifestações populares. O povo exaltado continua fazendo depredações nos restaurantes” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2). Percebe-se que as depredações ocorreram de forma nítida na cidade e justificada pela exaltação em defesa da pátria.

Na sequência é relatado que apesar do mau tempo na cidade o povo continuaria fazendo as manifestações de protesto pelos navios afundados, e “aos gritos de vingança, cantando o Hino Nacional. Fizeram-se ouvir vários oradores. O povo percorre as ruas da cidade cantando canções patrióticas.” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2).

O nacionalismo sempre conservou essa íntima lealdade ao governo e nunca chegou a perder a sua função de manter um precário equilíbrio entre a nação e o Estado, de um lado, e entre os cidadãos de uma sociedade atomizada, do outro. Os cidadãos nativos de um Estado-nação frequentemente olhavam com desprezo os cidadãos naturalizados, aqueles que haviam recebido seus direitos por lei e não por nascimento, do Estado e não da nação; mas nunca chegaram ao extremo de propor a distinção

pangermanista entre Staatsfremde, alienígenas do Estado, e Volksfremde, alienígenas da nação, que foi mais tarde incorporada à legislação nazista. Como o Estado permaneceu instituição legal mesmo em sua forma perversa, a lei controlava o nacionalismo; e, como este havia surgido da identificação dos cidadãos com o seu território, era delineado por fronteiras definidas. (ARENDR, 2012, p. 207)

As afirmações da autora reforçam o sentimento causado nos manifestantes durante as passeatas, que a partir da lealdade ao governo, olham com desprezo os cidadãos naturalizados, generalizando-os e taxando-os como “súditos do eixo”. Toda essa exaltação e violência ocorre a partir do sentimento de nacionalismo criado na população, que não veem os seus atos como violentos e sim como atos de justiça.

As depredações na cidade de Porto Alegre foram inúmeras, casas comerciais foram completamente destruídas, como vemos: “A massa, indignada, atacou e destruiu, por completo, as instalações da filial da Casa Renner, Casa Lindolfo Bohrer, Casa Guaspari, Krahe & Cia., Auxiliadora Predial, Jacobi & Cia. e o Jornal A Nação” (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 8).

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. (ARENDR, 2012, p. 280).

Foi uma massa que se dizia rebelar contra a barbárie totalitária que atacou e destruiu diversas propriedades durante as manifestações. Indignada com os ataques aos navios mercantes, incitadas pelo governo e pela mídia, e considerando os seus atos como de justiça, civismo e patriotismo saiu as ruas. Na notícia sobre os ataques em Porto Alegre seguem relatos de depredações, mas no final ocorre uma certa mudança no posicionamento sobre as manifestações:

À tarde, o governo tomou enérgicas medidas, passando o policiamento a ser feito pelas forças do exército, brigada e tiros de guerra, voltando a reinar completa calma, apesar das ruas manterem-se apinhadas de povo. O governo proibiu a realização de comícios e manifestações públicas. O chefe de Polícia baixou determinações, fazendo um apelo ao povo para que se mantenha em completa serenidade, determinando o fechamento dos bars e botequins às 20 horas, pedindo a população que se recolha às suas residências até as 22 horas. A nota da chefia de polícia assim: “Tendo a população já expandido suficientemente os seus sentimentos de desagravo patriótico, o próprio decoro do Brasil exige que não se adote os métodos

brutais de represália que caracterizam a selvageria de nossos inimigos”. (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 8). [Grifos do jornal]

Após estabelecimentos comerciais serem totalmente destruídos pela manhã e os brasileiros “já expandido suficientemente os seus sentimentos de desagravo patriótico”, a tarde ocorre um posicionamento do governo para que o povo “se mantenha em completa serenidade”, utilizando o exército e a brigada para realizar o policiamento nas ruas, apesar destas se manterem com a população realizando manifestações e comícios. Pode-se perceber que a brutalidade dos ataques estaria de acordo com a brutalidade (“a selvageria”) dos ataques da Alemanha ao Brasil, ou seja, que o povo brasileiro somente estaria retribuindo o que a Alemanha fez ao Brasil.

O “quebra-quebra” não foi um fator isolado da cidade de Pelotas, como vimos, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em Sergipe também ocorreram manifestações e depredações as casas e comércios de alemães e descendentes. Porém, na cidade de Pelotas as depredações duraram 48 horas e em Porto Alegre foi um dia de manifestações e ataques, ocorrendo a intervenção da polícia (FACHEL, 2006). No município de Pelotas os ataques tinham apoio das forças militares e as atrocidades tomam proporções alarmantes.

### **3.1 O “quebra-quebra” no município de Pelotas**

A partir da entrada oficial do Brasil na II Guerra Mundial, e esta notícia ser anunciada nos jornais Opinião Pública e Diário Popular, assim como estava ocorrendo em outros municípios do país, se deu início a uma passeata no centro da cidade que ficou conhecida como “quebra-quebra”.

Para anunciar tal fato, os jornais trazem notícias com títulos sensacionalistas, como: “O Brasil vive a sua maior tragédia marítima, imposta pela guerra covarde e traiçoeira que lhe move o ‘eixo’”. (DIÁRIO POPULAR, 18/08/1942, p. 1). Na sequência, o Jornal Diário Popular relata o ocorrido com os navios Baependi, Araraquara e Anibal Benévolo, e antes de trazer as manifestações ocorridas em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Sergipe relata que “nosso país dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades” (DIÁRIO POPULAR, 18/08/1942, p. 1).

Os alvos dos manifestantes eram os estabelecimentos comerciais e as residências de alemães e italianos que residiam nas cidades, mas principalmente de alemães. Em Pelotas, estas manifestações duraram cerca de 48 horas e ocorreram saques, queimas e invasões aos estabelecimentos comerciais e as residências dos teuto-brasileiros.

Na segunda página do jornal Diário Popular, a notícia de destaque foi “Gigantesca manifestação popular de revolta contra os tiranos do ‘eixo” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2), que compunha quase meia página da folha, falando que “o povo pelotense deu vasão a seu ódio contra os sanguinários agressores totalitários, numa das maiores manifestações que Pelotas já assistiu”. (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2).

Gigantesca manifestação popular de revolta contra os tiranos nazinipofascistas e sua macabra sequência de crimes internacionais encheu, ontem, o coração da cidade, erguendo-a, na história do Brasil, altiva, deslumbrante de civismo e digna das suas honrosas tradições. [...] Em cada protesto, em cada atitude, em todos os movimentos dessa grande massa rebelada contra a barbaria totalitária, transcendia um hino de profundo amor ao Brasil ferido e de integral confiança nos homens que o dirigem nessa passagem tão grave da história. (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2).

Rudé (1991) analisando os movimentos populares na França e na Inglaterra entre 1730 e 1848 constatou que as multidões que participavam daquelas agitações populares eram:

[...] provocados tanto por lembranças de direitos costumeiros ou pela nostalgia de utopias do passado como pelas reivindicações presentes ou esperanças de melhoria material, e fazem uma “justiça natural” violenta e imediata, quebrando janelas, destruindo máquinas, saqueando mercados, queimando efígies de inimigos do momento, incendiando montes de feno e derrubando casas, fazendas, cercas, moinhos ou tavernas, mas raramente fazendo mortes. O motim, portanto, é a forma característica e frequente do protesto popular que, ocasionalmente, se transforma em rebelião ou revolução. (RUDÉ, 1991, p. 4) [Grifos do autor]

Durante o “quebra-quebra” a multidão se porta como apontado pelo autor nos movimentos populares na França e Inglaterra. Foi em nome do civismo e do nacionalismo que a massa saiu às ruas para expressar sua indignação e cometer atos de violência justificados pela violência nazista. Atacam, quebram, saqueiam e ateião fogo a casas e comércios de descendentes de alemães, incitados pela mídia e pelo nacionalismo. Iniciou como uma passeata, uma manifestação, e se tornou um ato violento de revolta.

E foi em nome de uma futura homogeneidade nacional que a xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo,

produziram uma campanha (de 'nacionalização') para impor o 'abrasileiramento', usando, inclusive, efetivos militares. (SEYFERTH, 2000, p. 92).

A intolerância já imposta pelo Estado Novo se intensificou no contexto da II Guerra, principalmente em relação aos imigrantes alemães e teutos-brasileiros. É no momento de revolta, que a população atinge e ataca esses imigrantes e seus descendentes. A imprensa destaca positivamente essas ações em nome do civismo e do amor ao Brasil, relatando que a manifestação “encheu, ontem, o coração da cidade” que estava “deslumbrante de civismo”, demonstrando “profundo amor ao Brasil ferido”, ou seja, os ataques não são condenados, mas justificados pelo civismo e nacionalismo. O jornal foca no sentimento da população, e desvia do que foi destruído durante as manifestações e as causas da mesma.

De acordo com o jornal, a manifestação teve apoio da Liga de Defesa Nacional, do Prefeito e dos comandantes da Brigada Militar e do Exército, sendo que os manifestantes passaram por estes órgãos públicos em sua rota, iniciada na Prefeitura da cidade, e foram bem recebidos pelas entidades, tendo suas atitudes aprovadas.

A intolerância surge a partir do preconceito, mas diferente do preconceito, ela necessita de poder. Ambos seriam um modo de ser, porém, o preconceito seria algo mais passional, onde se quer fazer o mal ao outro, mas não se tem poder para fazê-lo, já a intolerância se tem esse poder (BUENO, 2008). E foi exatamente isto que ocorreu na cidade de Pelotas, uma intolerância, iniciada pelo preconceito as etnias alemã e italiana, que com a exaltação após notícias sensacionalistas sobre o afundamento de três navios brasileiros, e com a entrada oficial do Brasil na II Guerra Mundial, levou a uma onda de revolta e intolerância permitida e apoiada pelo governo e órgãos de defesa.

Erna (2005), quando fala da II Guerra Mundial, relata:

*Guerra Mundial, o Brasil, assim não quer dizer, não vieram bombardear nem nada aqui, mas o presidente, ela ajudava quando deu aquela revolta, deles irem na casa do alemão, vamos dizer, aí o Brasil tinha mandado um navio cheio de alimento e os outros contra os que era os contra, afundaram o navio brasileiro que não tinha nada que ver. Aí começou, se não talvez não tinha acontecido essas queimas, essas quebras. (Erna Schüller Weirich, 2005).*

Na fala da entrevistada percebe-se que o anúncio dos navios afundados ficou marcado na memória da população, e que teria sido esse o motivo que

desencadeou os ataques, além do apoio do Presidente da República. A memória é seletiva, e ela não segue apenas um processo seletivo, ela também está relacionada às tradições, as nossas identidades, aos sentimentos profundos (ódio, amor, humilhação, dor, ressentimento), sentimentos que acabam surgindo independente da vontade do indivíduo (ARAÚJO e SANTOS, 2007).

A incitação de patriotismo era tanta que os cinemas, “antes de iniciar a função, tocaram o Hino Nacional, logo cantado por todas as senhoras e senhorinhas que se encontravam na plateia.” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2).

Era dada grande importância aos símbolos do Brasil, o amor a Pátria era materializado nos símbolos, como o hino nacional, a bandeira do Brasil. Erna relata que durante o “quebra-quebra” os soldados solicitaram a bandeira aos funcionários dos estabelecimentos comerciais, incluindo o Hotel do Comércio, em que ela trabalhava. *“Aí veio um soldado e pediu a bandeira brasileira. Eu que guardava a bandeira junto em um armário de guarda roupa, eu dei a bandeira para o soldado e ele hasteou a bandeira, aí eles bateram palma, aqueles invasores, aí eles foram embora”* (Erna Schüller Weirich, 2005). Mesmo tendo a bandeira do Brasil no hotel e disponibilizado para que ela fosse hasteada, buscando demonstrar que o hotel era brasileiro, isso não foi suficiente para prevenir os ataques ao hotel.

Quem contemplasse aquela bandeira do Brasil, bravejando nos braços erguidos dos seus filhos, compreenderia logo a grandeza espiritual da passeata: é que o povo de Pelotas, como aliás o homem do Brasil, de todos os rincões e de todas as cidades, vinha de público confessar que entre a lei e o crime não pode haver neutralidade. Havia aí a definição de uma atitude. Estava traçado o sentido da luta em prol das democracias, em prol do homem, em favor da humanidade do bem. (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p.2).

Este sentimento de luta em prol da democracia, em favor da humanidade, este sentimento de civismo, foi o mesmo que gerou a intolerância que atacou residências e comércios de alemães e descendentes. Esta mesma população indignada com as mortes oriundas dos navios afundados foi capaz de sair as ruas na cidade de Pelotas e realizar o “quebra-quebra”. Foram atos de violência justificados por atos de violência, que segaram uma multidão, que percorreu a cidade impondo os símbolos do Brasil.

As entidades governamentais coordenaram as manifestações, o povo saiu às ruas com seu desejo de vingança, e assim, à noite se iniciou o “Quebra-quebra”.

À noite, a medida que a exaltação popular aumentava, uma multidão incalculável vibrando de revolta, apedrejou diversas casas comerciais alemãs, num ímpeto incontido de vingar a infâmia dos assassinos nazistas que se não apiedam nem de crianças, nem de mulheres indefesas e inocentes. Indomável e fiel aos seus propósitos de também colaborar na defesa da nação, o povo atacou os Hotéis do Comércio e América de propriedade de alemães, a residência do dentista Tochtrop, a ferragem Nieckele, Palmeira & Cia., Monti & Knabe e mais outras firmas germânicas. Cada vez mais indômitos, os manifestantes dirigiam-se á residência de Christel Voght, ex-adido do consulado geral alemão, com sede na cidade de Rio Grande, tendo retirado todos os pertences e mobiliário para a via pública, e ateado fogo, cujas chamas, intensas, elevaram-se de muitos metros. – Ainda as duas horas de hoje, a multidão, enfurecida, percorria as ruas da cidade depredando e arrasando as casas de residências e de comercio de súditos do “eixo”, entre as quais, a Marmoaria Lopes, a residência de Rodolfo Nieckele, e outras, também, pertencentes a quinta-colunistas. (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p. 2).

Erna (2005) relata que no segundo dia de “quebra-quebra” vieram novamente ao Hotel do Comércio, e com medo os funcionários fugiram pelos fundos do hotel, tendo que pular um muro. *“Nós fomos bem para o fundo tinha até uma pessoa com duas crianças ela se tratava, ela estava doente, mas não queria ficar no hospital então ela ficava hospedada lá.”* (Erna Schüller Weirich, 2005). A violência era justificada pelo fato dos nazistas “não apiedam nem de crianças, nem de mulheres indefesas e inocentes”, porém a violência cometida em Pelotas também foi uma violência que não se apiedou de crianças e mulheres doentes, que tiveram que fugir do hotel em que estavam hospedados. E “em defesa da nação” saíram “depredando e arrasando as casas de residências e de comercio” de alemães e descendentes, e quem estivesse no entorno.

Outro caso de mulheres e crianças que sofreram durante as “manifestações” foi de Gilberto Treptow e sua tia Selma (uma das proprietárias do Hotel Treptow). *“A Selma, pegou ele, o Gilberto de dois anos e saiu correndo com ele, aí eles fugiram, eles fugiram e foram lá para a chácara de um tio”* (Fritold Rutz, 2016). Selma teve que pegar o Gilberto, na época com apenas dois anos, no colo e fugir para a colônia da cidade, para que tivessem apenas prejuízos materiais.

Os ataques ocorreram pelo sentimento de intolerância estimulado pelo governo nas pessoas, “a intolerância pode ser definida como uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação a indivíduos e grupos específicos, à sua maneira de ser, a seu estilo de vida e às suas crenças e convicções”. (ROUANET, 2003, apud BUENO, 2008, p. 4). E foi este ódio, esta agressividade irracional a este grupo étnico que levou aos ataques.

No jornal fica evidente a generalização quanto aos teuto-brasileiros, os quais são identificados como “súditos do eixo” ou “quinta colunas”. É afirmado que as casas comerciais e residências de “alemães” e de “brasileiros traidores” foram atacados, considerando todos os descendentes de alemães como alemães, mesmo tendo eles nascido no Brasil e não tendo ligação com o nazismo. A expressão “quinta-coluna” era utilizada para referenciar os espiões nazistas, mas foi utilizada como um termo para humilhar os estrangeiros e seus descendentes no Brasil (RODRIGUES, 2018).

No jornal seguem notícias sobre manifestações, que ocorreram também no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Sergipe, Rio Grande e São Lourenço, já citadas no subcapítulo anterior. No dia 20 de agosto é anunciado pelo Gal. Cordeiro de Farias, a seguinte mensagem ao povo Riograndense:

O governo do Estado, compreendendo embora, as manifestações populares de revolta pelo bárbaro atentado, que acabamos de sofrer, mas, sentindo que elementos interessados em abalar a unidade espiritual e de ação de que o Rio Grande do Sul hoje se orgulha e que representa um magnifico exemplo para o Brasil procuram, por meio de desordens, lançar o povo contra as autoridades constituídas, apela para todos os riograndenses para que se abstenham e evitem a prática de quaisquer excessos de exaltação cívica, vindo, assim, concorrer, anti-patrioticamente, para a destruição dum patrimônio que, embora propriedade de súditos das nações do “eixo”, já pertence ao Brasil como indenização material dos prejuízos que temos sofrido. Ordem e disciplina, portanto. Reservai vossas inquebrantáveis energias, o tradicional civismo e a capacidade de sacrifícios do Rio Grande do Sul para os dias tormentosos que estão bem próximos. (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 1).

Neste momento o posicionamento do governo sofre mudanças, e é solicitado ao povo que mantenham a ordem e a disciplina, pois as casas comerciais e residenciais dos súditos do “eixo” seriam penhoradas e por isso não deveriam ser destruídas, já que no momento eram propriedade do país. Portanto, neste momento, apesar da mudança de posicionamento do governo quanto aos ataques, a preocupação era com a depredação dos bens destes alemães, um “patrimônio que [...] já pertence ao Brasil”, e não com eles. Os bens materiais eram mais importantes do que as pessoas no contexto da notícia.

Apesar do anúncio do governo, seguem as manifestações na cidade de Pelotas. É relatado no jornal que “o povo deu largas aos sentimentos de revolta às inomináveis agressões dos países do ‘eixo’”. (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 8). Mas nessa reportagem já se percebe um cuidado maior quando é relatada a manifestação, onde é dito que seria uma “explosão popular, é o extravasamento de

sentimentos ofendidos, de há muito sopitados.” (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 8). E continua afirmando que Pelotas vibra de indignação desde o dia 18 de agosto, demonstrando isso através de gigantes manifestações populares, e que: “Em prosseguimento a essas demonstrações, os estudantes de Pelotas, de todas as escolas superiores e secundárias, efetuaram majestosa passeata, ontem pela manhã, dentro da maior ordem, embora em meio de grande vibração cívica.”. (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 8). Assim, percebe-se que as atrocidades cometidas eram justificadas pelo patriotismo e também pelo civismo, e apesar de transparecer uma certa preocupação em afirmar que as manifestações estavam mantendo a ordem, como solicitado pelo governo, na sequência é noticiado o contrário, que elas prosseguiram violentas.

Prosseguiram as manifestações violentas. Pouco depois do meio dia, prosseguiram as violentas manifestações de desagravo, iniciadas, anteontem, á noite, com a depredação de vários estabelecimentos comerciais e residências, pertencentes a súditos do “eixo”. (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 8).

A partir dos anúncios do jornal percebe-se que o Diário Popular focou no sentimento da população e desvia o foco do que foi destruído e qual a causa destas depredações.

Erna (2005) relata os ataques à Igreja São João, e destaca que “*a única coisa que não conseguiram estragar era o sino, aquilo era tão triste, aqueles dois dias que eu estava lá na casa da conhecida a criançada tocando o sino e a gente ouvia aquilo lá dentro não tinha mais nada.*” (Erna Schüller Weirich, 2005). A entrevistada afirma que tudo que puderam destruir, foi destruído, ficando apenas as paredes.

No Diário popular foram publicados anúncios de cidadãos pelotenses afirmando que eram brasileiros natos, e agradecendo que seus estabelecimentos comerciais e suas residências foram poupados e tiveram pequenos ataques, como o anúncio na sequência.

Ao público: Ao regressar do interior, onde me encontrava a serviço de minha firma comercial, quero “expressar” a minha solidariedade á indignação popular em face das bárbaras agressões sofridas por navios brasileiros por parte dos piratas do “eixo”. Ao mesmo tempo quero agradecer ao generoso povo de Pelotas, nesta hora de sofrimento para a nossa Pátria a atitude digna e correta em relação ao estabelecimento comercial de que sou proprietário. Apesar de ter sofrido algumas depredações a Ferragem Americana, e apesar de ter sido o estabelecimento invadido pela onda popular, os manifestantes atenderam nobremente os apelos que lhes fizeram meus amigos desta cidade, e meus bons empregados, nada destruindo, tendo-se verificado no dia seguinte não faltar mercadoria

alguma, o que demonstra a elevação moral dos manifestantes, que agiram por intuítos patrióticos. Aproveito o ensejo para declarar ao público que a Ferragem Americana da qual continuo como chefe, se compõe exclusivamente de brasileiros natos. Manoel da Silva Palmeira. Proprietário da Ferragem Americana. (DIÁRIO POPULAR, 23/08/1942, p. 6).

A afirmação sobre os funcionários da ferragem serem “exclusivamente de brasileiros natos” está ligada ao decreto 19.482, conhecido como lei dos 2/3. De acordo com o decreto era exigido que ao menos 2/3 dos funcionários de empresas, associações, companhias ou firmas comerciais fossem brasileiros natos.

Assim, como os apelos dos amigos de Manoel, relatados na notícia acima, Luiza (2005), que morava no Hotel Glória, cujo proprietário era alemão, não sofreu ataques pois teve a defesa de seu irmão, *“queriam quebrar tudo, mas não quebraram por que o meu irmão estava junto, um dos meus irmãos e o sobrinho estava junto”* (Luiza Del Grande Brauner, 2005). Eles estavam presentes durante os ataques ao hotel, e não deixaram que nada acontecesse à entrevistada e ao hotel.

O anúncio foi feito pelo proprietário da Ferragem Americana, a qual foi atacada nos dois dias de saques e queimas na cidade, além da preocupação com os seus bens, o chefe da ferragem afirma que seus funcionários eram brasileiros natos. Este anúncio não foi um episódio isolado, outros foram publicados no jornal. Foram feitos anúncios pagos para se retratar publicamente aos amigos e conhecidos, afirmando ser brasileiro nato como uma estratégia de permanência na cidade, talvez até mesmo de resistência.

Tendo sido o meu prédio atingido durante a reação popular, originada pelos inomináveis crimes dos nossos inimigos contra os navios mercantes nacionais, venho ao povo desta cidade fazer as declarações abaixo, a-fim-de deixar perfeitamente esclarecido que as referências a meu respeito, espalhadas por anônimos, são imerecidas e tendenciosas. Sou brasileiro nato, possuindo, como comprovantes, as certidões de nascimento e casamento, que ponho á disposição de todos aqueles que disso desejarem certificar-se. Durante os anos de minha atividade nesta praça, jamais tive empregados que não fossem brasileiros. Tenho cooperado sempre, dentro de minhas posses, para todos os festejos cívicos e patrióticos. Nunca estive minha firma na Lista Negra aliada. Nunca fui chamado á delegacia para ser ouvido, como participante de qualquer reunião de partidários do eixo, ou envolvido em qualquer discussão sobre a guerra. Jamais pratiquei atos que justificassem as vexatórias alusões a meu respeito, e sempre me orgulhei de minha qualidade de brasileiro. Finalmente, quando, no dia 19, convidado a participar do comício que então se realizava, fí-lo espontânea e orgulhosamente, empunhando a bandeira nacional, pois, estava continuamente solidário com o povo desta terra. Pelotas, 24 de agosto de 1942 G. Keil (DIÁRIO POPULAR, 25/08/1942, p. 1).

No relato acima, G. Keil, proprietário de um estabelecimento atacado, destaca que é “brasileiro nato”, afirmando sua naturalidade e ressaltando que não teria

ligação alguma aos partidários do eixo ou estaria presente na Lista Negra aliada, negando as acusações feitas por anônimos. Tamanhas atrocidades ocorrem na cidade que este tipo de anúncio se fez necessário para se defender. O proprietário também destaca que não teve funcionários que não fossem brasileiros. Novamente, é importante destacar que a lei dos 2/3 estava em vigor, exigindo que a maioria dos funcionários fossem brasileiros. No jornal é anunciado mais uma declaração de “brasileiro nato”.

Declaro aos meus amigos e ao povo de Pelotas, que tanto eu como meus auxiliares somos brasileiros natos. Conservando vivo e firme, como sempre, e agora ainda mais, o sentimento de brasilidade que sempre me animou por uma existência toda consagrada ao trabalho, cabe-me declarar, nesta hora de apreensões para a nacionalidade, que, acima de meus interesses, está meu culto e meu amor pela Pátria Brasileira, que deseja cada vez maior e mais prospera, digna dos altos destinos que lhe estão reservados. Pelotas, 21 de agosto de 1942. João Tompsem (DIÁRIO POPULAR, 25/08/1942, p. 6).

João Tompsem ressalta o seu sentimento de brasilidade, e que sempre teve amor pela Pátria Brasileira para afirmar que é um “brasileiro nato”. Apenas a naturalização não era necessária, era preciso honrar os símbolos de patriotismo brasileiros.

A partir do anúncio do afundamento dos navios “Baependi”, “Araraquara” e “Anibal Benévolo”, e da entrada oficial do Brasil na II Guerra Mundial, se deu início às 48 horas de “quebra-quebra” na cidade de Pelotas. Residências e comércios de alemães e descendentes foram atacados, saqueados, e queimados durante as manifestações. Dentre as residências comerciais, hotéis também foram atacados, como veremos a seguir.

### **3.2 Os hotéis alemães atacados em Pelotas**

Os hotéis também foram atacados durante o ‘quebra-quebra’, como é citado na matéria do jornal Diário Popular. Na reportagem a seguir, quatro dos cinco hotéis atacados são citados, o Hotel América e o Hotel do Comércio, já mencionados na notícia do dia 19 de agosto do Jornal Diário Popular, em que é afirmado serem hotéis de propriedade de alemães, o Armazém Fiss & Tessmann e a F. Tretow e Cia.

[...] Foram em grande número as casas comerciais e residências, pertencentes a súditos do eixo, depredadas, ontem, durante a tarde: Hotel

América, Hotel do Comércio, Ferragem P. H. J. Marxen, Fotografia Santos, Igreja São João, Cortume Júlio Hadler, Armazém Fiss e Tesmann, dr. Tochtropp, Alfaiataria Caprio, G. Keil, Willy Petzold (banca de frios no Mercado e residência), F. Treptow e Cia., Luiz Gutchow, residência de J. Guadalajara e algumas outras, cujos proprietários não foi possível a reportagem identificar, em virtude da confusão reinante no momento. (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 8).

Como foi discutido no capítulo anterior, o Hotel América localizava-se na rua Félix da Cunha, 604, na esquina com a Praça Coronel Pedro Osório. Não se tem informações precisas sobre o proprietário do hotel em agosto de 1942, apenas que este era alemão, como é afirmado pelo jornal.

O Hotel do Comércio estava localizado na rua Sete de Setembro, nº 402, na esquina com a rua General Osório, e seu proprietário era Germano Bunde Rotschild. O Armazem Fiss & Tessmann estava localizado na Estrada das Três Vendas, atual Av. Fernando Osório, e não se tem informações sobre o nome dos seus proprietários. O F. Treptow era de propriedade de Fernando Treptow, e posteriormente de três de seus cinco filhos (Valdemar, Osmar e Selma), e estava localizado na Av. Gal. Daltro filho, 392, atual Avenida Duque de Caxias. O quinto hotel atacado, que não foi identificado nos anúncios do jornal, foi o Hotel Glória, localizado na Praça Piratinino de Almeida, número 14, de propriedade de Carlos Bernardo Neutzling. Carlos Bernardo também era dono da fábrica de Cepas de Tamancos, localizada na rua Marechal Floriano, n. 368. No jornal não é noticiado sobre os ataques ao hotel, nem sobre ataques a fábrica, porém, a partir dos relatos orais obtive apenas informações sobre ataques ao hotel.

O Hotel América foi atacado, saqueado, tendo os seus móveis atirados para o meio da rua e queimados, como mostram as Figura 11 e Figura 12.

Figura 11: Hotel América



Fonte: Acervo Pelotas Memória.

Figura 12: Queimas no Hotel América



Fonte: Acervo Pelotas Memória.

Assim como o ataque a residência de Christel Voght, citada na matéria, o Hotel América, como vemos nas imagens acima, também teve os seus pertences e mobiliário retirados do hotel e largados na rua em frente ao estabelecimento, e por

fim incendiados. A multidão que atacou o hotel tinha o objetivo de destruí-lo completamente, certificando-se que o mesmo não iria reabrir, ao menos não com o mesmo administrador, pois teve todo o mobiliário destruído, quebrado e queimado.

Percebe-se nas figuras 11 e 12 que as janelas do hotel foram quebradas, pois uma das ações realizadas pelos manifestantes, citada, no jornal Diário Popular, foi o apedrejamento dos estabelecimentos e das residências. Percebe-se, também, que a população estava assistindo a queima dos móveis como se estivesse assistindo a um espetáculo. Os meios de comunicação no período, como a imprensa, o cinema, o rádio, “contribuíram para construir o imaginário do “perigo alemão”, transformando as pessoas naturais ou descendentes daqueles países em “inimigas” da pátria brasileira.” (FÁVERI, 2009, p. 96). Com esta construção do perigo alemão que a intolerância a esta etnia foi incitada, e o jornal Diário Popular teve um papel crucial na construção deste imaginário, sempre ressaltando o sentimento da população e desviando dos fatos, transformando descendentes de imigrantes em alemães nazistas e incitando o ódio na população.

Suponho que a construção do imaginário do “perigo alemão”, incitando a intolerância a essa etnia, possa ter contribuído para que as informações sobre o proprietário do Hotel América, em 1942, se tornassem um mistério. Nos almanaques Laemmert (de 1935 até 1940) aparece apenas o nome do hotel e seu endereço, da mesma forma que nos anúncios do jornal Diário Popular o nome do proprietário também não aparece. O hotel não possuía um nome fantasia que remetesse a etnia alemã, talvez pela Campanha de Nacionalização o proprietário evitou destacar o seu nome e sua descendência.

Outro local que aparece na notícia citada anteriormente foi o Hotel do Comércio. O hotel estava localizado bem no centro da cidade, como vimos no capítulo anterior. Ele recebia hóspedes para pernoitar e alguns apenas para a “sesta”, o hotel também recebia pacientes que vinham para atendimentos médicos. Não foram encontradas imagens dos ataques a este hotel, mas de acordo com a entrevistada Erna (2005), o que vimos nas imagens do Hotel América também se aplica ao Hotel do Comércio, ou seja, a população atirando pedras no hotel, quebrando as janelas, removendo todos os seus móveis, e por fim ateando fogo no meio da rua, conforme mostra o relato de Erna, que estava trabalhando no hotel quando a manifestação chegou até ele.

*Aí houve aquelas quebras e queimas por causa da Guerra Mundial, da II Guerra Mundial, aí uma noite, eles vinham pela Sete de Setembro e foi tudo assim um movimento, havia assim de gente, com pedras nas mãos começaram até a atirar pedra nas janelas no segundo andar, aí quebrou vidro e não tinham hóspedes quase durante a noite não tinham muitos, muita gente usava aquele hotel para vir fazer compras, para consultar, São Lourenço, Camaquã, de Morro Redondo, paravam durante o dia. Também pediam um quarto e no momento que aquelas pessoas saíam aí tinha que ser tudo já trocado, a roupa para não, e aquela noite o que que a gente fez. De repente, e tinha o porteiro, o porteiro não queria deixar entrar ninguém eles queriam entrar e atirar tudo para a rua aí não deixou o porteiro velho já, Seu Júlio era o nome dele. Aí veio um soldado e pediu bandeira brasileira. Eu que guardava a bandeira junto em um armário de guarda roupa, eu dei a bandeira para o soldado e ele hasteou a bandeira, eles bateram palma, aqueles invasores eles foram embora e o que que nós tínhamos que fazer no outro dia, limpar toda vidraça quebrada né, tinham ali uns viajantes mas foram embora para outro hotel ficaram com medo [...] (Erna Schüller Weirich, 2005).*

Conforme vimos nos anúncios do jornal a população teve o apoio da polícia durante as manifestações. A fala da Erna corrobora com esta afirmação, quando diz que um soldado veio ao hotel e pediu a bandeira brasileira. No recorte da notícia do dia 19 de agosto vimos que “quem contemplasse aquela bandeira do Brasil, bravejando nos braços erguidos dos seus filhos, compreenderia logo a grandeza espiritual da passeata” (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942, p.2). Assim, utilizando o civismo como justificativa para a intolerância étnica cometida na manifestação.

A partir da fala da entrevistada pode-se afirmar que a multidão que praticou os ataques no “quebra-quebra” eram pessoas da cidade, cidadãos comuns, acompanhados de guardas, que chegaram atirando pedras e pedindo para hastear a bandeira do Brasil, como símbolo de patriotismo, negando a identidade alemã dos proprietários. Luiza (2005) também relata que foi a população da cidade, “pessoas boas”, segundo a entrevistada, que vinham de cavalo, de carro, a pé e atacavam as residências e comércios de alemães. “Era uma campanha contra os alemães. [eram pessoas] da sociedade de Pelotas [...] Todas casas de alemães, tudo que era alemão, hotel e família tudo voava.” (Luiza Del Grande Brauner, 2005). Os ataques cometidos por multidões, segundo Rudé (1991) na sua maioria eram cometidos por pessoas da mesma região, que seriam perfeitamente reconhecíveis pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais atacados.

Segundo Perrazzo (2003) a repressão se estendia a todos os estrangeiros do Eixo, mas variava de intensidade de acordo com o grupo, sendo os alemães os que mais sofreram com os ataques: “Os alemães foram os mais visados pelas

perspectivas nacionalistas do governo Vargas e, conseqüentemente, os mais atingidos pelas medidas governamentais”. (PERAZZO 2003, p. 2).

A entrevistada Erna continua com o seu relato sobre o “quebra-quebra”:

*Os quartos eram em cima e eu trabalhava, ajudava na lavação de roupa e nós duas trabalhávamos em cima e ela já é falecida agora. Aí quando a gente não tinha ainda almoçado. Mas aí vieram turma de gente de Pelotas mesmo e aí eles invadiram, eles atiraram as panelas com comida quente no meio da rua, na rua Sete de Setembro e o que que nós tínhamos para fazer? Nós fomos bem para o fundo tinha até uma pessoa com duas crianças ela se tratava, ela estava doente, mas não queria ficar no hospital então ela ficava hospedada lá. Aí eu não aguentei mais a barulhada. O que vinha pela frente era jogado na rua, eu passei num muro, assim do lado do hotel não era tão alto, tinha até uma caixinha. Mas depois que eu passei do muro era bem alto para eu [...] eu não aguentei, [...] a gente ouvia a barulhada, as quebras, atiraram as camas, guarda roupa, bidê, tudo para a rua, lá já naquele tempo já era com tudo, com pia, quebrando os canos, não ficou um prato, não ficou um garfo eu acho, lá dentro da cozinha, tudo tudo, a mesa, as cadeira e fogo né e os bombeiros molhando as paredes da casa dos outros, para não arder o incêndio e o dono do hotel foi preso. (Erna Schüller Weirich, 2005).*

Na fala acima Erna afirma que era uma turma de Pelotas mesmo, e o que eles viam pela frente foi jogado na rua, todos os móveis do hotel foram parar na rua, e o que não foi arremessado para fora do hotel foi quebrado dentro do mesmo. Atearam fogo no hotel e os bombeiros estavam presentes para cuidar que as casas ao lado do hotel não pegassem fogo, ou seja, não estavam lá para eliminar o fogo, mas somente para garantir que ele se mantivesse apenas no hotel e não atingisse a “casa dos outros”, ou seja, dos brasileiros, diferentes dos alemães ou teuto-brasileiros, que deveriam ser protegidos. Provavelmente o mesmo ocorreu em outros estabelecimentos atacados. Assim, somente casas residenciais e comerciais de alemães poderiam ser destruídas.

O hotel foi atacado duas vezes, na primeira pediram para hastear a bandeira do Brasil, e atiram pedras nas janelas do hotel, mas voltaram no segundo dia de “quebra-quebra” para destruir, queimar e saquear o hotel, levando os pertences de quem estava hospedado e dos funcionários do hotel. Segundo a entrevistada, “*não ficou um garfo no hotel, tudo foi levado e destruído e por fim o dono do hotel foi preso*” (Erna Schüller Weirich, 2005). Este foi o único relato encontrado cujo proprietário do hotel foi preso.

Na Figura 13 pode-se ver a rua 7 de Setembro, entre as ruas XV de Novembro e Andrade Neves (na esquina a loja Bule Monstro), com os manifestantes. Verifica-se que era um grande número de pessoas, como relatado

por Erna (2005), eram pessoas comuns e, como mostra a Figura 13, também policiais (na imagem é possível visualizar homens vestindo farda e quepe).

A Figura 14 mostra os manifestantes atacando um estabelecimento nesta mesma quadra e, posteriormente, provavelmente se dirigiram, pela mesma rua Sete de Setembro, para o Hotel do Comércio (se localizava na rua Gen. Osório esquina Sete de Setembro) e demais estabelecimentos e residências de alemães próximas, deixando um rastro de destruição pelas ruas por onde passavam. A situação se repete em todos os estabelecimentos: apedrejamento, janelas quebradas, móveis e utensílios jogados na rua e fogo.

Figura 13: Rua 7 de Setembro (entre as ruas XV de Novembro e Andrade Neves)



Fonte: Pretérita Urbe Pelotas RS.

Figura 14: Rua 7 de Setembro (entre as ruas XV de Novembro e Andrade Neves)



Fonte Pretérita Urbe Pelotas RS

Como relatado por Erna (2005) o dono do hotel, que era “da Alemanha”, ou seja, era imigrante alemão, Germano Bunde, foi preso. Vale ressaltar que neste momento as prisões ocorriam apenas com uma suspeita de ser um “traidor da pátria”, como esclarece Fáveri (2009):

Com a supressão dos poderes do Supremo Tribunal Federal no que tangia à guarda dos princípios constitucionais, a este restava acatar ou aplicar as leis que viessem do Executivo, ficando o presidente da República responsável por todas as medidas, mesmo aquelas praticadas pelas autoridades estaduais e municipais, as polícias (delegados) e Secretários de Segurança Pública. Por esta via, as prisões políticas eram consideradas legais, sem direito de *habeas-corpus*, sendo que uma simples denúncia ou suspeita tornava legal a prisão de supostos “traidores da pátria”. (FÁVERI, 2009, p. 99).

Germano e sua esposa, também chamada Erna, foram presos e, após serem soltos, passaram a residir em Porto Alegre. A entrevistada não soube dizer quanto tempo o casal ficou preso, mas relata que alguns anos depois vieram visitar a cidade de Pelotas e encontrar Erna e outras colegas que trabalhavam no hotel. O objetivo do casal no encontro era gratificar as funcionárias pelo tempo que trabalharam juntos (ERNA, 2005). O casal foi preso em agosto de 1942, mas liberto, provavelmente por se tratar de uma prisão sem provas, como é citado por Fáveri (2009), apenas tendo a suspeita de serem “traidores da pátria” no momento das manifestações.

Em agosto de 1942 o Hotel Treptow foi invadido e saqueado. A família conseguiu fugir e se refugiou na colônia de Pelotas, como é relatado por Fritold (2016): *“chegaram lá de repente assim né [...] chegaram lá para destruir tudo, saquearam, roubaram o que podiam”*, e também colocaram fogo no depósito do estabelecimento. Para escapar dos ataques eles tiveram que fugir para a zona rural, para a propriedade de um parente da família *“levaram ele, a minha esposa, a Selma, pegou ele, o Gilberto de dois anos e saiu correndo com ele, ai eles fugiram, eles fugiram e foram lá para a chácara de um tio”* (Fritold Rutz, 2016).

A seguir Fritold relata que a depredação ao patrimônio da família Treptow só não foi pior porque eles conheciam pessoas do quartel. O Hotel Treptow era localizado a duas quadras do quartel da cidade, e muitos rapazes quando vinham da colônia para “servir” se hospedavam no hotel. Pelos hóspedes e a localização próxima, suponho que criaram vínculos com os soldados e superiores.

*[...] e esse que eu estava falando antes, o capitão Souto, ele era do quartel, ele estava em casa e ai ouviu aquilo, ele pegou do quartel meia dúzia de soldados que estavam lá de serviço, [ele] estava de folga e foi lá e tomou conta disse: quem não se vai eu vou manda mata todo mundo. E ele era corujão e assumiu lá, botou todo mundo a correr e olha botaram fogo no deposito e eu sei que aquele dia eles tinham recebido 200 sacos de linhaça, de torta de linhaça e estava na garagem, a garagem ó chegou o forro queimar, uma parte grande do forro, mas eles salvaram e lá no deposito grande a madeira já foi salpicada com fogo, mas conseguiram apagar também e ai o soldado, o capitão tomo conta e disse: olha aqui nem entra e nem sai ninguém, ai ele entrou e ele mesmo trancou com soldado e guardou o teu pai [pai do Gilberto] e não sei quem é que foi [...] chegaram lá e ele disse não, eu entrego e vocês vão tomar conta, agora é de vocês qualquer coisa vocês me chamam e ai ficaram lá né depois começaram a devagarzinho, começaram indo novamente né.* (Fritold Rutz, 2016).

Apesar da intervenção do capitão Souto, o depósito e a garagem já haviam pegado fogo, assim como nos hotéis América e do Comércio, no Treptow a população ateou fogo ao prédio do hotel. O prejuízo da família só não foi maior pois além de conseguirem fugir a tempo, tiveram ajuda do “capitão Souto”, do Quartel Militar, mas quando o capitão chegou a residência, já haviam ateado fogo no depósito da família que havia acabado de receber uma grande carga de linhaça, o que colaborou para que o fogo se espalhasse rapidamente.

Depois disso, a família voltou ao estabelecimento e retomou o hotel e o armazém e, em 1979, recebeu um ressarcimento da guerra, pago em títulos pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, mas que, segundo Fritold e Gilberto (2016), não valia a pena retirar, pois o valor não era corrigido.

O Armazém Fiss & Tessmann também foi atacado, conforme anúncio no Diário Popular e relato de Fritold (2016). O Armazém e Hotel Fiss & Tessmann teve perda total do imóvel, não conseguindo se reerguer após os ataques, e por muito tempo no endereço do estabelecimento era possível ver a “carcaça” do mesmo, após ser queimado, ficando apenas as ruínas da construção (Fritold Rutz, 2016).

Conforme Figura 10, no capítulo anterior, o Fiss & Tessmann mantinha anúncios do estabelecimento em língua alemã, e era localizado no bairro Três Vendas, onde havia uma concentração grande desta etnia. Esses fatores podem ter contribuído para a intensidade com que ocorreram os ataques à propriedade.

Além dos hotéis citados no jornal Diário Popular, o Hotel Glória também foi atacado em agosto de 1942. Este provavelmente foi um dos estabelecimentos que a reportagem “não conseguiu identificar”. Segundo Luiza (2005), que era descendente de italianos e casada com um alemão, ela estava no hotel no momento em que a “multidão” chegou, pois residia no mesmo.

O Hotel Glória ficava a aproximadamente três quadras do Hotel do Comércio (ver Figura 3). Um possível trajeto dos manifestantes poderia ter iniciado na Praça Coronel Pedro Osório, atacando o Hotel América e outros estabelecimentos, vindo pela rua XV de Novembro, depois pela Sete de Setembro, atacando o Hotel do Comércio e depois ao Hotel Glória, seguindo para a Av. Duque de Caxias, em direção ao Fragata.

*E eu morava no hotel que eles eram alemães, meu pai ficava num desespero [...] Foi quando eu sai, foi coisa horrível, queriam quebra tudo, mas não quebraram por que o meu irmão estava junto, um dos meus irmão e o sobrinho estava junto, não aqui vocês não vão fazer nada, aqui tem meu sobrinho, e outra minha irmã não tem nada que ver com isso, não fizeram nada, por que senão estava tudo na rua, muito mal feito né. (Luiza Del Grande Brauner, 2005).*

Luiza era descendente de italianos, um dos seus irmãos e o sobrinho também participaram das manifestações, atacando o hotel. Isso demonstra que não eram apenas os “brasileiros natos” que atacaram os estabelecimentos, mas que descendentes de imigrantes também estavam presentes na multidão. Luiza era casada com um alemão, mas o marido não estava em Pelotas no momento dos ataques e ela estava com o filho no hotel. Provavelmente o hotel sofreu menos com os ataques por causa da intervenção do irmão de Luiza, que solicitou que não fizessem nada.

Luiza (2005) afirma que todas as casas de alemães foram atacadas *“tudo que era alemão, hotel e família tudo voava, tudo voava, esse hotel que tu fala foi a coisa mais triste do mundo, triste, triste, eu não vi mas contaram lá do sobrado [...] era coisa horrível, não deviam ter feito isso”*. (Luiza Del Grande Brauner, 2005). A fala da entrevistada se refere ao Hotel América, já citado anteriormente.

As lembranças destes dois dias estão presentes na fala dos entrevistados e marcados na sua memória, como na fala da Luiza.

*Foi horrível [...] eu vi, eu vi com meus olhos, o que eles fizeram [...] Todas casas de alemães, tudo que era alemão, hotel e família tudo voava, [...] foi a coisa mais triste do mundo, triste, triste, [...], era coisa horrível, não deviam ter feito isso.* (Luiza Del Grande Brauner, 2005).

A entrevistada repete que foi muito triste o que aconteceu: *“a coisa mais triste do mundo”*, que era *“coisa horrível”* e que *“não deviam ter feito isso”*. Erna (2005) também relata a tristeza dos ataques e que não aguentou o barulho e pulou o muro do hotel, ressaltando *“Aí eu não aguentei mais a barulhada [...] eu não aguentei”* repetindo a frase *“eu não aguentei”* e, em várias ocasiões repete *“foi uma tristeza”*, *“a coisa mais triste”*, *“aquilo era tão triste”*. Como vimos na fala de Luiza e de Erna, *“a linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados.”* (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 5). Isto ocorre a partir de cenas que causaram um certo choque traumático, *“podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.”* (POLLAK, 1992, p.2).

Foi isto que ocorreu aos entrevistados citados – Erna, Luiza, Fritold e Gilberto. Nas suas falas, fica evidente o que podemos definir como uma memória traumática. A memória traumática é *“uma memória de um passado que não passa.”* (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 5).

Nas *“catástrofes históricas”*, como nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. O testemunho é analisado como parte de uma complexa *“política da memória”*. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 1).

Assim, ressalto a importância da análise dos depoimentos orais. Acontecimentos como as perseguições aos alemães na cidade não são encontradas

da mesma forma que as demais fontes relatam. O sentimento presente na fala, a intensidade como o fato ocorreu, os detalhes do acontecimento, isso as fontes documentais e jornalísticas não trazem.

Para finalizar os anúncios referentes ao “quebra-quebra” na cidade, acompanhado da Figura 15, foi publicado:

Pelotas, como é do mais amplo conhecimento público, viveu dois dias de intensa vibração cívica, acompanhada com a mesma veemência, o grito de revolta do Brasil inteiro ante o último brutal e covarde atentado dos salteadores do “eixo” á nossa soberania. O povo deu justíssima expansão aos seus sentimentos de patriotismo espezinhadados, deu largas a sua revolta, que vinha sendo de há muito sopitada, apedrejando e depredando mesmo, alguns estabelecimentos comerciais e residências de súditos do <eixo>, cuja nominada divulgamos, ontem, todos eles reconhecidos como elemento prejudicial á segurança e á defesa de nossa Pátria. (DIÁRIO POPULAR, 20/08/1942, p. 3).

Conforme já discutido, as atrocidades cometidas são justificadas pelo civismo e vistas como “justíssima expansão aos seus sentimentos de patriotismo”. A posição do jornal era clara com a utilização da frase citada, estava apoiando a manifestação, e incitando os manifestantes, focando sempre nos sentimentos desta multidão. O jornal dissemina a relação de cumplicidade entre toda a população, unindo o povo contra a “ameaça alemã”. Os alemães e seus descendentes são acusados de “elemento prejudicial á segurança e á defesa da nossa Pátria”. Segundo Fáveri (2009, p. 99), “O Ministério da Justiça considerava que o internamento dos ‘súditos de potência inimiga’ era admitido pelo direito internacional, sem formalidades, mesmo que não houvesse indício de ‘atividade criminosa’.”.

Figura 15: Manifestação Popular Pelotense



Fonte: Diário Popular, 20/08/1942, p. 3.

Após 70 anos de “quebra-quebra” foi realizada uma matéria no jornal Diário Popular, falando dos ataques, onde nota-se uma mudança no discurso do jornal e seu posicionamento sobre o fato, trazendo o fato ocorrido e reconhecendo o descontrole que ocorreu em agosto de 1942.

A memória das atrocidades ocorridas em agosto de 1942, em muitos casos, ainda está viva, mas o silêncio prevalece. Trauma. Violência e chamas: lojas saqueadas, mercadorias queimadas, casas invadidas. Passeata liderada por jovens, eventos cancelados, aulas suspensas. O afundamento dos navios brasileiros Baependi, Araraquara e Aníbal Benévola por submarinos alemães, durante a 2ª Guerra, desencadeou uma onda de revolta contra a comunidade germânica em diferentes regiões do Estado e, até hoje, deixa marcas. Foram dois dias de descontrole e ódio contra os cidadãos que ganharam o rótulo de “salteadores do ‘eixo’”. (DIÁRIO POPULAR, 25/08/2012, p. 2).

Nas narrativas percebe-se que o quebra-quebra estava vivo na memória dos entrevistados, uma memória traumática, visível nas expressões utilizadas, como as palavras triste e tristeza que se destacam nos seus relatos, e nas emoções demonstradas durante os mesmos.

Portanto, em agosto de 1942 a cidade de Pelotas encontrava-se em meio ao caos e à violência. Os estabelecimentos e residências de alemães e descendentes foram invadidos, saqueados e incendiados. Os impactos que esses dois dias tiveram fica evidente na fala dos entrevistados, que ressaltam que foi um horror, que isso não deveria ter sido feito, que tiveram que fugir com medo, dentre outros argumentos que transparecem o quão forte foram os ataques.

O medo era tanto que foram publicados no jornal anúncios e declarações de brasileiros natos, afirmando seu patriotismo, que concordavam com os manifestantes e agradeciam terem sido poupados de total destruição.

O “quebra-quebra” foi causado pela população, com apoio do governo, que mesmo após anúncio pedindo a ordem nas manifestações fechou os olhos para os acontecimentos. A Brigada Militar e o Exército apoiaram os manifestantes que atacaram qualquer descendente de alemão, generalizando e tachando todos de súditos do “eixo” e “quinta coluna”.

Os ataques não foram um fator isolado da cidade de Pelotas, iniciaram em Porto Alegre, ocorreram em São Lourenço e Rio Grande. Também ocorreram manifestações no Rio de Janeiro e em Sergipe.

Os dois hotéis que seguiram em funcionamento após os ataques do “quebra-quebra”, o Glória e Treptow, também foram os dois estabelecimentos que se tem relatos de intervenção durante os atos de violência. O Hotel Glória teve intervenção por parte do irmão de Luiza, entrevistada e uma das moradoras do hotel, e o Hotel Treptow teve intervenção por parte do Capitão Souto, do contrário talvez estes também teriam sofrido perdas como os outros três hotéis estudados (América, do Comércio e Fiss & Tessmann).

Por fim, vale ressaltar que apesar de ter apresentado informações dos dois dias de “quebra-quebra” na cidade de Pelotas, estes fatos ocorreram em outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, talvez não na mesma intensidade, mas com o mesmo apoio do governo e influência das mídias, que o povo pelotense sofreu.

## Considerações finais

A imigração germânica ocorreu em virtude de vários motivos. Na primeira fase da imigração existia a necessidade de soldados que defendessem a independência brasileira, também era necessário o aumento de mão-de-obra agrícola e assim foram enviados agentes de imigração para fazer propaganda do Brasil aos estrangeiros. Já na segunda fase de colonização, com a diminuição do tráfico negreiro e a abolição da escravatura, o governo visava um branqueamento da população atrelado ao intuito de formar colônias focadas na agricultura e na ocupação de espaços demográficos vazios.

Os imigrantes germânicos que entraram no Brasil não tinham intenção de retornar à sua terra natal, pois a volta seria muito cara e dura, e também porque a situação emergencial da Europa não iria mudar tão cedo, e retornando iriam voltar a viver em situações precárias. Outro fator que encorajou a vinda destes imigrantes eram as perseguições religiosas que estavam sofrendo na década de 1810. Estes imigrantes se estabeleceram nas colônias com a cultura de subsistência.

Já na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX estes imigrantes estavam estáveis no Brasil e chamando seus familiares ao país. Os imigrantes não vinham mais apenas para serem agricultores, mas desempenham outras profissões, estabelecem comércios e fábricas, e alguns até fazem parte da elite de algumas cidades.

Muitos imigrantes foram enviados ao Rio Grande do Sul, pelo clima e pelo solo da região, que possuía características mais próximas das expectativas destes colonos, e por sua localização perto da fronteira. Para o governo, a formação de núcleos agrícolas na região teria como objetivo, além da ocupação destas terras, o abastecimento das tropas que protegiam a fronteira do sul do Brasil.

Com a Campanha de Nacionalização, muitos estabelecimentos mudam seus nomes com receio de perseguições, a língua alemã é proibida e o português se torna o idioma oficial do Brasil, livros e documentos germânicos são perdidos, e conseqüentemente, parte da cultura destes descendentes. Foi proibido publicar jornais em língua alemã, a circulação de livros no idioma, falar alemão em locais públicos, documentos alemães foram apreendidos, bibliotecas foram destruídas e

várias prisões ocorreram. Em decorrência das perseguições iniciadas no período da I Guerra Mundial e acentuadas com a II Guerra, muitos imigrantes acabam tendo medo ou vergonha de serem alemães, perdendo parte de sua identidade. Com o decreto 19.482, conhecido como “lei dos 2/3”, que exigia que as empresas mantivessem ao menos 2/3 dos seus funcionários brasileiros natos, o medo de ser alemão se agravou.

Durante o “quebra-quebra” de agosto de 1942, muitos alemães ou descendentes sentiram a necessidade de afirmar que eram brasileiros natos, para não sofrerem ainda mais com os ataques durante as violentas manifestações. Isto foi uma das consequências da lei dos 2/3, que fica evidente no anúncio de Manoel da Silva Palmeira, proprietário da Ferragem Americana, onde ele afirma que seus funcionários eram “exclusivamente de brasileiros natos”. No anúncio de G. Keil, proprietário de um estabelecimento atacado, ele destaca que é “brasileiro nato”, e nega ter ligação com partidários do eixo. O terceiro anúncio, de João Tompsem, ressalta o seu sentimento de brasilidade e afirma que sempre teve amor pela Pátria Brasileira. Todos estes anúncios foram feitos para evitar que sofressem novamente com os ataques, e pelo medo de ser considerado alemão. Esta foi uma estratégia utilizada para se retratar com os seus amigos e conhecidos e permanecer na cidade.

A colonização na cidade de Pelotas começou em 1848, a partir das diretrizes do governo provincial. Em 1850 chegam os primeiros agricultores na Colônia de Monte Bonito, e em 1858 na Colônia de São Lourenço. Após a criação da Colônia de São Lourenço outras colônias foram criadas, também pela iniciativa privada, por estancieiros, charqueadores e comerciantes que visavam o lucro que a região poderia oferecer.

Em 1900 foram identificadas 61 colônias na região de Pelotas. Destas, foi possível identificar a origem dos colonos em 28, sendo que destas, 23 eram formadas por alemães. Algumas destas Colônias eram formadas apenas por alemães, outras eram mistas, incluindo, em muitas delas, o imigrante alemão. Além da vinda de imigrantes para a colonização da zona rural de Pelotas, vieram para Pelotas imigrantes alemães com profissões urbanas e que permaneceram na cidade. Em um segundo momento, estes colonos migram para a zona urbana da cidade em busca de melhores condições de trabalho. Estes imigrantes instalaram fábricas, casas comerciais, casas culturais, atuaram na área da saúde, em óticas,

farmácias, joalherias, hotéis, fábricas de fumo, de velas, de sabão, dentre outras, constituindo uma elite de descendência germânica.

No final do século XIX imigrantes e descendentes representavam em torno de 15% da população urbana da cidade de Pelotas (FONSECA, 2014). A autora também traz algumas características do município que incentivaram essa permanência na região, como o porto internacional, que tornava a cidade um centro comercial atraente pela sua posição geográfica, pois está localizada entre a capital do Estado e o porto marítimo de Rio Grande. Pelotas também era uma escala obrigatória para quem realizava a rota comercial entre as lagoas dos Patos e Mirim, possibilitando também a troca de mercadorias com o Uruguai.

Dentre as atividades desempenhadas pelos alemães na zona urbana da cidade, estava a hotelaria. No início do século XX os hotéis alemães predominavam na cidade. Na década de 1940, por exemplo, dos 24 hotéis identificados, nove destes eram de propriedade de alemães ou descendentes, representando 37,5% da hotelaria da cidade. Os hotéis cujos proprietários eram alemães ou descendentes de alemães são: o Hotel América, o Hotel do Comércio, o Hotel Glória, o Hotel F. Treptow, o Hotel Krüger, o Hotel Ness, o Hotel Colonial, o Hotel Fiss & Tessmann e o Hotel Heling.

Estes hotéis podem ser divididos em dois grupos, de acordo com a localização dos mesmos. O primeiro grupo formado pelos hotéis centrais (Hotel do Comercio, Hotel América e Hotel Glória). O segundo grupo dos hotéis coloniais, localizados nas vias de acesso ao centro da cidade (Hotel Treptow, Hotel Krüger, Hotel Heling, Hotel Fiss & Tessmann, Hotel Ness e Hotel Colonial). Além da localização, este segundo grupo de hotéis recebia principalmente hóspedes vindos da zona rural da cidade, e em sua maioria também alemães ou descendentes.

Esses seis hotéis estavam localizados nas vias de acesso ao centro da cidade, que ligavam a área rural do município ao centro da cidade, como a atual Avenida Fernando Osório, antes conhecida como estrada do Monte Bonito, e a atual Avenida Duque de Caxias, antes Estrada de Piratini ou Estrada do Fragata. Todos os hotéis localizados nessas vias eram de proprietários alemães ou descendentes de alemães, e os funcionários eram familiares ou oriundos da zona rural, provavelmente do mesmo convívio social dos proprietários. Constatou-se que somente esta etnia possuía hotéis com estas características e localização na cidade

de Pelotas, podendo ser considerada como uma característica deste grupo de hotéis.

Os alemães foram pioneiros da hotelaria pelotense, e aproximadamente um século após a inauguração do primeiro estabelecimento hoteleiro, cujos proprietários eram alemães, a hotelaria alemã sofreu com os saques e queimas do “quebra-quebra”, tendo várias consequências para a hotelaria alemã, mas também para a hotelaria na cidade de Pelotas. Estes imigrantes participavam ativamente de diversas atividades de lazer na cidade, fundaram estabelecimentos comerciais e de sociabilidade, associações, estavam estáveis no município, eram pelotenses, brasileiros e não tinham intenção de retornar para Alemanha.

Na década de 1940 os hotéis cujos proprietários eram alemães representavam 37,5% da hotelaria na cidade, e após os ataques de agosto de 1942, dos nove hotéis alemães em funcionamento na cidade, cinco são atacados e destes, apenas dois se mantem em funcionamento.

Os dois hotéis que se mantiveram em funcionamento após os ataques durante o “quebra-quebra” foram os hotéis Glória e Treptow. Ambos os hotéis foram defendidos durante os ataques, e suponho que por este fato foram “poupados”. O Hotel Glória possuía uma hóspede, Luiza Del Grande Brauner, que residia no hotel, e durante os ataques foi defendida por seu irmão e sobrinho, que estavam presentes na multidão que percorreu a cidade durante as manifestações. O irmão e o sobrinho de Luiza acalmaram as pessoas que estavam atacando o hotel para que ela não sofresse com o ato, e conseqüentemente o hotel foi poupado. O Hotel Treptow foi defendido pelo Capitão Souto, acompanhado de soldados do quartel da cidade, Souto foi até o hotel durante os ataques e conteve a população que atacava o mesmo, devolvendo o controle do estabelecimento para a família Treptow.

A etnia alemã era a única que possuía hotéis coloniais na cidade de Pelotas, e dois hotéis coloniais foram gravemente atacados, os hotéis Treptow e Fiss & Tessmann. O Fiss & Tessmann teve perda total do imóvel, tendo ficado em ruínas após os ataques e se mantendo assim por muitos anos. Um hotel colonial, característico da etnia alemã, que mantinha anúncios em alemão recebeu os ataques mais graves durante os dois dias de “quebra-quebra”.

O Hotel do Comércio foi fechado em 1942, após ser atacado e seu proprietário ser preso. Germano Bunde foi proprietário do hotel por mais de 10 anos, e em agosto de 1942 ele e sua esposa foram presos durante o “quebra-quebra”. Em 1943 foi aberto o Novo Hotel do Comércio, no mesmo endereço do Hotel do Comércio, mas com outro proprietário, Salvador Thadeu Borba, ex-proprietário do Hotel Rego. Ocorre uma mudança no nome do hotel, com o acréscimo do “Novo” ao nome, aliada a troca de proprietário, e este hotel deixa de ser um hotel alemão. Não se obteve informações sobre o motivo da prisão de Germano, nem como foi solto, apenas que ele e sua esposa foram presos em agosto de 1942, e depois estavam morando em Porto Alegre.

O Hotel América foi inaugurado em 1934 no mesmo prédio onde funcionou o Hotel Schaeffer, de Henrique Schaeffer (alemão), e fechou em 1942, durante o “quebra-quebra”. Foi um hotel que era de propriedade de um alemão (Henrique Schaeffer), e após o seu leilão (1931), foi comprado por Daniel Butierres, da empresa Butierres & Cia. Não obtive informações sobre quem era o proprietário do hotel em 1942, as fontes apenas afirmam que o mesmo era alemão, e que por isso o hotel foi atacado. Ainda na década de 1940 o hotel volta a funcionar, no mesmo endereço e com o mesmo nome, e em 1947 o hotel é anunciado com Florentino Vieira F. como proprietário. O mistério sobre o proprietário do Hotel América provavelmente está relacionado ao perigo de ser alemão, no período da II Guerra Mundial. Nenhum dos anúncios do hotel consta o nome do proprietário, nas listas nos almanaques apenas é mencionado o hotel e seu endereço, é notório um certo receio em se identificar como proprietário do estabelecimento de hospedagem.

Dos quatro hotéis que não obtive informações se foram ou não atacados, três se mantiveram em funcionamento na década de 1950, os hotéis Ness, Krüger e Heling. Portanto dos nove hotéis em funcionamento na década anterior apenas cinco seguem com as suas atividades em 1950, sob a propriedade de alemães ou descendentes.

Os hotéis alemães representavam 37,5% da hotelaria em 1940, porém após os ataques em 1942, dos nove hotéis alemães, apenas cinco seguem com suas atividades. Havia 24 hotéis em funcionamento na década de 1940, e destes nove eram de proprietários alemães ou descendentes. Porém, após o “quebra-quebra” apenas cinco seguem com suas atividades. Ocorre uma queda no número de hotéis

de 24 para 20, e destes, cinco possuem proprietários alemães ou descendentes. Portanto, a hotelaria alemã na cidade passa de 37,5% para 25%, um número considerável se tratando da etnia que foi pioneira na hotelaria do município e que sempre manteve grande presença neste ramo de atividades.

Gilberto afirma que Geraldo, que também era filho de Fernando Treptow, era o médico dos moradores da zona rural. A família mantinha forte contato com estes colonos, que, além de recebê-los no hotel e ferragem Treptow, Geraldo Treptow era quem os atendia quando tinham alguma enfermidade. Isto ressalta a união da comunidade desta etnia.

Existia um acordo entre quatro hotéis que estavam em funcionamento na época, o Hotel Krüger, o Hotel Treptow, o Hotel Ness e o Hotel Heling. O grupo se reunia para definir os valores das refeições e da hospedagem, de modo que todos mantinham os mesmos valores. Isto ressalta a união deste grupo, que além de possuir estabelecimentos com características semelhantes, debatiam entre si sobre a administração de suas empresas e tomavam decisões em conjunto. Este cartel pode ser considerado também como uma forma inicial de organização hoteleira na cidade, tendo um grupo que realizava as mesmas atividades e serviços.

Outra característica dos hotéis alemães era o fato dos funcionários morarem nos hotéis em que trabalhavam. Como vimos no segundo capítulo, que foi constatado no Hotel do Comércio, no Hotel Treptow e no Hotel Heling.

Uma característica presente na hotelaria alemã era o fato de os proprietários possuírem outro ramo de negócios, como Carlos Bernardo Neutzling, proprietário do Hotel Glória, e também da fábrica de Cepas de Tamancos. Nos hotéis coloniais este fato também ocorria, porém mantendo os dois estabelecimentos no mesmo endereço, como o Hotel Treptow que possuía também uma ferragem, e o Hotel Fiss & Tessmann que possuía um armazém.

Os hotéis eram estabelecimentos com grande fluxo de pessoas, que como vimos não recebiam apenas hóspedes para pernoitar, mas também para “sesta”, para realizar refeições e possuíam alguns moradores. Eram locais comerciais e de sociabilidade, o que pode ter contribuído para os ataques.

O “quebra-quebra” não foi um fator isolado da cidade de Pelotas, como vimos em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em Sergipe também ocorreram manifestações

e depredações das casas e comércios de alemães e descendentes. Porém, na cidade de Pelotas as depredações duraram 48 horas, os ataques tinham apoio das forças militares e as atrocidades tomaram proporções alarmantes. A comunidade teuto-brasileira foi rotulada com a expressão “súditos do Eixo”, aplicada até mesmo a brasileiros descendentes de alemães, que chegavam a ser presos por causa de questões culturais.

A intolerância imposta a partir do regime do Estado Novo, que buscou impor uma identidade nacional brasileira, entrando em confronto com a identidade étnica dos imigrantes gerou um grande impacto no povo brasileiro. Após os três navios brasileiros serem afundados, é anunciado nos jornais, de forma sensacionalista, o ocorrido, instigando o ódio na população. Foi em um momento de revolta, que a população atinge e ataca esses imigrantes e seus descendentes. A imprensa destaca positivamente essas ações em nome do civismo e do amor ao Brasil, relatando que a manifestação “encheu, ontem, o coração da cidade” que estava “deslumbrante de civismo”, demonstrando “profundo amor ao Brasil ferido”, ou seja, os ataques não são condenados, mas justificados pelo civismo e nacionalismo. A manifestação teve apoio da Liga de Defesa Nacional, do Prefeito e dos comandantes da Brigada Militar e do Exército, sendo que os manifestantes passaram por estes órgãos públicos em sua rota, iniciada na Prefeitura da cidade, e foram bem recebidos pelas entidades, tendo suas atitudes aprovadas.

Era dada grande importância aos símbolos do Brasil, o amor a Pátria era materializado nos símbolos, como o hino nacional, a bandeira do Brasil. Erna relata que durante o “quebra-quebra” os soldados solicitaram a bandeira aos funcionários de estabelecimentos comerciais, incluindo o Hotel do Comércio, em que ela trabalhava. Mesmo tendo hasteado a bandeira isso não foi suficiente para prevenir os ataques ao hotel. A violência cometida pela população era justificada pela violência dos nazistas.

O Hotel Glória e o Hotel Treptow não tiveram perdas materiais tão grandes como os demais hotéis, pois ambos foram defendidos por familiares ou militares, respectivamente. Não foi por coincidência que dos cinco hotéis atacados, apenas estes dois se reergueram após os ataques e se mantiveram com os mesmos proprietários que possuíam antes do quebra-quebra. Estes hotéis foram defendidos

durante as manifestações, do contrário poderiam ter tido perda total do estabelecimento, como foi o caso do Fiss & Tessmann.

Este perigo de ser alemão, o medo de ser alemão, pode ter influenciado na falta de informações sobre o proprietário do Hotel América. Tanto antes, quanto depois dos ataques sofridos durante o “quebra-quebra” não se tem informações sobre quem era o proprietário.

Esta mesma falta de informações também ocorre com o Hotel Fiss & Tessmann. Pelos anúncios do estabelecimento percebe-se que ele tinha grande importância econômica na região e estava localizado em um bairro com grande número de descendentes de alemães. O hotel foi atacado, queimado, teve perda total, e as ruínas ficavam no endereço por muitos anos. Não se tem informações sobre quem eram os proprietários do estabelecimento, e o que ocorreu com os mesmos após os ataques.

As atrocidades cometidas na cidade de Pelotas, em agosto de 1942, que ficaram conhecidas como o “grande quebra-quebra”, foram cometidas pela população da cidade, por pessoas comuns que, anteriormente, conviviam cotidianamente com esses imigrantes alemães e seus descendentes. O foco dos manifestantes eram principalmente os alemães e seus descendentes, incitados pelo patriotismo e pelo civismo, e contando com o apoio da polícia e órgãos de defesa do município.

Desse modo, os atos cometidos contra os alemães e seus descendentes em agosto de 1942 pode ser considerado um ato de intolerância, pois foram atos iniciados a partir do preconceito a uma etnia, exaltados por notícias sensacionalistas sobre o afundamento dos três navios brasileiros, e com a permissão do governo e órgão de defesa. A intolerância é um modo de ser, unida ao poder de fazer o mal ao outro, uma atitude de ódio, de agressividade irracional contra o outro, e foi este preconceito a etnia alemã que levou a agressividade irracional contra este grupo.

## Referências

### Fontes orais

Diva Vighi Beskow. Entrevista concedida. Pelotas, Brasil, julho de 2016.

Erna Schüller Weirich. Entrevista concedida. Pelotas, Brasil. 2005.

Fritold Rutz. Entrevista concedida. Pelotas, Brasil, maio de 2016.

Gilberto Treptow. Entrevista concedida. Pelotas, Brasil, maio de 2016.

Luiza Del Grande Brauner. Entrevista concedida. Pelotas, Brasil. 2005.

### Fontes documentais

1º REGISTRO DE IMÓVEIS DE PELOTAS. Registro de um prédio de sobrado, à rua Félix da Cunha, sob nºs 602 e 604. Livro 3-M, fl. 5, nº 17.346, 24 de dezembro de 1921.

1º REGISTRO DE IMÓVEIS DE PELOTAS. Registro de um prédio de sobrado, à rua Félix da Cunha, sob nºs 602 e 604. Livro 3-AA, fl. 83, nº 34.708, 19 de janeiro de 1962.

Processo Trabalhista de Joanna Angelo (Reclamante) e Germano Bundt (Reclamado). N. NI, Ano 1941, 2º Cartório do Cível e Crime de Pelotas. NDH.

Processo Trabalhista de Maria Mendes (Reclamante) e Novo Hotel Do Comercio (Reclamado). N. 99/50, Ano 1950, 4ª Região do Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre. NDH.

Processo Trabalhista de Pedro Gonçalves Goularte (Reclamante) e Godofredo Machado De Menezes (Reclamado). N. 72/48, Ano 1948, 4ª Região do Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre. NDH.

Processo Trabalhista de Silvino Martins (Reclamante) e F. Treptow & Cia. Ltda. (Reclamado). N. 106/44, Ano 1944, 1º Cartório do Cível e Crime de Pelotas. NDH.

Processo Trabalhista de Vva. Catarina Heling (Reclamante) e Rosa Heling (Reclamado). N. 543/50, Ano 1950, 4ª Região do Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre. NDH.

### Jornais

Correio Mercantil, Pelotas, 04.05.1876, p. 01.

Correio Mercantil, Pelotas, 04.05.1876, p. 2.

Diário de Pelotas, Pelotas, 20.01.1885, p. 2.

Diário Popular, Pelotas, 01.05.1934, p. 2.

Diário Popular, Pelotas, 03.05.1934, p. 2.

Diário Popular, Pelotas, 04.11.1936, p. 2.

Diário Popular, Pelotas, 11.07.1943, p. 6.

Diário Popular, Pelotas, 11.09.1863, p. 1.

- Diário Popular, Pelotas, 13.10.1931, p. 3.
- Diário Popular, Pelotas, 15.12.1890, p. 2.
- Diário Popular, Pelotas, 17.08.1937, p. 6.
- Diário Popular, Pelotas, 28.04.1928, p. 7.
- Diário Popular, Pelotas, 30.01.1940, p. 7.
- Diário Popular, Pelotas, 30.04.1901, p. 1.
- Diário Popular, Pelotas, 30.07.1931, p. 4.
- Diário Popular, Pelotas. 18/08/42, p. 1.
- Diário Popular, Pelotas. 19/08/42, p. 1.
- Diário Popular, Pelotas. 19/08/42, p. 2.
- Diário Popular, Pelotas. 19/08/42, p. 6.
- Diário Popular, Pelotas. 20/08/42, p. 1.
- Diário Popular, Pelotas. 20/08/42, p. 3.
- Diário Popular, Pelotas. 20/08/42, p. 4.
- Diário Popular, Pelotas. 20/08/42, p. 8.
- Diário Popular, Pelotas. 23/08/42, p. 6.
- Diário Popular, Pelotas. 25/08/2012, p. 2.
- Diário Popular, Pelotas. 25/08/42, p. 1.
- Diário Popular, Pelotas. 25/08/42, p. 6.
- O Libertador, Pelotas, 31.05.1928, p. 2.

### **Bibliográficas**

- AGUIAR, Marlise Sanchotene de. **Um olhar sobre o *palimpsesto* urbano:** processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Oraís.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização:** a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Ed. Universitária – Universidade Federal de Pelotas, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BACH, Alcir Nei. **O Patrimônio Industrial Rural:** as Fábricas de Compotas de Pêssego em Pelotas – 1950 a 1970. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória

Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

BACH, Alcir Nei. **Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)**. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

BACH, Alcir Nei; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. O Patrimônio Agroindustrial: As Fábricas de Compotas de Pêssego e suas Relações na Produção do Espaço Urbano em Pelotas/RS nas Décadas de 1940 a 1990. In: Encontro de Pós-Graduação UFPEL – ENPOS, XV, 2011, Pelotas. **Anais ...** Pelotas: UFPel, 2011, p. 1-4.

BASTOS, Michele Souza. **Arquitetura Ausente: O centro Histórico de Pelotas - 1835 a 2011**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Riograndense**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1968. (Volume 2).

BECKER, Klaus. A Imigração no Sul do Estado de 1844-1852. In: **Enciclopédia Rio-Grandense**. 5º Volume. Imigração. Canoas: Editora Regional Ltda., 1958.

BETEMPS, Leandro Ramos; VIEIRA, Margareth Acosta. Turismo pela História da Colonização no Sul do Rio Grande Do Sul: O Caso das Colônias Francesa e Municipal de Pelotas/Rs. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2º sem. 2008.

BORGES, Emilene Silveira. **Estudo Geográfico da Região Administrativa Centro do Município de Pelotas/RS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2015.

BUENO, Alexandre Marcelo. A ameaça germânica no Brasil. Os imigrantes alemães e a questão lingüística durante a Primeira República. **CASA**, v. 6, p. 1-17, 2008.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Francismar Lopes de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Coleção Memória e sociedade.

COMPANHIA Melhoramento e Resistência. **Guia de Assinantes Nº 13**. Pelotas: Editada por Echenique & Cia., 1947.

COMPANHIA Melhoramento e Resistência. **Guia Telefônico**. Pelotas, 1953.

COMPANHIA Melhoramento e Resistência. **Lista de Assinantes**. Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Edição de 1958.

CONCEIÇÃO, Josuan Ávila da. et al. Espaço e Tempo na Formação Urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. In: 12º Encuentro de Geógrafos de America Latina, Montevideo, Uruguay, 2009. **Anais...** Montevideo, Uruguay, 2009.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História do Rio Grande do Sul: Império**. Passo Fundo, RS: 2006. (Volume 2).

D'ÁLESSIO, Marcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e Pierre Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.25-26, v.13, 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-25, 2003.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

FÁVERI, Marlene de. Tempos de Intolerância: Repressão aos Estrangeiros Durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. **Revista Esboços**, v. 16, n. 22, p. 91-109, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, 2002.

FONSECA, Maria Angela Peter da. Presença alemã em Pelotas-RS, século XIX: estratégias de resistência à assimilação cultural. In: X ANPED SUL, Florianópolis, 2014. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1303-1950**. Porto Alegre, 1981.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1990.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil Ano VI – 1941/1945**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil Ano V – 1939/1941**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, s/d.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: **História e Memória**. 5ed. Tradução: Bernardo Leitão et.al., Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 525-541.

LOPES, André Luís Borges. **A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (1947-1957)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral Como Fazer Como Pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.

MORAES, Cleonice Gonçalves; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Industriais teuto-brasileiros e a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e cultural de Pelotas: final do século XIX e início do XX. In: XII Seminário de História da Arte do Centro de Artes da UFPel, 2013, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2013. v. 1. p. 1-17.

MÜLLER, Dalila. **“Feliz a População que tantas Diversões e Comodidades Goza”**: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MÜLLER, Dalila. **A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região**: 1843 a 1928. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Araújo Magalhães. Memória, História Oral e Narrativa: O Encontro do Possível na Multiplicidade de Pontos de Vista. In: VII Congresso Brasileiro de História e da Educação. **Anais...** Cuiabá/MT: Universidade Federal do Mato Grosso, 2013.

OLIVEIRA, Elisabete Porto de. **Viagem na Memória do Fragata**: Estudo sobre a história e cultura de um “bairro cidade”. 2007. Monografia (Especialização em Artes) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

PELLANDA, Ernesto. **Colonização germânica no Rio Grande do Sul 1824-1924**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Prisioneiros de Guerra: a Reclusão dos Imigrantes Indesejáveis (Brasil: 1942-1945). In: Seminários. Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República, São Paulo, v. 3, 2003. **Anais...** São Paulo: PROIN, p. 45 – 52, 2003.

PINHEIRO, Leticia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Revista USP**. São Paulo: v. 26, p. 108 – 119, julho/agosto, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1992.

QUINTANA, Caroline Beskow. **Hotelaria em Pelotas na década de 1940**: Proprietários alemães ou descendentes. 2016. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

RAMOS, Shana Monte Pereira. **Estrutura Urbana Histórica**: A importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

ROCKENBACH, Sílvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração alemã – 180 anos**: história e cultura. Porto Alegre: CORAG, 2004.

RODRIGUES, Luiz Antonio Belletti. O Prefeito de Juiz de Fora durante a Segunda Guerra Mundial: intolerância e perseguição a estrangeiros e seus descendentes durante o Estado Novo. In: Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. 2018. **Anais...** Rio de Janeiro: 2018.

RUDÉ, George F. E.. **A Multidão na História**: Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALAMONI, Giancarla. A Imigração Alemã no Rio Grande Do Sul – O Caso da Comunidade Pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, dezembro, 2001.

SCHIO, Sônia Maria. Tolerância e Política, hoje? Alguns apontamentos a partir do pensamento de Arendt. In: SANTOS, Amanda Basílio; MACHADO, Juliana Porto; COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas: caminhos da Pesquisa Contemporânea**. Jaguarão: Editora CLAEC, 2017, p. 986-995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.** [online]. 2008, vol.20, n.1, p. 65-82.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, Diferenças Regionais, Integração Étnica e a Questão Imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. Leite. (Org.). **Região e Tradição na América Latina**. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 81-109.

SILVA JR. Adhemar Lourenço. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SIQUEIRA, Lucília. Hospedar-se na fronteira: os hotéis de médio e pequeno porte na cidade de São Paulo no começo do século XX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XXI, 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: ANPUH-SP, 2012. p. 1-9.

SIQUEIRA, Lucília. Os hotéis na cidade de São Paulo na primeira década do século XX: diversidade no tamanho, na localização e nos serviços. **Revista Brasileira de História**, vol. 32, n. 63, p. 341-360, 2012.

SIQUEIRA, Lucília. Os Hotéis nas Proximidades das Estações Ferroviárias da Cidade de São Paulo (1900-1917). **Revista de História (São Paulo)**, n. 168, p. 414-442, 2013.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: O Saneamento de Pelotas nas Primeiras Décadas do Século XX. **Anos 90**, v. 8, n. 14, 2000.

SOARES, Tamires Xavier. **Lei para todos: tensões trabalhistas entre “súditos do Eixo” e empregadores, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2016.

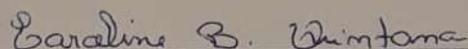
SPINASSÉ, Karen Pupp. Os Imigrantes Alemães e seus Descendentes no Brasil: a Língua como Fator Identitário e Inclusivo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2008, p. 125-140.

TEIXEIRA, Rejane Cruz. Zona Rural de Pelotas: Desenvolvimento para o Turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 3, 2004.

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Caroline Beskow Quintana, matrícula nº 17103592 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado HOTELARIA ALEMÃ NA DÉCADA DE 1940: O QUEBRA-QUEBRA NOS HOTÉIS PELOTENSES, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 16 de março de 2020.



\_\_\_\_\_  
ASSINATURA